

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

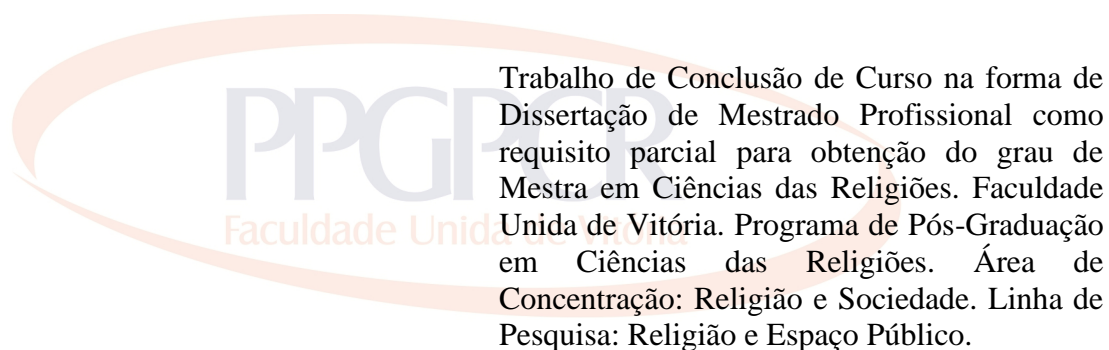
LUCÉLIA KEILA BITENCOURT GOMES

A INFLUÊNCIA DA MEDIATEZADAÇÃO DA RELIGIÃO:
A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO “KIT GAY” COMO INSTRUMENTO DE
MANIPULAÇÃO DO ELEITORADO EVANGÉLICO BRASILEIRO

LUCÉLIA KEILA BITENCOURT GOMES

A INFLUÊNCIA DA MEDIATIZAÇÃO DA RELIGIÃO:
A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO “KIT GAY” COMO INSTRUMENTO DE
MANIPULAÇÃO DO ELEITORADO EVANGÉLICO BRASILEIRO

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 08/03/2022.


Trabalho de Conclusão de Curso na forma de
Dissertação de Mestrado Profissional como
requisito parcial para obtenção do grau de
Mestra em Ciências das Religiões. Faculdade
Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação
em Ciências das Religiões. Área de
Concentração: Religião e Sociedade. Linha de
Pesquisa: Religião e Espaço Público.

Orientador: Kenner Roger Cazotto Terra

VITÓRIA-ES

2021

Gomes, Lucélia Keila Bitencourt

A influência da midiatização da religião / A construção discursiva do “Kit Gay” como instrumento de manipulação do eleitorado evangélico brasileiro / Lucélia Keila Bitencourt Gomes. -- Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2021. x, 94 f. ; 31 cm.

Orientador: Kenner Roger Cazotto Terra

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2021.

Referências bibliográficas: f. 86-94

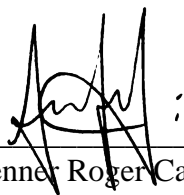
1. Ciência da religião. 2. Religião e espaço público. 3. Ideologia de gênero. 4. Fake News. 5. Midiatização da religião. 6. Mídia e religião. 7. Religião e política. - Tese. I. Lucélia Keila Bitencourt Gomes. II. Faculdade Unida de Vitória, 2021. III. Título.

LUCÉLIA KEILA BITENCOURT GOMES

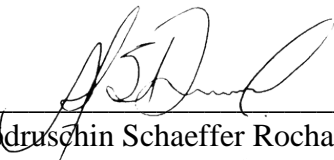
A INFLUÊNCIA DA MEDIATIZAÇÃO DA RELIGIÃO:
A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO “KIT GAY” COMO INSTRUMENTO DE
MANIPULAÇÃO DO ELEITORADO EVANGÉLICO

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de
Dissertação de Mestrado Profissional como
requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciências das Religiões. Faculdade
Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação
em Ciências das Religiões. Área de
Concentração: Religião e Sociedade. Linha de
Atuação: Religião e Espaço Público.

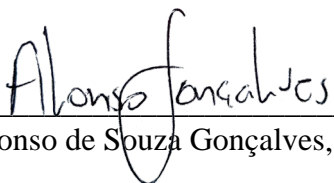
Data: 08 mar. 2022.



Kennet Roger Cazotto Terra, Doutor em Ciências da Religião, UNIDA (presidente).



Abdruschin Schaeffer Rocha, Doutor em Teologia, UNIDA.



Alonso de Souza Gonçalves, Doutor em Ciências da Religião, FTSA.



Dedico esta dissertação ao meu esposo e meus filhos, cuja dedicação e paciência serviram como pilares de sustentação para a conclusão deste trabalho. Sou grata por tudo!

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus porque sem ele, eu não teria chegado até aqui, pois foi ele quem sempre me deu força e sabedoria para prosseguir rumo a minha formação. Não posso deixar de relatar também a importância que meus pais, esposo e filhos tiveram nessa árdua caminhada. Momento em que também não posso deixar de agradecer ao meu professor orientador Kenner Terra pela orientação durante todo o processo do mestrado, assim como a Faculdade Unida de Vitória por oportunizar essa qualificação tão sonhada.





“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.”

Nelson Mandela.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise crítica do discurso sobre a Influência da Mídia da Religião: a construção discursiva do “Kit Gay” como instrumento de manipulação do eleitorado evangélico brasileiro. Esta análise foi proposta a partir dos seguintes objetivos, primeiro avaliar como a construção discursiva do “Kit Gay” influenciou o eleitorado evangélico brasileiro e constituiu um instrumento de manipulação no espaço público, de forma mais específica buscou-se compreender a relação entre Religião e Política, com a relação da mídia no espaço público, também se propôs analisar os impactos e efeitos do entrosamento entre midiatização das práticas religiosas e o processo eleitoral brasileiro, apresentar a prática midiática da Fake News e o poder de manipulação no processo organizacional eleitoral brasileiro; delinear aspectos do processo de midiatização da religião que influenciaram nas eleições. Verificou-se no decorrer da pesquisa que a sociedade atual passa por um intenso processo de renovação no que se refere aos meios de comunicação, hoje existe uma facilidade muito grande de se ter acesso a todo tipo de informação e de poder opinar através de redes sociais, devido a essa facilidade muitas notícias acabam chegando sem a devida veracidade necessária a sua disseminação. No processo eleitoral de 2018, o candidato Jair Bolsonaro se apropriou de dois conceitos que já vinham figurando na mídia a um certo tempo “a Ideologia de Gênero” e a fake News, uma servindo a outra. Como aliado nessa manipulação discursiva contou com a Bancada Evangélica que com uma retórica tradicionalista e homofóbica levou sua teoria de ideologia de gênero e sexualização da infância a grande mídia. Por meio da Análise do Discurso foi possível verificar o processo de manipulação do eleitorado principalmente devido a divulgação constante de inverdades pelas redes sociais com a finalidade de eleger o atual presidente do Brasil e sobrepujar uma discriminação das minorias. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica destacando autores como Cunha, Nogueira, Fairclough, entre outros.

Palavras-chave: Ideologia de Gênero. Fake News. Mídia da religião.

ABSTRACT

This work presents a critical analysis of the discourse on the Influence of the Mediatization of Religion: the discursive construction of the "Gay Kit" as an instrument of manipulation of the Brazilian evangelical electorate. This analysis was proposed from the following objectives, first to evaluate how the discursive construction of the "Gay Kit" influenced the Brazilian evangelical electorate and constituted an instrument of manipulation in the public space, more specifically, it sought to understand the relationship between Religion and Politics, with the relationship of the media in the public space, it was also proposed to analyze the impacts and effects of the interaction between mediatization of religious practices and the Brazilian electoral process, to present the media practice of Fake News and the power of manipulation in the Brazilian electoral organizational process; to outline aspects of the mediatization process of religion that influenced the elections. It was found in the course of the research that today's society is going through an intense process of renovation with regard to the media, today there is a very great facility to have access to all kinds of information and to be able to express opinions through social networks. , due to this facility, many news end up arriving without the proper veracity necessary for its dissemination. In the 2018 electoral process, candidate Jair Bolsonaro appropriated two concepts that had been appearing in the media for a while: "Gender Ideology" and fake News, one serving the other. As an ally in this discursive manipulation, he counted on the Evangelical Bank that with a traditionalist and homophobic rhetoric took his theory of gender ideology and sexualization of childhood to the mainstream media. Through Discourse Analysis, it was possible to verify the process of manipulation of the electorate mainly due to the constant dissemination of untruths through social networks in order to elect the current president of Brazil and overcome discrimination against minorities. The methodology used was bibliographic research, highlighting authors such as Cunha, Nogueira, Fairclough, among others.

Keywords: Gender Ideology. Fake News. Mediatization of religion.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	10
INTRODUÇÃO.....	11
1 RELIGIÃO, POLÍTICA E MÍDIA.....	15
1.1 A mídia e a sociedade.....	15
1.2 Análise da tríade religião, mídia e política.....	22
1.3 A influência do discurso religioso na sociedade hodierna	29
2 A “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NO DISCURSO RELIGIOSO E POLÍTICO NO BRASIL	36
2.1 A relação entre religião e poder.....	36
2.2 A análise do discurso da “ideologia de gênero” no Brasil e na política brasileira	42
2.3 A construção do discurso sobre a “ideologia de gênero” na política brasileira	50
3 ANÁLISE DO DISCURSO EVANGÉLICO BRASILEIRO E O KIT GAY NO PROCESSO ELEITORAL DE 2018	58
3.1 “Ideologia de Gênero” e a influência do discurso homofóbico na violação do Direitos Humanos.....	58
3.2 A bancada evangélica e as eleições presidenciais de 2018	65
3.3 “Kit Gay” x <i>Fake News</i> : a manipulação discursiva nas eleições de 2018.....	74
CONCLUSÃO.....	82
REFERÊNCIAS	86

LISTA DE SIGLAS

ACD	Análise Crítica do Discurso
ACNUDH	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
AD	Análise do Discurso
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
CAEHUSP	Centro Acadêmico de Estudos Homoeróticos da Universidade de São Paulo
CEB	Confederação Evangélica do Brasil
CELAM	Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe
CNE	Conselho Nacional de Educação
DUDH	Declaração Universal de Direitos Humanos
ESH	Escola Sem Homofobia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
MEC	Ministério da Educação
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
NGLPT	Núcleo de Gays e Lésbicas do PT
ONU	Organização das Nações Unidas
PNE	Plano Nacional de Educação
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

INTRODUÇÃO

A relação entre Religião e Política não é exatamente um fenômeno novo, visto que a própria formação do país teve como base a atuação da Igreja Católica e sua forte presença no cenário público e político nacional, perdurando até o período republicano com a outorga da 1ª Constituição tornando laico o Estado brasileiro. Resquícios desse modelo histórico, mesmo com a distinção entre as Instituições de Estado e Igreja, perduram até os dias atuais, moldados por um discurso efetivamente teórico se analisarmos a conjuntura política e as influências da crença religiosa depois de 130 anos, com forte presença de lideranças religiosas e características simbólicas na esfera pública e política. Ressalta-se que o cerne da temática pesquisa é a relação da religião e política através dos processos midiáticos.

No contexto atual, a complexa relação religião e política têm mediação e grande consecução da mídia. A midiáticação da Religião alçou vínculos em campos políticos, e sobretudo nas eleições de 2018 notou-se o uso do discurso religioso por candidatos políticos que se utilizaram da identidade religiosa como um dos fatores de influência e introduziram a “Palavra de Deus” em seus discursos de programa político, fato esse observado nas eleições à presidência de 2018. Estas foram um exemplo concreto da influência que o discurso religioso exerce sobre os eleitores fiéis, uma vez que a presença de candidatos e líderes religiosos ou atores sociais de movimentos religiosos inseriu fortemente a religiosidade como um dos fatores para atrair a atenção da sociedade e com isso angariar votos.

O desafio em se pesquisar à temática da midiáticação da religiosidade na tradição cristã e a relação com a política, está no modo de se entender essa interface, uma vez que são campos distintos que mantêm vínculo fronteiro e complexo. Nesse ínterim, sendo a mídia o braço auxiliar atual nas relações entre os sistemas políticos e grupos religiosos brasileiros, busca-se compreender a influência dessa midiáticação da religião na ascensão política de líderes religiosos ou atores sociais ligados a movimentos religiosos no Brasil, especialmente para o cargo de presidente do Brasil, onde se observou o apoio de instituições religiosas a candidato a cargo político.

Espera-se que a discussão sobre os processos midiáticos e o uso das mídias no favorecimento de um evento, fenômeno ou contexto, como o caso das eleições de 2018 no Brasil, contribua no debate crítico da complexa relação da tríade religião, política e mídia, uma vez que as práticas midiáticas estão presentes nos âmbitos sociais desde muito antes das novas mídias e dispositivos e das redes sociais fazerem parte do cotidiano da sociedade contemporânea. Contudo, o processo de midiáticação de instituições sociais como Religião e

Política, tem tomado grandes proporções em virtude das próprias mudanças sociais e desenvolvimento tecnológico que acompanham a modernidade.

Hodiernamente, o delineamento dessa relação tem por intersecção a midiatização de suas práticas, ou seja, a intensa presença da mídia e meios de comunicação, que alçou cada vez mais o fenômeno da religião aos espaços públicos e aos assuntos políticos. Mas como ocorre esse processo midiático no que diz respeito à religião? A midiatização da Religião conduziu a crença e valores religiosos como refúgio da fé e esperança através das “promessas de redenção” alicerçada pelo mercado de consumo, a partir do uso estratégico dos meios de comunicação na produção de cultos e programas católicos e evangélicos *on-line* e televisivo, o consumo de mídias impressa e eletrônica, a aproximação de líderes religiosos através de redes sociais, as plataformas e sites religiosos, dentre outros meios de revigoração religioso, assim como uma renovação dos espaços e práticas religiosos.

A problemática contextual converge na participação de atores sociais ou organizações religiosas no processo eleitoral brasileiro e o acesso e uso das mídias como modo de representação da realidade, desse complexo entrosamento emergem diversos questionamentos, porém uma questão central é pertinente sobre o funcionamento dessas relações e como elas operam: Em que sentido o discurso da ideologia de gênero baseado no kit gay e nas *fake news* disseminadas por alguns grupos evangélicos manipulou as eleições brasileiras de 2018?

Como hipótese de pesquisa, nota-se que a amplitude do discurso religioso mediado pelos processos midiáticos tem influenciado o público religioso e fortalecido vínculos, de modo que no âmbito político tem sido utilizado na tentativa de conquistar eleitores. Nessa conjuntura, a mídia tem sido auxiliar das práticas religiosas e os processos midiáticos mediadores da relação entre religião e política. Tomando-se como ponto de partida o processo organizacional eleitoral no Brasil, a disputa política, em especial nesse ano, teve intensa participação religiosa.

A pesquisa teve como objetivo principal avaliar como a construção discursiva do “Kit Gay” influenciou o eleitorado evangélico brasileiro e constituiu um instrumento de manipulação no espaço público brasileiro. Nos seus objetivos específicos busca-se compreender a relação entre Religião e Política, com intersecção da mídia no espaço público; analisar os impactos e efeitos do entrosamento entre midiatização das práticas religiosas e processo eleitoral brasileiro; apresentar a prática midiática da Fake News e o poder de manipulação no processo organizacional eleitoral brasileiro; delinear aspectos do processo de midiatização da religião que influenciaram nas eleições.

Para alcançar os objetivos propostos foi realizada a Análise Crítica do Discurso (ACD) como referencial teórico, visto que o próprio tema do trabalho traz a necessidade de uma análise

das relações dialéticas entre semioses e outros elementos das práticas sociais¹. É preciso esse olhar para poder perceber as mudanças radicais na sociedade contemporânea, o papel que a semiose tem dentro dos processos de mudança e nas relações entre semiose e outros elementos sociais dentro da rede de práticas.

A análise aplicada é tida como uma prática de estudo linguístico, existente no campo da comunicação. Ela consiste na análise da estrutura de um dado texto, seja ele verbal ou não-verbal, e suas respectivas preocupações. Seu foco principal é o discurso, este está em uma construção linguística ligada diretamente ao contexto social atrelado pelo texto elaborado. Dessa forma, ideologias presentes em um dado discurso são determinadas diretamente através do contexto político, social e cultural no qual se desenvolve.

Segundo Fairclough, uma estrutura analítica para a ACD é representada esquematicamente abaixo. Foi modelada com base no conceito de apreciação crítica explicatória do teórico crítico de Roy Bhaskar:

1. Dar ênfase em um problema social que tenha um aspecto semiótico.
2. Identificar obstáculos para que esse problema seja resolvido, pela análise;
3. Considerar se a ordem social (a rede de práticas) em algum sentido é um problema ou não;
4. Identificar maneiras possíveis para superar os obstáculos;
5. Refletir criticamente sobre a análise.²

Preocupa-se com as alterações significativas na esfera social contemporânea, no papel que a semiose, ou seja, que a produção desses significados tem dentro dos processos de mudança e nas relações entre semiose e outros elementos sociais dentro da rede de práticas.

A pesquisa é de caráter bibliográfica portanto, esse aparato mostra-se de grande valia, à medida que pode ser alcançado os melhores resultados com base nas referências teóricas. Logo, a pesquisa bibliográfica pode ser caracterizada por ser um estudo independente, com isso, o método de raciocínio aplicado será o dedutivo, tendo por finalidade uma pesquisa básica estratégica, com abordagem qualitativa. pautada na análise do discurso em especial no que tange a seara da política, mídia e religião, o embasamento foi possível através da pesquisa na legislação vigente, livros digitais e físicos, nas revistas digitais, artigos científicos, sites. Adquirindo os dados necessários para o esclarecimento das ideias em questão, buscou-se autores como Cunha, Fairclough, Brandão, Dias, entre outros.

Para tanto o trabalho segue estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo discute-se sobre Religião, Mídia e Política, nesse primeiro momento é importante observar a relação

¹ FAIRCLOUGH, N. Análise crítica do discurso. p. 309.

² FAIRCLOUGH, N. Análise crítica do discurso. p. 310.

entre essas esferas de poder, na sociedade atual cada ambiente da sociedade ganha uma representatividade de forma poderosa alicerçada pela mídia ou o que se chama de quarto poder. O processo de midiaticização da religião parece intervir diretamente nos processos identitários de vinculação religiosa, seja no estabelecimento de espaços particulares de renovação das práticas religiosas nos ambientes midiáticos, seja no estabelecimento de discursos confrontantes e contraditórios no mesmo espaço onde se poderia esperar uma perspectiva de diálogo.

O segundo capítulo aborda a Ideologia de Gênero no Discurso Religioso e Político no Brasil, analisando os conceitos de Ideologia e de Gênero e trazendo uma reflexão sobre a criação deste termo que vem sendo disseminado tanto na seara educacional quanto na política, servindo para alguns políticos como uma bandeira a ser defendida na sociedade atual, muitas vezes ferindo a própria Constituição Brasileira e os Direitos Humanos.

O terceiro capítulo faz a correlação entre a Ideologia de gênero e um termo criado para impor essa temática, chamado de “kit Gay”, da autoria do então deputado Jair Bolsonaro. A análise traz a influência do discurso homofóbico na violação dos Direitos Humanos como a bancada evangélica participou ativamente dessa discussão principalmente a partir das eleições presidenciais de 2018 e relata a grande disseminação de fake News como uma possibilidade de manipulação discursiva nas eleições de 2018. Concluiu-se o trabalho com a análise da articulação dos ideais produzidas pela mídia em relação a fake news e o resultado da eleição presidencial de 2018.

1 RELIGIÃO, POLÍTICA E MÍDIA

Este capítulo pretende analisar a relação entre *religião, política e mídia*. O objetivo corolário é investigar as movimentações que ocorrem nesses três campos de disputa de poder, pois, pressupõe-se que cada uma dessas esferas, a seu modo, estaria imprimindo um discurso próprio no intuito de convencer as pessoas de suas concepções sobre a *verdade*. Desse modo, na primeira seção, analisa-se, de forma ampla, a influência da mídia na sociedade, isto é, como se deu o seu desenvolvimento no decorrer do tempo e, principalmente, como ocorre sua atuação no cenário social, especialmente a partir do início do século XXI. Depois, apresenta-se a discussão da complexa relação entre religião e política. Por último, perscruta-se a tríade religião, mídia e política. Em suma, procura-se demonstrar a influência do discurso religioso na sociedade contemporânea.

1.1 A mídia e a sociedade

Na atualidade, vive-se uma grande expansão da informação e vários são os recursos disponíveis que as pessoas têm para acessá-la em tempo real. Seria benéfico se tais informações pudessem ser repassadas de maneira adequada, isto é, de modo ético, pois, vive-se em um contexto democrático e um dos preceitos desse sistema de governo seria a possibilidade da liberdade de expressão. Mas, aparentemente, nem todos os meios de comunicação coadunam com os mesmos objetivos, que seria o de informar imparcialmente aquilo que, de fato, seja relevante para as pessoas. Existe, assim, um tipo de democracia em que o povo dispõe de condições para participar de modo significativo na sociedade, opinando nas decisões importantes, e na qual os canais de informação são acessíveis e livres.

De acordo com Noam Chomsky, uma das formas de conduzir o povo a participar democraticamente de seu governo seria através da liberdade de opinião e de expressão, que, em tempos de *internet* e de redes sociais, tornou-se quase uma obrigação para esses poderem mostrar seu posicionamento.³ Nesse sentido, verifica-se que a comunicação constitui um pilar fundamental para a expansão das ideologias políticas,⁴ o que não seria um fato recente. Pelo contrário, na época do filósofo Nicolau Maquiavel, por exemplo, a comunicação teria sido instrumentalizada para transmitir aos governantes, em forma de manual, como eles deveriam

³ CHOMSKY, Noam. *Mídia: propaganda política e manipulação*. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 27.

⁴ CHOMSKY, 2014, p. 28.

se portar diante dos governados.⁵ Tal princípio ainda se mostra seguido por muitos na atualidade.

Outra forma de levar as ideologias dos governos à população seria através da propaganda. Esse recurso estaria presente, principalmente nos primórdios do século XX, nos idos da Primeira Guerra Mundial, quando o governo de Woodrow Wilson, através de uma comissão própria, instituiu uma propaganda que visava convencer o povo norte-americano da necessidade do envolvimento na guerra. Segundo Noam Chomsky, parte do material divulgado teria sido criado pelo Ministério da Propaganda britânico, dedicado a essa função naquela época.⁶

Nesse ínterim, teria sido divulgado, por exemplo, que os hunos praticaram uma série de atrocidades, tais como, arrancar os braços de bebês belgas bem como outros fatos terríveis que estariam servindo aos propósitos do Estado em forjar uma opinião de aversão ao grupo da Tríplice Aliança, sobretudo a Alemanha.⁷ Grosso modo, isso pode ser comparado ao que hoje é conhecido como *fake news*, ou seja, um ato que, na época, teria dado certo, pois boa parte da população americana teria apoiado o movimento bélico. Dessa forma, a propaganda política patrocinada pelo Estado e apoiada pelas classes instruídas, sem um efetivo espaço para contestá-la, teria influenciado a massa, de modo expressivo. Essa parece ter sido uma lição aprendida por Adolf Hitler e por muitos outros e que, também, estaria sendo adotada na atualidade.⁸

Em uma estrutura democrática, existe aqueles que são os responsáveis pela tomada das decisões e que acabam conduzindo os/as demais nessa lógica. Além disso, a necessidade de manter um controle intelectual e fático do povo, especialmente das classes menos favorecidas, seria relevante para a permanência e perpetuação do poder nas mãos de poucos. Desse modo, a relação entre política e mídia se mostra essencial para compreender o sistema de poder, ou melhor, seria através dessa relação que se estabeleceria a principal forma de contato entre a elite política e o povo – o eleitorado. A ferramenta privilegiada nesse contato é o discurso, que, com o passar do tempo, teria sido alterado para ter um alcance midiático necessário. Na verdade, essa forma de convencimento é mutável e ganha novas expressões a partir do contexto histórico e das ideologias que vão se estruturando.

Para que um discurso seja considerado midiático, é necessário que ele seja realizado de forma concisa e que repasse, de forma clara, a ideia central a ser defendida. Vale salientar que

⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Novo Século, 2015. p. 69.

⁶ CHOMSKY, 2014, p. 28.

⁷ CHOMSKY, 2014, p. 32.

⁸ CHOMSKY, 2014, p. 35.

os temas priorizados procuram provocar impacto e conduzir o eleitorado a decidir, segundo a vontade dos agentes políticos. Outro fator que não pode ser desprezado seria o capital político envolvido nesse processo. Ou seja, é evidente que aqueles que detêm mais poder econômico se tornam melhor representados, em uma linguagem midiática.

Os canais privados de comunicação objetivam o lucro e a notícia é a mercadoria negociada. Por isso, o investimento em capital é elevado, sobretudo em virtude das novas tecnologias informacionais. Com efeito, não se pode cogitar a possibilidade de perda de público, seja ele formado por leitores/as, internautas, telespectadores/as e/ou anunciantes. Para Francisco Fonseca, o resultado seria uma instabilidade entre formar opinião, receber influência do público e dos patrocinadores e, ainda, aferir lucro.⁹

Para exemplificar o alcance da mídia no cenário político, basta mencionar a elevação e a queda das *bolsas de valores e moedas*, quando algum fato ligado à vida privada ou pública, dos principais representantes da política nacional ou internacional, é divulgado na imprensa. Por isso, chama-se a mídia de *quarto poder*, justamente pelo alcance e pelo impacto que ela pode gerar na sociedade, bem como pela possibilidade de impor certo consenso à massa de leitores/as. Ao mencionar o quarto poder, leva-se em consideração que a democracia só é efetiva quando existe a liberdade de expressão. Mesmo assim, o poder dos meios de comunicação é inegável. Entretanto, segundo Joseph Schumpeter:

O povo nem sempre opina de maneira racional e compromete a escolha dos seus representantes, ainda segundo Schumpeter, o método democrático é definido como um sistema institucional para a tomada de decisões políticas, onde o indivíduo adquire poder decisório nesta luta competitiva pelos votos do eleitor.¹⁰

Porém, isso não estaria indicando que o povo saiba escolher ou que tenha, realmente, liberdade de escolha, pois, o voto é dado para um candidato que previamente será selecionado por um determinado partido. Esse candidato deveria apresentar qualidades que a maioria encontra ressonância e, se não as possuir, o *marketing* político se encarregaria de criá-las e apresentá-las à grande mídia. O aspecto relevante do sistema seria a possibilidade de o/a eleitor/a poder tirar o representante do governo, seja de maneira radical, atos, protestos, etc., ou de modo pacífico pela alternância do poder.

Uma ferramenta recente que potencializa a atuação do quarto poder é a *internet*, mormente a partir da criação e do aumento do acesso às redes sociais, o que teria possibilitado

⁹ FONSECA, Francisco C. P. Mídia e democracia: falsas confluências. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 22, p. 13-24, 2004. p. 17.

¹⁰ SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. p. 328.

a transmissão, em tempo real, das informações em um alcance inimaginável, até então. Esse *locus* informacional pode ser chamado de *ciberespaço*, onde a participação social é maior e onde as insatisfações podem ser expressas em tempo real. Desse modo, não existe mais uma obrigatoriedade de participação em manifestações públicas para exposição de ideias e insatisfação com o governo, qual seja a situação, tornou-se meio de exposição da vida privada, dos sentimentos e das notícias imediatas.

Destarte, nesse espaço, um dos objetivos seria a discussão política e, por isso, fala-se em *democracia digital* – termo que transita entre conceitos de uma complexa relação entre tecnologias digitais de comunicação e as práticas democráticas. A observação pertinente para essa outra dinâmica na comunicação política diz respeito às questões como: engajamento político, fortalecimento da esfera pública e apropriação política das ferramentas digitais. Compreende-se que esse modelo propiciou a ampliação das informações políticas, o que possibilita ao/à eleitor/a uma diversidade de escolhas diante de inúmeras propostas e uma grande competição. Deve-se considerar que se trata de um meio relativamente barato para oferecer serviços e fomentar ações políticas – como doações para campanhas, emissão de documentos oficiais e atendimento *online*. Um ponto a ser analisado é a pequena parcela que pode ter acesso a essas discursões, além da necessidade desse/a eleitor/a ter a característica de ser aquele/a que busca informações e que tem certa consciência de seu papel de cidadão/ã.

A mídia agrega não apenas a política, mas, também, a religião. A participação de igrejas cristãs na *internet*, na televisão e rádios se mostra crescente. No entanto, essa análise recai sobre a inserção da religião nas redes de informática. Conforme Magali Cunha, os evangélicos constituem o grupo em maior evidência quando se aborda nas mídias noticiosas a temática mídia, religião e política. Esse crescimento estaria acontecendo desde o final do século XX, explica a autora.¹¹ Além disso, ela considera que, na política propriamente dita, o aumento significativo da bancada evangélica aconteceu na legislatura de 2015-2018, onde a Frente Parlamentar Evangélica elegeu cerca de oitenta e oito deputados e três senadores.¹² Outro aspecto importante seria a hegemonia da ideologia conservadora entre os evangélicos, seja na cobertura das pautas da Bancada Evangélica, no Congresso Nacional, seja nos pronunciamentos das lideranças em relação aos temas da política nacional.¹³

¹¹ CUNHA, Magali N. Política, mídia e religião: o ativismo progressista entre evangélicos brasileiros por meio do Facebook e do Twitter. *Revista Comunicação e Sociedade*, São Bernardo do Campo, v. 39, n. 3, p. 217-244, 2017. p. 235.

¹² CUNHA, 2017, p. 237.

¹³ CUNHA, 2017, p. 238.

Mas, apesar do conservadorismo evangélico, existe a ala progressista. Segundo Magali Cunha, ocorreu um intenso crescimento desta ala, a partir dos anos 1930, através da formação da Confederação Evangélica do Brasil (CEB),¹⁴ e, no decorrer do tempo, esse grupo religioso vem ganhando espaço, cada vez maior, no cenário político brasileiro. Mas, de acordo com Joanildo Burity, em relação às alas conservadora e progressista, a discordância entre elas estaria, principalmente, vinculada às questões sobre aborto, homossexualidade e manipulação genética.¹⁵

Esses aspectos serão mais bem abordados nas próximas seções, tanto naquela em que se abordará a respeito da relação entre política e mídia, como também na próxima seção que tratará sobre as questões concernentes à relação entre *mídia, política e religião*, ao lado da análise da influência do discurso religioso. Por ora, é preciso reforçar que a evolução das redes de informações estaria contribuindo para que o ser humano se torne totalmente dependente delas, no processo de formação e de fundamentação de sua opinião sobre um determinado assunto. Ou seja, com a evolução dos instrumentos como o rádio, a televisão, a *internet*, etc., o público alvo estaria se tornando dependente das informações repassadas para conseguir escolher um determinado lado, por assim dizer, de um possível debate. Até mesmo o advento do jornal escrito, no século XIX, no cenário brasileiro, teria levado a sociedade a adquirir o hábito de leitura de notícias e dos artigos relevantes em diversas áreas.

Mais tarde, com o surgimento do rádio e, depois, da televisão, a gestão do tempo teria sido modificada, porque a maioria das pessoas teriam passado a pautar sua rotina de acordo com os programas veiculados por esses instrumentos de comunicação. O século XXI trouxe a popularização da *internet* e, com ela, uma das ferramentas de interação e de comunicação, em tempo real, mais importante da atualidade. A *internet*, explica Manuel Castells, pode ser compreendida como um meio em que há um aumento exponencial do consumo de mídia associado ao aumento da quantidade de informação que cada pessoa dispõe.¹⁶

Atualmente, a mídia ocupa uma posição privilegiada, pois ela tem o poder de construir ou de transformar a maneira como as pessoas entendem a realidade, através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana – das etnias, dos gêneros, das gerações, da estética, etc. –, em particular, da política e dos políticos. Indubitavelmente, a mídia alterou a forma das campanhas eleitorais, porque veio para agregar ao poder político outra maneira de

¹⁴ CUNHA, 2017, p. 240.

¹⁵ BURITY, Joanildo. De onde vêm os referenciais para uma tomada de posição político-eleitoral? *Revista Tempo Social*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 83-113, 2008. [online]. p. 87.

¹⁶ CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 367.

poder, a saber: o da comunicação. Para John Thompson, a comunicação é um tipo distinto de atividade social que envolve a produção, a transmissão e a recepção de formas simbólicas, implicando na utilização de recursos de vários tipos.¹⁷ Nesse sentido, a mídia é responsável por veicular um discurso de convencimento, no intuito de causar sensibilização da massa através de uma argumentação clara. Ou seja, seria uma forma de pressão reivindicativa para possibilitar que a ideologia defendida alcance os objetivos precípuos.

À luz desse aparato, não seria uma inverdade afirmar que fazer política na atualidade significa, também, proporcionar um verdadeiro espetáculo para os/as cidadãos/ãs e, para que o convencimento aconteça, torna-se imprescindível a *sensibilização* das pessoas. Com isso, criou-se uma rede de profissionais dedicados a essa concepção. Eles estão divididos entre os que realizam a criação, a transmissão e a difusão, a preservação e produção cultural, ou seja, eles/as apenas reafirmam essa tendência. Mas, além desses, existem os influenciadores, que se tornaram essenciais nesse processo de formação de opinião política e social.

No entanto, as práticas midiáticas, no Brasil, precedem o *constante estado online* da atualidade, uma vez que, em se tratando de uma tecnologia *monocromática*¹⁸, cumpria com a funcionalidade da época. Não obstante, a aceleração da modernidade teria contribuído para o advento da *internet* e do desenvolvimento tecnológico, que transformaram o ambiente midiático com a utilização de novas mídias, dispositivos de conexão direta e um processo de comunicação rápido, permitindo que as notícias *fasts*¹⁹ e a linguagem contemporânea tivessem maior alcance e expansão, convertendo-se na própria incorporação da condição de ser humano.

Por isso, reafirma-se que, no atual contexto, não se pode pensar socialmente sem vincular a presença da mídia às esferas sociais, pois elas reverberam outra dinâmica em termos de estrutura e de conteúdo. Stig Hjarvard explica o seguinte:

Utilizamos o termo ‘mídiatização’ para denotar a importância intensa e transformadora da mídia na cultura e na sociedade. Por mídiatização da cultura e da sociedade, nos referimos aos processos por meio dos quais cultura e sociedade tornam-se cada vez mais dependentes das mídias e seus *modus operandi*, ou lógica da mídia. Tais processos mostram uma dualidade, na qual os vários formatos de mídia tornam-se integrados às práticas cotidianas de outras instituições sociais e esferas

¹⁷ THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 25.

¹⁸ O termo monocromático foi simbolicamente utilizado para enfatizar as mídias “do passado”, as mídias de massa: televisão, rádio e jornal impresso.

¹⁹ O modo *fast-food* referenciado no novo jornalismo, diz respeito ao consumo de informações rápidas pela sociedade atual, mediante a velocidade e difusão instantânea da notícia. Para Santos, “esse formato de notícia visa ao consumo rápido, tal como um *fast-food* pode satisfazer a fome rapidamente e sem espera. A notícia nesse formato tem o objetivo de atender a uma necessidade de informar rapidamente àqueles que não dispõem de muito tempo para ler grandes textos, mas precisam manter-se atualizados”. Saiba mais em: SANTOS, Ana Lúcia P. R. Informação fast-food: um estudo de caso do jornal “Último Segundo” do portal iG. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002. p. 55-56.

culturais, e ao mesmo tempo adquirem o status de uma instituição semi-independentes, em si mesmos.²⁰

Em suma, a midiáticação é um processo de transformação que acontece na sociedade hodierna e que se relaciona com os meios de comunicação. Esse processo está atrelado ao desenvolvimento que se constata na sociedade contemporânea, em que se articulam os meios de comunicação e ambientes midiáticos com as práticas sociais, de modo que a mídia exerce influência dominante sobre outras instituições. Mas, através de uma relação interrelacional instável e mutável de acordo com a realidade atual.

Em linhas breves, Stig Hjarvard discorre sobre política e mídia, apontando para uma relação mutuamente dependente em que “tais instituições devem ajustar seu funcionamento interno as lógicas uma da outra, permitindo diferentes tipos e graus de política midiática e mídia politizada”²¹. Para ele, a mídia está se tornando parte integrante da interação social e das instituições sociais. Nesse sentido, família, política e religião podem ser consideradas instituições a partir dessa ótica. Além disso, com o advento da *web 2.0*, encontraram-se novas maneiras de se comunicar, através da utopia da *democracia virtual* contestada por Matthew Hindman, que questiona a diversidade e a inclusão da *web* enquanto espaço público, mediante a categorização da informação por nível de relevância.²²

No âmbito da sociologia, torna-se importante avaliar o nível de contribuição das redes sociais em relação às mobilizações sociais. Existem vários exemplos de mobilizações *cibernéticas*, saindo das telas dos computadores direto para encontros em praça pública, como teria sido o caso do *Movimento 12 de março*, em Portugal, bem como os protestos *Fora Dilma*, de 12 de junho de 2017, no Brasil, que levaram milhares de internautas para as ruas em manifestações organizadas pelas redes sociais.

A discussão acerca da intersecção entre mídia, política e religião é um tema necessário na atualidade. O modo como os religiosos percebem a sociedade, os líderes políticos e suas ideologias são fatores extremamente importantes. Soma-se a isso as discussões sobre o Estado laico, a homofobia, a comunidade LGBTQIA+, entre tantas outras. Além disso, cabe entender como as religiosidades estão se articulando nos ambientes das mídias. Porém, esse será o objetivo da próxima seção.

²⁰ HJARVARD, Stig. Da mediação à midiáticação: a institucionalização das novas mídias. *Revista Parágrafo*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 51-62, 2015. p. 53.

²¹ HJARVARD, 2015, p. 54.

²² DINE, Estela. *O impacto dos influenciadores digitais nas eleições de 2018: quem são, de onde vem e o que querem*. Maringá: Viseu, 2019. p. 19.

1.2 Análise da tríade religião, mídia e política

É no processo de midiaticização da religiosidade que se remodela e se reconstrói o âmbito da religião, surgindo, assim, as novas modalidades de experienciação da fé, explica Moisés Sbardelotto.²³ Isso ocorreria, segundo o autor, mediante as combinações entre mudanças sociais e ampliação da inserção das práticas midiáticas na sociedade contemporânea. A influência da *internet* nas práticas religiosas, especialmente na relação entre fiel e sagrado, estaria ocorrendo, nas palavras de Moisés Sbardelotto:

Na interação estabelecida pelo fiel, por meio da internet, com elementos do sagrado, percebemos elementos que indicam as possibilidades de ocorrência de uma experiência espiritual-religiosa por meio da rede. Abrange-se, assim, um *processo* que se encontra em uma interface do sistema comunicacional com um amplo âmbito social, o religioso, interface que se dá em um movimento criativo e contínuo: ou seja, um processo midiático e social complexo.²⁴ [grifo do texto].

Nesse sentido, as tecnologias se inserem no cotidiano da sociedade, se apropriando e/ou moldando suas práticas. Com efeito, no ambiente midiático, a religião se reorganiza de forma a circular significativamente. Segundo Antônio Neto, a religião, no ambiente midiático, articula-se com os processos midiáticos atuais, de modo que não desarticula o *modus* tradicional da prática religiosa, mas, agrega novas dinâmicas na *experienciação da fé*.²⁵

O progressivo processo de modernização da religião através de “cultos, liturgias e doutrinas, adaptados às exigências espaço temporais”²⁶, são apresentados *online* e ajustados às práticas midiáticas. Nas palavras de Luís Martino:

A presença atuante de lideranças religiosas em redes sociais, as celebrações religiosas em grande escala organizadas à maneira de shows musicais, os rituais que se pautam, em termos formais, em programas de televisão e mesmo as práticas de elaboração de produtos e marcas para consumo de públicos segmentados podem ser encontrados dentre as características das religiões de alta mediação.²⁷

Desse modo, o televangelismo, a missa católica televisionada, os folhetins cristãos via *online*, os produtos e serviços religiosos vendidos em *sites* movimentam o mercado da fé, as plataformas e as redes sociais das diferentes religiões. Por isso, os líderes religiosos podem ser

²³ SBARDELOTTO, Moisés. Entre o social e a técnica: os processos midiáticos do fenômeno religioso contemporâneo. *Revista Ação Midiática*, Curitiba, v. 2, n. 1, [n.p.], 2012. [n.p.].

²⁴ SBARDELOTTO, 2012, [n.p.].

²⁵ NETO, Antônio F. Processos midiáticos e construção de novas religiosidades: dimensões históricas. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 3, p. 151-164, 2002. [online]. p. 157.

²⁶ MARTINO, Luís M. S. Midiaticização da religião e secularização: pensando as práticas religiosas no ambiente das mídias. *Revista Paulus*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 97-108, 2017. p. 102.

²⁷ MARTINO, 2017, p. 103.

tomados como exemplo da “presença do religioso no ambiente midiático de uma sociedade secularizada”²⁸.

Bem verdade que a grande influência da religião na sociedade brasileira só se efetiva nos tempos atuais porque a sociedade ainda é extremamente conservadora o que aparece como o novo e a mudança na realidade é o pensamento conservador que se alastra nas diversas arenas da agenda política brasileira. Segundo a professora Maria Lúcia Barroco (2009), o debate sobre a família (e conseqüentemente sobre as questões de gênero e sexualidade) figura como principal objeto de investimento e injunção do pensamento conservador contemporâneo²⁹, de modo que observa-se apelos morais ao bem comum através de abstrações contidas, por exemplo, no projeto de estatuto da família; na proibição do aborto legal e de estatuto do nascituro; e até mesmo em projetos que instituí o orgulho ao heterossexual.

A crescente presença da religiosidade na mídia abre espaço, dessa forma, para discussões a respeito dessa relação a da influência dela na sociedade. Stig Hjarvard aponta para uma relação de dependência da religião sobre a mídia, isto é, através da midiaticização das práticas religiosas, a religião, na atualidade, estaria conseguindo alcançar os/as fieis e os seus objetivos.³⁰ Mas, há outra perspectiva que indica a manipulação da mídia pela religião e da religião pela mídia, ou seja, “a religião é midiática, assim como a mídia é religiosa”³¹, segundo Moisés Sbardelotto.

Considera-se, desse modo, a conversão das crenças religiosas em um produto específico, que precisa ser basicamente *vendido* em duas etapas ou em dois mercados distintos: mercado fiel e mercado consumidor. O que se tem, portanto, são disputas acirradas no mundo religioso. Daí, o discurso acaba sendo bem fundamentado em relação a temas pessoais e figuras públicas. De modo geral, são histórias sensacionalistas, que expõem a vida na mídia e levam alguns líderes religiosos a se destacarem nesse campo de conversão. O que se torna, muitas vezes, verdadeiros espetáculos perpassados por fatos reais, histórias de vida, testemunhos emocionados, seguidos de alta produção televisiva.

Porém, existe outra forma de expressão que vem ganhando destaque nesse cenário digital, a saber, o *ciberativismo*. O termo sugere a difusão de ideologias através de redes *cibernéticas*, aproveitando-se dos principais meios de mídias sociais como o *Facebook*, *Twitter*,

²⁸ MARTINO, 2017, p. 107.

²⁹ IASI, Mauro (2015)

³⁰ HJARVARD, Stig. Midiaticização: conceituando a mudança social e cultural. *Revista Matrizes*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 21-44, 2014. p. 32.

³¹ SBARDELOTTO, Moisés. Religião pública: desdobramentos da midiaticização da religião na cultura digital. *Revista Tear Online*, São Leopoldo, v. 3, n. 1, p. 73-86, 2014. [online]. p. 76.

o *YouTube*, *e-mail*, *podcasts*, entre outros. O objetivo dessa difusão seria reunir uma quantidade considerável de interessados/as e compartilhadores/as com a ideologia apresentada, propagando suas ideias e planos, organizando ações de maior complexidade e impacto, gerando, assim, interatividade e engajamento.³²

Em 2016, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que a *internet* está presente em 65% dos lares brasileiros, onde crianças e jovens constituem o grupo dos grandes usuários, em virtude de pouca maturidade ou pela falta de informação mais profunda dos fatos em relação àqueles/as que têm contato com a informação. Dessa maneira, a propagação das *fake news* teria se tornado mais fácil e rápida, pois o imediatismo da geração atual, muitas vezes, contribui para que aqueles/as que a compõem não procurem pelo aprofundamento e/ou pela contestação da notícia, aceitando-a da forma como se apresenta. Esse é um perigo extremo para todas as pessoas envolvidas nessa situação, visto que a *internet* oferece inúmeras possibilidades de disseminação, em uma velocidade imensurável.³³

Tal situação não deveria incorrer no risco de confundir popularidade com veracidade. A primeira nem sempre está pautada na segunda, pois, geralmente, a notícia popular que ganhará mais notoriedade precisa ter apelo midiático, ou seja, o *marketing* digital está voltado para conquistar *likes*. No entanto, na sociedade contemporânea, seria importante que o conteúdo apresentado forneça verdades. A ética, desse modo, deveria ser primordial no espaço *cibernético* e as *fake news* mostraram que ainda existe um longo caminho a ser pavimentado e percorrido para alcançar tais objetivos.

As igrejas também se adequaram a era digital, o que indica que a religião migrou para o mundo *cibernético* de forma intensa, especialmente a partir da segunda década do século XXI. A necessidade de se viver a fé em público teria influenciado o comportamento das pessoas, ou seja, o indivíduo – enquanto membro de uma comunidade – pode, através de sua religião, ser incluído ou excluído da sociedade. Daí teria surgido, então, o que se convencionou chamar de *pluralismo religioso*, o que extrapolou os limites da esfera das religiões, articulando-se com outros setores da sociedade, como a política e a cultura. No âmbito político, o pluralismo religioso significou a entrada de novos temas na agenda de debates.

Dentre os cinquenta veículos de maior audiência – considerando os meios impressos, *online*, rádio, TV –, nove são de propriedade de lideranças religiosas, cristãs, dominantes no Brasil.³⁴ Os destaques estariam na radiodifusão, ou seja, entre as onze redes de TV de maior

³² DINE, 2018, p. 32.

³³ IBGE. [Site institucional]. [s.d.]. [online]. [n.p.].

³⁴ INTERVOZES. *Monitoramento da propriedade de mídia no Brasil (MOM)*. 04 jul. 2017. [online]. [n.p.].

audiência, em que três são de propriedade de lideranças evangélicas – Record TV, Record News e Gospel TV – e uma de liderança católica – Rede Vida. E entre as doze redes de rádio, duas evangélicas – Aleluia e Novo Tempo – e uma católica – Rede Católica de Rádio.³⁵

Em relação aos nove veículos de propriedade de lideranças religiosas, cinco direcionam o seu conteúdo para a defesa dos valores de sua religiosidade específica: as redes de rádio Aleluia, Novo Tempo e RCR, bem como as emissoras de TV da Rede Gospel e da Rede Vida. No entanto, nem todos os programas são exclusivamente religiosos, na realidade, existe uma variedade que, no seu formato, se assemelha aos programas das redes laicas, por assim dizer, como o jornalismo, atualidades, entretenimento e entrevistas. Mas, o que importa é que a visão de mundo e de valores definidos por esses grupos estão pautados na fé cristã.³⁶

O principal programa da Rede Gospel, por exemplo, é o *De Bem com a Vida*, que está no ar a mais de vinte anos. O programa é apresentado pelas bispas Sônia e Fernanda Hernandes e tem uma programação voltada para o público feminino e trata de temas como saúde, culinária, beleza, família, artesanato e educação dos filhos. Outros quatro programas pertencem ao grupo Record – Record TV, Record News, Portal R7 e Jornal Correio do Povo – e podem ser caracterizados como veículos comerciais que têm uma programação que concorre com outros veículos laicos de mídia.³⁷

Os programas veiculados pela Rede TV, pela Record TV e pela Band são produzidos por diferentes igrejas evangélicas de diferentes denominações – neopentecostais, pentecostais e históricas. Há, também, a realização de missas católicas e apenas um programa de outra religião, o *Seicho-no-ie*.³⁸ Mas, enfatizando o caráter comercial na grade das emissoras, existem alguns programas que contrariam, em certo sentido, a moral religiosa. Por exemplo, a Record TV exibe um *reality show*, *A Fazenda*, e o Portal R7 faz uma cobertura de eventos como o Carnaval, bem como tem um *blog* especializado em cervejas. Cabe mencionar que o Grupo Globo é proprietário da empresa Som Livre, que produz álbuns dos padres cantores e de artistas evangélicos, através do selo Você Adora e, ao mesmo tempo, produz festivais de música gospel, como o Festival Promessas.³⁹

A mídia impressa e os portais também apresentam conteúdo religioso fixo. Por exemplo, o jornal Extra, do Grupo Globo, em entre os seus colunistas o padre Marcelo Rossi, que, também, tem um programa na Rádio Globo AM/FM, assim como a pastora e artista evangélica,

³⁵ INTERVOZES, 2017, [n.p.].

³⁶ INTERVOZES, 2017, [n.p.].

³⁷ INTERVOZES, 2017, [n.p.].

³⁸ INTERVOZES, 2017, [n.p.].

³⁹ INTERVOZES, 2017, [n.p.].

Aline Barros. Outro jornal impresso que tem um número expressivo de colunistas religiosos é *O Tempo*, que pertence ao grupo Editorial Editora Sempre – Grupo SADA. Victorio Medioli, proprietário, se apresenta como budista e estudioso de filosofias e de religiões. Além disso, o jornal abre espaço para uma variedade de lideranças cristãs católicas e evangélicas, além de lideranças do espiritismo kardecista.⁴⁰

Diante desses levantamentos, pode-se notar que a mídia brasileira está atrelada aos interesses religiosos que se resumem ao cristianismo em suas vertentes católica e evangélica. Observa-se, ainda, que as minorias religiosas brasileiras, como as religiões de matriz africana, tais como, a umbanda e o candomblé, não têm voz no sistema brasileiro de mídia, sobretudo naqueles de maior alcance e audiência. É possível, portanto, notar que a midiáticação da religião, ao mesmo tempo, provoca um grande impacto e exerce influência – a partir do uso da mídia e de tecnologias – sobre vários domínios institucionais. O inverso também é verdade, pois isso estaria vinculado à interferência desse processo no comportamento e nas ações das pessoas, de modo politicamente relevante.

Logo, no cenário das relações entre religião, mídia e política é possível notar que a reconfiguração da religiosidade, alçada pela midiáticação, estaria realinhando a visibilidade da religião no espaço público com mais fluidez, reatando vínculos políticos com fronteiras menos definidas. Nesse sentido, Luís Martino entende que o processo de midiáticação da religião parece estar cada vez mais se articulando com a participação das igrejas e dos religiosos nos assuntos públicos – de modo peculiar no que diz respeito à presença nos processos eleitorais e nos espaços legislativos.⁴¹ Esse ensejo, de modo específico, é o elemento de discussão atual, que visa o intenso processo midiático em torno das últimas eleições no Brasil.

De acordo com Magali Cunha, os evangélicos aparecem em maior evidência na discussão que tematiza a mídia, a religião e a política. Isso ocorre, ela explica, por causa de fatores que merecem ser relatados. Um deles seria o aumento do número de fieis no território nacional. Esses fieis estariam em busca de uma interação através da *internet*, através de várias ferramentas digitais e, por mais que a comunidade católica também tenha destaque na sociedade, seria a Frente Parlamentar Evangélica que teria se consolidado e alcançado, na legislatura 2015-2018, uma bancada na faixa de oitenta e oito deputados, eleitos em 2014, e três senadores, reeleitos em 2010.⁴²

⁴⁰ INTERVOZES, 2017, [n.p.].

⁴¹ MARTINO, Luís M. S. Mediáticação da religião e esfera pública nas eleições paulistanas de 2012. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 14, p. 7-26, 2014. p. 8.

⁴² CUNHA, 2017, p. 243.

As mídias, sejam elas ligadas à política ou à religião, destacam a ideologia conservadora. O Brasil ainda reflete, por exemplo, o patriarcalismo, o machismo e a hegemonia cristã. Isso demonstra que o olhar conservador culmina nas pautas da Bancada Evangélica, no Congresso Nacional. Dessa forma, poucos seriam os evangélicos progressistas na Bancada Evangélica, segundo a análise de Magali Cunha.⁴³ Aliás, aparentemente, o discurso entre religião e política sempre deixa os conservadores em vantagem, porque os embates ideológicos abarcam os mais variados temas: sexualidade, fé, liberdade de crença, a existência de um estado laico, descriminalização do aborto, entre outros. Com o advento da *internet* no cenário brasileiro, principalmente a partir da virada para o século XXI, todo material produzido por esse grupo específico se tornou mais eficiente. Ou seja, todos os sentidos humanos podem ser despertados através de vídeos, publicações e interação virtual, sem mencionar o crescimento acelerado dos canais de televisão que propagam essas ideias.⁴⁴

Para Magali Cunha, o ativismo político evangélico seria uma espécie de ação não institucional na esfera pública, movida por indivíduos nas, e, a partir das redes sociais no exercício de pressão sobre os detentores do poder político, econômico e sociocultural. Ela entende que esses indivíduos estariam sempre motivados pelo desejo de mudança de uma determinada ordem vigente ou de um elemento gerador de tensões e conflitos.⁴⁵

Além dessa perspectiva, Leonildo Campos e Alexandre Fonseca apontam que houve uma intensa atuação dos atores religiosos nas mais variadas frentes, no ambiente de abertura democrático e na elaboração da Constituição de 1988.⁴⁶ Mas, além da igreja católica, esse cenário demonstra uma presença significativa dos neopentecostais, que aprofunda e consolida esse segmento religioso no âmbito político brasileiro. De modo que, sua atuação e mobilização, no ambiente eleitoral, refletem a adoção da estratégia política estabelecida ao longo da década de 1980, com destaque para a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Com efeito, a Bancada Evangélica, entre 1982 e 1986, teria saltado de quatorze para trinta e três representantes na Câmara dos Deputados.⁴⁷

⁴³ CUNHA, 2017, p. 243.

⁴⁴ CUNHA, 2017, p. 241.

⁴⁵ CUNHA, 2017, p. 241-243.

⁴⁶ CAMPOS, Leonildo S. O projeto político de “Governo do Justo”: os recuos e avanços dos evangélicos nas eleições de 2006 e 2010 para a Câmara Federal. *Revista Debates do NER*, Porto Alegre, v. 2, n. 18, p. 39-82, 2010. p. 63. Saiba mais em: FONSECA, Alexandre B. C. *Secularização, pluralismo religioso e democracia no Brasil: um estudo sobre a participação dos principais atores evangélicos na política (1998-2001)* (2002). Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. p. 115.

⁴⁷ TSE. [Site institucional]. [s.d.]. [online]. [n.p.].

Existem pelo menos duas razões para explicar a incursão política desse segmento. Em primeiro lugar, o temor em torno da suspeita de que a Carta Constitucional contemplasse temas como a liberação das drogas e a descriminalização do aborto teria incentivado a articulação e a presença desses no cenário político partidário. Em segundo lugar, havia certo receio de que os setores da igreja católica, aliado às forças da esquerda no quadro partidário, viessem aprovar leis no intuito de impor limites ao avanço dos neopentecostais. Em virtude desses motivos, algumas denominações teriam abandonado a posição apolítica que sustentavam, até então, iniciando, assim, um processo de organização com propósitos eleitorais para terem influência sobre temas na elaboração do texto constitucional.⁴⁸ Nas palavras de Magali Cunha:

O ativismo político evangélico ganha destaque nos anos 2010, revelando o engajamento de lideranças religiosas e de fiéis, seja em períodos eleitorais – não só para a conquista de votos, mas também para a rejeição e a oposição a candidatos – seja em torno de pautas, como a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara assumida pelo Deputado Pastor Marco Feliciano, em 2013, o projeto de redução da maioria penal (2015) ou o impeachment da presidente Dilma Rousseff (2016).⁴⁹

Para aprofundar a discussão da influência religiosa na política, é preciso analisar o discurso religioso, pois os temas defendidos corroboram para o que se afirma a respeito da manutenção moral cristã. Dessa forma, o discurso religioso é visto como um fenômeno social que possui relações com o ambiente e está situado no tempo e no espaço, influenciando e sendo influenciado. Para ratificar, “o texto não é considerado como evidência, pois para a Análise de Discurso a linguagem não é mera comunicação e a língua tampouco transparência”⁵⁰.

Desse modo, os representantes do povo deveriam buscar os interesses comuns e expressar os objetivos além dos seus próprios interesses. Portanto, em um cenário de interesses específicos, seria adequado que eles/as exercessem o papel das leituras de pronúncia diferente de interesses individuais, passando a alimentar o discurso do bem comum e não do conflito de conceitos normativos, em relação aos interesses comuns que deveriam ser gerados pelos parâmetros organizacionais da vida pública.

Nesse ambiente regulado, perpassado pelas disputas de poder, o discurso religioso tem um peso significativo, porque traduz entre as partes o que a religião pode afirmar de bom ou ruim e de certo ou errado, em um sentido maniqueísta. Os partidos políticos e os representantes consideram, pois, os interesses dos/as cidadãos/ãs como interesses do país. Em casos extremos,

⁴⁸ CUNHA, 2017, p. 241-243.

⁴⁹ CUNHA, 2017, p. 243.

⁵⁰ CESARIO, Ana C. C.; ALMEIDA, Ana M. C. Memória da ocupação de uma região na voz jornal “Paraná-Norte”. In: KAKUTA, Ângela M. (org.). *Geografia e mídia impressa*. Londrina: Moria, 2009. p. 200.

reconfiguram seus modelos de acordo com os padrões sociais e segundo seus próprios interesses.

A representação política em uma sociedade pluralista constitui um movimento de argumentação, em que a própria Constituição, especialmente os seus princípios e objetivos básicos, deve ser obedecida, pois nela o Estado é laico e independente. A questão da ética pessoal, da economia, da política deveria ser obedecida, no entanto, encontram-se muitas barreiras, sejam elas pragmáticas ou inerentes ao sistema eleitoral.

Com o discurso religioso alinhado com a ideologia política, existe a possibilidade de servir a uma legitimação de poder e, consciente ou inconscientemente, ocultar verdades ou análises críticas em relação à dinâmica social e seus inúmeros conflitos. Pode, inclusive, transformar as ações em fatos explicados a partir da visão religiosa, por isso, seria necessária a análise crítica do discurso.⁵¹

1.3 A influência do discurso religioso na sociedade hodierna

O discurso religioso se localiza no tempo e no espaço e, simultaneamente, afeta e é afetado. Para Otto Maduro:

Uma definição sociológica da religião é uma definição da religião enquanto é parte da dinâmica social, influi sobre ela e dela recebe um impacto decisivo. Uma definição sociológica da religião é uma definição da religião como fenômeno social, fenômeno social imerso numa complexa e movimentada rede de relações sociais.⁵²

Para falar de discurso é premente falar da linguagem, busca-se então o conceito de Lotman onde este aponta que existem dois níveis de linguagem, sendo o primeiro o da língua natural, ou seja, os idiomas com os quais os indivíduos se comunicam no dia a dia e por meio dos quais estruturam o mundo e experiência cotidiana nele. E existem ainda as linguagens de “segundo grau”, as linguagens da cultura, ou seja, as linguagens da cultura emulam as línguas naturais, constituindo-se em estruturas superiores de modelagem de mundo, o que Lotman chama de “sistemas modelizantes de segundo grau.”⁵³ (MACHADO, 2003, 125).

Segundo Nogueira, nesse sistema lotmaniano, o dualismo entre linguagem e religião se dissolve, uma vez que a própria religião se porta como um sistema secundário de linguagem, com poder de dar forma ao mundo. Cada pessoa ao ser inserido num grupo religioso passa a

⁵¹ DINE, 2018, p. 34.

⁵² MADURO, Otto. *Religião e luta de classes*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 41.

⁵³ MACHADO, 2003, p. 125;

vivenciar a cultura e a forma como o grupo interpreta o meio e se expressa. Logo, percebe-se que a religião é ou pode ser instrumentalizada para legitimar o poder e para governar, bloqueando posições políticas, ordem social crítica e revolucionária, bem como oculta, consciente ou inconscientemente, sendo essa a verdadeira causa da dinâmica social e dos conflitos. Isso torna relevante a análise do real discurso religioso na sociedade ou a composição do sistema cultural.

A partir da Análise do Discurso, doravante AD, o discurso não se restringe ao texto pronunciado pelo líder. Mas, as formações discursivas presentes na fala, em articulação com a ideologia, produzem um movimento que está para além do texto aparentemente transparente, porque “o discurso é efeito de sentido entre os locutores”⁵⁴, explica Eni Orlandi.

O papel da igreja, nesse sentido político, pressupõe que através dela Deus manifeste a sua vontade na terra, o que a legitima para dizer ao fiel o que fazer, o que seguir e em quem deve votar. A ideologia bastaria para as pessoas viverem honestamente, ou seja, pautados nos valores da família e dos bons costumes cristãos. Tudo isso na lógica de que Deus irá honrar e os problemas serão solucionados. Para conseguir os seus objetivos, o líder religioso se utiliza do medo como um recurso fundamental de controle e manipulação, através do discurso de fé. Nesse caso, o medo estaria sendo estimulado de dois modos: primeiro, o medo do julgamento de Deus, que “pode destruir nossa nação”, caso as *leis iníquas* sejam efetivadas; depois, o poder do discurso poderia silenciar os líderes religiosos, sob a pena de castigo.

A imagem dos líderes religiosos é crucial. Em relação ao processo político, por afetar a subjetividade, (re) forma a consciência pessoal e social, o que incidirá diretamente sobre a visão de mundo das pessoas em sua prática religiosa e política. Ou seja, pode ocorrer certa alteração no modo como essas pessoas interpretam a verdade nas instituições sociais.

A mediação da religião e a relação com a política pode ser mais bem analisada, quando se busca compreender a forma como esse discurso é transmitido para os/as demais interessados/as na temática. A sociedade globalizada e consumista também sente a necessidade de se expressar por meio da religião, seja através de discursos veiculados pela mídia ou pelos chamados *infoprodutos*, ligados ao entretenimento religioso. Isto é, ao aliar-se aos dogmas tradicionais, à tecnologia, ao consumo e à diversão, tudo parece contribuir para o atendimento de uma sociedade conectada e moderna.

Para uma melhor compreensão sobre esse assunto, será realizada uma análise crítica do discurso religioso e, dessa forma, será possível verificar como a sociedade estaria reagindo face

⁵⁴ ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999. p. 21.

à midiatização da religião, bem como diante da participação dos evangélicos no discurso político atual. Para tanto, é necessário delinear o que seria a Análise Crítica do Discurso (ACD). A ACD, segundo Helena Salles e Eloise Dellagnelo, consiste num caminho teórico-metodológico para os estudos organizacionais críticos, pois contribui para o exame de questões sociais do mundo contemporâneo e, simultaneamente, procura desnaturalizar crenças que servem de suporte às estruturas de dominação. Nesse sentido, discurso é uma prática tanto de representação quanto de significação do mundo, que auxilia no processo de construção de identidades sociais, de relações sociais e de sistemas de consciência e crença.⁵⁵

A ACD visa desvelar as assimetrias de poder, envolvendo aspectos ideológicos, sociais e culturais. Ou seja, objetiva a superação de uma lacuna existente entre as teorizações fundamentadas na linguagem e/ou pesquisas voltadas para uma explanação do papel da linguagem nas práticas sociais contextualizadas que estariam sustentando uma teorização complexa sobre a relação entre discurso e estruturas sociais. Para Helena Salles e Eloise Dellagnelo, essa estrutura analítica conta com um aprofundado suporte teórico das ciências sociais – de Antonio Gramsci, apropria-se da noção de *hegemonia*; de John Thompson, do entendimento de *ideologia*; do materialismo histórico de David Harvey, da ideia de *práticas sociais*; do sociólogo Anthony Giddens, recorre-se à noção de *estrutura social*; de Mikhail Bakhtin, busca teorizações de *intertextualidade*; de Michel Foucault, o conceito de *discurso*; de Jürgen Habermas, a ideia de *colonização dos e pelos discursos*; entre outros.⁵⁶

Outra definição importante é a do linguista Norman Fairclough, que define a noção de discurso, procurando combinar a abordagem linguística com uma perspectiva socioteórica de discurso.⁵⁷ É interessante observar o discurso religioso pelas lentes da ACD, pois se mostra perpassado por vários elementos da sociedade. Dessa forma, Lilie Chouliaraki e Norman Fairclough alegam que “qualquer prática social é composta dos seguintes elementos: discurso; atividade material; relações sociais (relações de poder e luta hegemônica pelo estabelecimento, manutenção e transformação dessas relações); e fenômeno mental (crenças, valores, ideologia)”⁵⁸.

De acordo com José Luiz Meurer, há certa ambivalência em torno do termo *discurso*, pois “por um lado tem um significado muito próximo de ideologia e por outro é apenas uma

⁵⁵ SALLES, Helena K.; DELLAGNELO, Eloise H. L. A análise crítica do discurso como alternativa teórico-metodológica para os estudos organizacionais: um exemplo da análise do significado representacional. *Revista Organizações e Sociedade*, Salvador, v. 26, n. 90, p. 414-434, 2019. p. 417.

⁵⁶ SALLES; DELLAGNELO, 2019, p. 421.

⁵⁷ FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001. p. 22.

⁵⁸ CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999. p. 21.

ocorrência de uso da linguagem”⁵⁹. O que distinguiria essas duas faces seria a forma como se utiliza essa narrativa, porque, ao comunicar uma parcela da sociedade sobre a esfera cultural, religiosa ou política, deixaria de ser uma mera comunicação para ser um discurso crítico permeado de ideias e de conceitos. Nesse caso, o objetivo seria convencer aqueles/as a quem se propõe que sua narrativa é verdadeira e real. Nas palavras de Norman Fairclough:

As ideologias são significações/construções da realidade que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.⁶⁰

Nesse sentido, os eventos discursivos moldados pela sociedade em si refletem regras, convenções, porém, ao mesmo tempo, tem considerações importantes e possibilita a discussão de ideias e da mudança social. Ou seja, para Norman Fairclough, todo texto guarda, simultaneamente, três significados: *acional*, *identificacional* e *representacional*. Esses significados textuais correspondem a três funções que se realizam através da linguagem: a ação, a representação de fenômenos do mundo físico e social e a identificação de nós mesmos e dos/as outros/as.⁶¹

A mídia seria, pois, uma forte aliada dessa representação no processo de expansão e na influência da linguagem. O tema da religiosidade, por exemplo, ganhou uma expressão mais ampla a partir desses meios, especialmente o movimento *gospel*, que, no Brasil, significa um gênero musical que combina formas musicais seculares – de modo especial as populares – com um conteúdo religioso cristão. Magali Cunha explica que:

A palavra ‘movimento’ justifica-se, de acordo com vários analistas e entusiastas do processo, pelas novas práticas desencadeadas a partir da profissionalização de músicos, cantores e grupos musicais cristãos ocorrida no período, aliada ao desenvolvimento da mídia religiosa, ambos fundamentados numa teologia que enfatiza o valor superior do louvor e da adoração no culto.⁶²

Logo, a ampliação e a interferência do discurso religioso em si, ocorreria em virtude a utilização de várias ferramentas digitais, no intuito de conferir publicidade e visibilidade às igrejas e aos cultos religiosos. Através desse alcance nos espaços sociais, o discurso evangélico e conservador estariam crescendo no cenário brasileiro. Para Magali Cunha:

Paralelamente, ganham espaço no continente duas correntes religiosas denominadas ‘Teologia da Prosperidade’ e ‘Guerra Espiritual’, estreitamente relacionadas à nova

⁵⁹ MEURER, José Luiz. Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. In: MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée. *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005. p. 87.

⁶⁰ FAIRCLOUGH, 2001, p. 117.

⁶¹ FAIRCLOUGH, 2001, p. 117-123.

⁶² CUNHA, 2017, p. 239.

ordem mundial. Na lógica de exclusão que caracteriza o capitalismo globalizado, essas correntes pregam a inclusão social com promessas de prosperidade material ('Vida na Bênção'), condicionada à fidelidade material e espiritual a Deus. Na mesma direção, prega-se que é necessário 'destruir o Mal' que impede que a sociedade alcance as bênçãos da prosperidade. Por isso, os 'filhos do Rei' devem invocar todo o poder que lhes é de direito para estabelecer uma guerra contra as 'potestades do Mal'.⁶³

Nesses termos, o seguinte questionamento poderia surgir: por que há um crescimento considerável do novo perfil cristão? Magali Cunha oferece uma possível resposta para essa indagação. Para ela, esse discurso leva a um direito a "reinar com Deus e desfrutar das suas riquezas e do seu poder, isso parece responder à necessidade de aumento da autoestima dos membros das igrejas"⁶⁴. No movimento gospel, os produtos são considerados como uma possibilidade de mediação com o sagrado. Através do consumo, os fieis estariam mais próximos de Deus, ou seja, seria uma espécie de cultivo da fé, servindo ao objetivo de propagá-la.

Diante disso, a proposição de um discurso para a massa evidencia a dialética das relações assimétricas de poder, presente em toda a sociedade. A religião, também, estaria influenciando nesse processo e, como já dito, a política também sofre essa influência. Por isso, se faz necessária uma análise do discurso religioso utilizado pela mídia, observando qual seria a resposta da sociedade, sobretudo em relação às eleições de 2018, que se caracterizou, entre outros aspectos, pelo avanço de um discurso conservadorista.

Em 2012, o IBGE divulgou que a população brasileira é majoritariamente religiosa e, com base na história do país, a religião predominante é o cristianismo, isto é, 92% dos/as brasileiros/as são cristãos/ãs. Pouco mais de 8% das pessoas teriam declarado não ter nenhuma religião. Porém, 64% dessa população – 123,3 milhões de pessoas – é católica, enquanto que 22,2% - 42,3 milhões – é evangélica, em crescimento acelerado. Naturalmente, essa expressiva parcela possui uma representatividade política expressiva.⁶⁵

Atualmente, no Brasil, existem trinta e três partidos políticos regularizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), entre os quais treze partidos falam apenas de religião, em sentido amplo e seis deles apresentam a temática religiosa em seus programas. De acordo com a pauta levantada no Congresso Nacional, a Frente Parlamentar Evangélica foi criada no ano de 2003 e, em 2019, passou a contar com cento e noventa e cinco representantes na Câmara dos Deputados e oito no Senado Federal.⁶⁶ Dessa forma, pode-se constatar facilmente que os grupos

⁶³ CUNHA, 2017, p. 239.

⁶⁴ CUNHA, 2017, p. 240.

⁶⁵ IBGE, [s.d.], [n.p.].

⁶⁶ TSE, [s.d.], [n.p.].

religiosos se organizam em *grupos de interesse* político-religiosos, em partidos e frentes parlamentares, atuando de forma homogênea em votações e debates.

Segundo o requerimento apresentado ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia, em 02 de abril de 2019, a Frente Parlamentar Evangélica declarou que reúne parlamentares “preocupados em fiscalizar os programas e as políticas governamentais, voltados à proteção da família, da vida humana e dos excluídos [e procura] participar do aperfeiçoamento da legislação brasileira do interesse da sociedade e ainda do debate de grandes temas nacionais”⁶⁷. O documento manifesta ainda que a intenção deles seria exercer a atuação parlamentar alinhada aos propósitos de Deus.

O Instituto Data Folha, em 2015, realizou uma pesquisa com duzentos e oitenta e nove deputados e cinquenta e um senadores, incluindo os da Frente Parlamentar Evangélica. A pesquisa indica que 85% dos parlamentares neopentecostais defendem a ideia de uma menor intervenção do Estado na economia, e 87% defende a diminuição de benefícios sociais pelo governo. De igual modo, se por um lado 59% defendem o direito de posse de arma de fogo como um direito do/a cidadão/ã, por outro lado, 95% alegam a criminalização do uso de drogas.⁶⁸

Em relação à sexualidade, a Frente Parlamentar Evangélica se mostra ainda mais conservadora, pois 46% acreditam que o homossexualismo precisa ser desencorajado por toda sociedade, pensamento que encontra apoio de apenas 27% da população.⁶⁹ A pesquisa também revelou, de modo geral, que a coalisão evangélica vota de forma bastante coesa, mormente em temas de índole moral e quando em militância contra causas de minorias LGBTQIA+ e femininas.

A construção do discurso é tão importante que, quando realizado de modo inadequado, também influencia de modo negativo. O que teria gerado, por exemplo, a expressão *fake news*. As *fake news* são consideradas um fenômeno contemporâneo por serem definidas como notícias falsas e pensadas, intencionalmente, para causar desinformação bem como são divulgadas de modo massivo na *internet*. Ou seja, constitui-se como uma marca do tempo presente, pois é profundamente impulsionada pelo avanço da *internet*, embora uma parcela considerável da população ainda não tenha acesso a esse meio. Em 2018, 67% dos domicílios brasileiros possuíam acesso à *internet*. No entanto, em países desenvolvidos esse percentual é bem maior.

⁶⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS. [Site institucional]. 02 abr. 2019. [online]. [n.p.].

⁶⁸ DATA FOLHA. [Site institucional]. [s.d.]. [online]. [n.p.].

⁶⁹ POLITIZE. *LGBTfobia no Brasil: fatos, números e polêmicas*. 05 out. 2018. [online]. [n.p.].

Por isso, o fenômeno das *fake news* teria nascido nos Estados Unidos da América, que é uma nação grande, desenvolvida e com conectividade avançada.⁷⁰

As notícias falsas ganharam repercussão mundial com a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos. Durante a campanha e após ser eleito, Donald Trump não apenas compartilhou falsas notícias em suas redes sociais, sobretudo no Twitter, mas, está sendo investigado pela suspeita de ter contratado uma empresa⁷¹ responsável por disseminá-las através da criação de redes de usuários robôs. No Brasil, essa prática teria sido adotada pelo então presidente Jair Bolsonaro, que, durante a campanha eleitoral, teria realizado ações semelhantes.⁷² De modo elaborado, o que teria ocorrido foi a apropriação da identidade visual de determinado *site* de notícias ou através da utilização de influenciadores digitais, por meio de seus perfis de *Instagram*, *Facebook* e *YouTube* para proferirem discursos que se alinhavam aos objetivos daquela notícia falsa.⁷³

Dentre o conglomerado de *fake news* a desserviço da nação, uma que teve extrema repercussão foi a respeito do *kit gay*. Porém, antes de esboçar sobre esse assunto, é necessário abordar sobre a origem dessa expressão. Ou seja, no início do século XXI, na França, fora lançado o livro *Le guide du zizi sexuel*, escrito por Héléne Bruller.⁷⁴ A obra foi traduzida em mais de 25 países e chegou ao Brasil através do selo juvenil da Companhia das Letras, em 2007,⁷⁵ tendo sido indicada para pré-adolescentes e adolescentes entre 11 a 15 anos de idade. Mas, o livro se tornou o epicentro de uma polêmica política, protagonizada por Jair Bolsonaro, e alimentada pelas *fake news*, sobretudo durante o período das últimas eleições presidenciais, em 2018. Mas, esse assunto será mais bem abordado no próximo capítulo.

⁷⁰ CETIC.BR. [Site institucional]. [s.d.]. [online]. [n.p.].

⁷¹ G1 Cambridge Analytica se declara culpada em caso de uso de dados do Facebook. 09.jan.2019. . [online]. [n.p.].

⁷² G1. Notícias falsas sobre eleição nos EUA têm mais alcance que notícias reais. 17 nov. 2016. [online]. [n.p.].

⁷³ G1, 2016, [n.p.].

⁷⁴ BRULLER, Héléne. *Le guide du zizi sexuel*. Paris: Glenat, 2001. p. 1-15.

⁷⁵ A versão em português tem o seguinte título: BRULLER, Héléne. *Aparelho sexual e cia: um guia inusitado para crianças descoladas*. Rio de Janeiro: Seguinte, 2007. p. 1-15.

2 A “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NO DISCURSO RELIGIOSO E POLÍTICO NO BRASIL

Este capítulo analisa a discussão em torno da “ideologia de gênero” no cenário político e religioso brasileiro. De início, é necessário observar a relação entre a religião e o poder, pois são duas instâncias que se mostram intrinsecamente interligadas, e o discurso de ambas é extremamente forte para convencer as pessoas e consolidar uma determinada ideologia. Desse modo, apresentará uma descrição da expressão *ideologia de gênero*, que vem ganhando evidência em virtude de sua inserção na temática sobre a educação sexual a partir de 2014. De igual modo, será abordada a construção desse discurso na política e sua evolução como um instrumento de convencimento, que teria sido utilizado nas eleições presidenciais de 2018.

2.1 A relação entre religião e poder

Esta seção analisa o *poder simbólico* da religião em perspectivas específicas. Compreende-se a religião como uma ferramenta política. O poder simbólico estaria ancorado em suas narrativas, orações e outros símbolos ligados a ela. No processo de formação das *trajetórias espirituais*, o espaço imaginário das relações de poder se conecta a relação com o espaço físico. Nessa lógica, o espaço teria modificado o ambiente social e a relação sagrada em que se vive. Por fim, a presente seção analisa a religião como um campo produtor de relações simbólicas de poder, incluindo o poder político, que se organiza em diferentes tipos de representações.

O conceito de *poder* é amplo e complexo, de modo que, defini-lo univocamente seria uma tarefa impossível. Segundo Max Weber, o poder é sociologicamente amorfo e pode ser utilizado como uma categoria de análise em múltiplas situações, o que inclui a capacidade religiosa e seu campo de ação.⁷⁶ Em Weber, poder pessoal significa “todas as possibilidades de impor sua vontade nas relações sociais, mesmo que resista à resistência, não importa qual seja a base dessa possibilidade”⁷⁷.

Mas, quando o poder a ser enfrentado emana da religião, que tipo de poder seria esse? No âmbito da sociologia, *igreja* e *religião* são portadoras de poder indissociáveis. Na igreja católica representaria a organização do sacerdócio e a religião atuaria como comunidade.⁷⁸ Como já dito, ambas podem estabelecer as bases da regra espiritual, através de sete

⁷⁶ WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2004. p. 33.

⁷⁷ WEBER, 2004, p. 33.

⁷⁸ WEBER, 2004, p. 279.

sacramentos. Nesse sentido, para sintetizar as inferências sobre o poder simbólico e extrair os dados que contribuem para a vida social, seria necessário tratar a igreja e a religião como um par indivisível.

Conforme Thales de Azevedo, quando os políticos e outras figuras públicas incorporam o “vocabulário e os conceitos religiosos, eles podem estar testemunhando crenças e sentimentos [...] porque também podem simplesmente [intentar] a instrumentalização da religião, um discurso legítimo”⁷⁹. A religião, nesses termos, por ser um elemento da cultura, torna-se persuasiva. Nicolau Maquiavel acredita que a religião é “algo útil que pode comandar o exército, confortar o povo e manter pessoas boas fazem coroar pessoas más”⁸⁰. Thales de Azevedo entende que posição ocupada pela autoridade religiosa em cerimônias e espaços de político, isto é, o lugar ocupado por políticos em cerimônias religiosas, enfatiza essa estreita relação entre essas pessoas. Dois poderes, o autor afirma, ou melhor:

No Brasil, ao contrário, as autoridades eclesiásticas têm um lugar de honra, ao mesmo nível dos governantes, nas celebrações estatais, para as quais são sempre convidadas 84 como se representassem um dos poderes da Nação. E presidentes, governadores, ministros, parlamentares, juízes, prefeitos municipais tomam assento nas cadeiras das catedrais e outros templos, como representantes dos poderes públicos por ocasião de cerimônias religiosas promovidas pela Igreja católica e por igrejas evangélicas.⁸¹

Diante desse argumento, o catolicismo pode ser entendido como um sistema simbólico portador de poder e política, porque o seu tema estaria diretamente vinculado à ordem das coisas. A estrutura e a organização desse sistema simbólico não qualifica a religião, mas ela seria moldada, explica Pierre Bourdieu:

Tanto pelo fato de que os sistemas simbólicos derivam sua estrutura, o que é tão evidente no caso da religião, da aplicação sistemática de um único e mesmo princípio de divisão e, assim, só podem organizar o mundo natural e social recortando nele classes antagonicas, como pelo fato de que engendram o sentido e o consenso em torno do sentido por meio da lógica da inclusão e da exclusão, estão propensos por sua própria estrutura a servirem simultaneamente a funções de inclusão e exclusão, de associação e dissociação, de integração e distinção.⁸²

Dessa forma, seria possível indagar à igreja como manter a ordem política? Pierre Bourdieu alega que:

A Igreja contribui para a manutenção da ordem política, ou melhor, para o reforço simbólico das divisões desta ordem [...] pela imposição e inculcação dos esquemas de percepção, pensamento e ação objetivamente conferidos às estruturas políticas e, por esta razão, tendentes a conferir a tais estruturas a legitimação suprema que é a

⁷⁹ AZEVEDO, Thales. *A religião civil brasileira: um instrumento político*. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 88.

⁸⁰ MAQUIAVEL, Nicolau, 2001, p. 58 *apud* AZEVEDO, 1981, p. 88.

⁸¹ AZEVEDO, 1981, p. 115.

⁸² BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992. p. 30.

‘neutralização’, capaz de instaurar e restaurar o consenso acerca da ordem do mundo mediante a imposição e a inculcação de esquemas de pensamento comuns, bem como pela afirmação ou pela reafirmação solene de tal consenso por ocasião da festa ou da cerimônia religiosa, que constitui uma ação simbólica de segunda ordem que utiliza a eficácia simbólica reforçando a crença coletiva em sua eficácia.⁸³

No entanto, vários seriam os fatores que comprovariam que a religião é um veículo de poder e política, o que não exclui o fato de que os símbolos religiosos estariam estruturados nas mais diversas formas religiosas, envolvendo os discursos com conteúdo disciplinar, tais como, sermões e prédicas, ao tratar dos espaços sagrados. Duas realidades distintas e uma relação entre os crentes e eles. A imposição da ideologia pode ser compreendida, à luz do pensamento de Michel Foucault, como treinamento ou disciplina, porque instrui os crentes a obedecer à hierarquia e a estrutura doutrinária da igreja, o que, em certa medida, seria o poder político institucionalizado. Nas palavras de Michel Foucault:

O poder disciplinar é, com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo.⁸⁴

Essa análise se torna imprescindível e pertinente, pois é natural pensar que o espaço religioso represente um espaço de poder. Ou seja, a existência da religião pressupõe a existência de um líder religioso, que conduza uma comunidade ou um grupo, influenciando-a de inúmeras formas. Liderar, organizar, coordenar e dirigir são modos de comandar e de exercer poder. E esse último, segundo Max Weber, representa a imposição da própria vontade sobre a conduta alheia em uma determinada relação social, ou seja, “poder significa toda probabilidade de impor à vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”⁸⁵.

Na ação religiosa esta organização está clara, pois, existem os que orientam o grupo, os escolhidos por Deus ou deuses ou aqueles que foram determinados para tal conduta, bem como aqueles que aceitam ser comandados. Na prática, existe um dogma a ser seguido e um costume a ser desenvolvido, baseado no que o líder religioso predispõe. É aí que entra a ideologia, uma vez que a comunidade, na maioria das vezes, não é obrigada a seguir essa ou aquela religião e, por isso, são levados pela força da fé e orientados pelo representante da divindade na Terra. Acaba sendo internalizada a vontade de servir e a submissão por opção.

⁸³ BOURDIEU, 1992, p. 70.

⁸⁴ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 143.

⁸⁵ WEBER, 2004, p. 33.

Um exemplo categórico seriam as *teocracias*, enquanto um sistema de governo em que o poder político se encontra fundamentado no poder religioso, na lógica da encarnação da divindade no governante, como no Egito dos faraós ou por escolha direta, como teria acontecido nas monarquias absolutas.⁸⁶ Em um Estado teocrático pleno, o governo comanda sob a égide do argumento de que as ordens são divinas. A vontade do povo, em geral, fica em segundo plano se não coincidir com os interesses do sistema vigente. Nos países teocráticos, a divindade é reconhecida como o verdadeiro chefe do Estado. No entanto, o que acontece é que quem ocupa o cargo é uma pessoa que se diz seu representante, ou seja, que se diz ser seu descendente ou sua própria encarnação.⁸⁷

Atualmente, os Estados islâmicos se enquadram no regime teocrático, isto é: Afeganistão, Arábia Saudita, Mauritânia, Paquistão e Irã.⁸⁸ Todos eles aderiram ao sistema teocrático de governo, pois não atendem aos anseios da população, em geral, e não aceitam a liberdade de expressão e a comunhão do poder governamental. A teocracia teria nascido como uma forma de governo que privilegiava aqueles que comungavam do credo oficial e, muitas vezes, proibia e punia a manifestação de qualquer outra forma de crença.⁸⁹

O Brasil, desde o período de colonização, sempre foi influenciado pela religião católica romana. Isso é notório nos aspectos sociais, culturais e políticos. No decorrer do tempo, outras religiões foram se destacando no cenário político nacional. A formação das bancadas religiosas no Congresso Nacional, assim como a Bancada Católica, a Evangélica e a Bancada em defesa das religiões afro-brasileiras são relevantes. Elas objetivam, de modo amplo, promover, em conjunto com os representantes da sociedade civil e com os órgãos públicos afins, a discussão e o aprimoramento da legislação e das políticas públicas para a nação brasileira referente a um determinado setor.

Por isso, afirmou-se anteriormente que a religião e o poder estão intrinsecamente ligados em virtude dessas Frentes, de modo que seus núcleos de articulação simbolizam e protagonizam projetos políticos que ganham maior ou menor adesão, força política e destaque parlamentar para religiões em específico. Mas, as que mais vêm se destacando no cenário atual são as Frentes Católicas e Evangélicas.⁹⁰

⁸⁶ LASCOSKI, Elias. Teocracia: um governo fundamentado na religião. In: POLITIZE [Site institucional]. 27 set. 2019. [online]. [n.p.].

⁸⁷ LASCOSKI, 2019, [n.p.].

⁸⁸ LASCOSKI, 2019, [n.p.].

⁸⁹ LASCOSKI, 2019, [n.p.].

⁹⁰ ISER. Menos da metade dos parlamentos da frente evangélica no Congresso são evangélicos. 26 out. 2020. [online]. [n.p.].

Desse modo, a discussão das bancadas estaria concentrada na Frente Evangélica, que tem certo pioneirismo na articulação religiosa no Congresso brasileiro. Ela estaria concentrada no estabelecimento dos interesses e na defesa dos valores que passam a ser considerados nos debates legislativos, balizando projetos e justificando posicionamentos. Constituída em 2004, nove anos antes da Frente Parlamentar Católica. Essa última, atualmente, conta com duzentos e dezesseis parlamentares – duzentos e sete deputados e nove senadores –, dentre eles, 67% – isto é, cento e quarenta parlamentares – mantêm vínculos com o catolicismo.⁹¹

Nota-se a extensão do poder religioso, especialmente no momento em que a participação na elaboração de leis e projetos de um país se torna natural. No texto constitucional, por exemplo, existem vários dispositivos que reforçam a interação do Estado com a religião. A título de exemplo, o inciso VII, do artigo 5º, da Carta Magna, que afirma: “é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva”⁹². Além desse dispositivo, o inciso VIII, do artigo 5º, também apregoa que: “ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei”⁹³.

É possível observar ainda outros regramentos como o artigo 19, inciso I, que veda aos Estados, Municípios, à União e ao Distrito Federal o estabelecimento de cultos religiosos ou igrejas, embarçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.⁹⁴ O inciso VI, alínea b, do artigo 150, também veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a instituição de impostos sobre templos de qualquer culto, salientando no parágrafo 4º do mesmo artigo que as vedações expressas no inciso VI, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.⁹⁵

Nesse ínterim, a educação também está relacionada à religião, pois o artigo 210 da Constituição assevera que serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, no intuito de assegurar a formação básica comum e o respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. Destaca-se o parágrafo 1º, em que o Ensino Religioso, de matéria

⁹¹ ISER, 2020, [n.p.].

⁹² BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Presidência da República. [online]. [n.p.].

⁹³ BRASIL, 1988, [n.p.].

⁹⁴ BRASIL, 1988, [n.p.].

⁹⁵ BRASIL, 1988, [n.p.].

facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.⁹⁶ E o artigo 226, parágrafo 2º, preconiza que o casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.⁹⁷

Diante desses exemplos, pode-se afirmar que a separação entre o Estado e a igreja não ocorre de forma absoluta. Embora o próprio regramento constitucional determine, através do artigo 5º, inciso VI, que o Brasil é um Estado laico. Veja:

O Art. 5º, inciso VI, assegura liberdade de crença aos cidadãos, conforme se observa:
 Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.⁹⁸

Assim fica notória a influência religiosa sobre o comportamento e sobre as práticas das pessoas. A religião ainda determina o modo como as pessoas deveriam viver e quais os padrões deveriam seguir, levando-as, muitas vezes, a uma crítica em relação às questões que envolvem a sexualidade, predominando a lógica da heteronormatividade e engendrando expressões, tais como, a *cura gay* e *ideologia de gênero*. O que expressa o preconceito e a homofobia que acaba sendo introjetada em muitos grupos sociais. Nessas ofensivas, engajam-se setores e grupos interessados em promover uma agenda política moralmente regressiva e orientada a conter ou anular os avanços e as transformações em relação ao gênero, ao sexo e à sexualidade. Além de reafirmar disposições tradicionalistas, pontos doutrinários, dogmáticos e princípios religiosos *não negociáveis*.

Apresenta-se, nesse caso, uma intensa mobilização política e discursiva em benefício da reafirmação das hierarquias sexuais, como uma espécie de função precípua dos pais em relação à formação moral e sexual dos/as filhos/as, um não a educação sexual nas escolas, a restrição ao acesso de adolescentes a informações sobre saúde sexual e, conseqüentemente, a dificuldade em aceitar arranjos familiares não tradicionais bem como a retomada do conceito de *homossexualidade* como patologia, o que acaba afetando os direitos fundamentais e ferindo os Direitos Humanos. Especialmente quando tais direitos procuram estabelecer a igualdade de gêneros e a liberdade de expressão. Em suma, essa postura acaba fortalecendo as crenças pautadas em discursos religiosos e autoritários.

⁹⁶ BRASIL, 1988, [n.p.].

⁹⁷ BRASIL, 1988, [n.p.].

⁹⁸ BRASIL, 1988, [n.p.].

Desse modo, o discurso sobre “ideologia de gênero” traz à tona personagens que discutem a promoção da igualdade e questionam estereótipos. Ou seja, o objetivo seria a tentativa de extinguir uma relação natural entre homens e mulheres, difundindo, ao mesmo tempo, uma crença de que as diferenças seriam meros produtos de processos opressivos de uma construção social, com o intuito político-ideológico de subverter a ordem natural da sexualidade e, dessa forma, o *grande mal* estaria batendo na porta da família tradicional. O que comprometeria até mesmo o futuro da civilização.

Ao considerar as estatísticas de violência e de discriminação de gênero, orientação sexual e identidade de gênero, torna-se ainda mais relevante uma proposta educacional voltada para a ratificação dos direitos supramencionados. Esse esforço deveria ser uma prioridade de caráter nacional e internacional. Dessa forma, a questão da orientação sexual e da identidade de gênero também está presente nos Direitos Humanos e na educação, como também está refletido em legislações federais brasileiras recentes.

Mesmo diante dos avanços, ainda é possível identificar os discursos preconceituosos, que, de alguma forma, corroboram com as práticas discriminatórias. Por exemplo, o Grupo *Gay da Bahia* mostra que o Brasil é recordista de crimes contra as minorias sexuais, ou seja, a cada 20 horas, uma pessoa LGBTQ+ estaria sendo assassinada, isto é, vítima da homofobia.⁹⁹ Esse número ultrapassaria os índices dos treze países do Oriente e da África, onde há pena de morte contra esse público.

Esse tema será mais bem abordado na próxima seção, que analisará os aspectos negativos na análise do discurso da ideologia de gênero e na política brasileira. O surgimento disso estaria ligado à igreja católica e à expansão dos evangélicos.

2.2 A análise do discurso da “ideologia de gênero” no Brasil e na política brasileira

A análise da expressão “ideologia de gênero” no cenário brasileiro conduz a um caminho complexo. Os termos que compõem essa expressão se desdobram em vários conceitos e, ao mesmo tempo, estão carregados de significados. Faz-se necessário, desse modo, analisar e explicar cada um deles, no intuito de estabelecer as bases para a argumentação que se pretende levantar nas próximas linhas.

⁹⁹ ANDS. *Novo relatório do Grupo Gay da Bahia registra 329 mortes violentas de LGBTQ+ em 2019*. 24 abr. 2020. [online]. [n.p.].

O primeiro a ser analisado e explicado é o vocábulo *ideologia*, que, de acordo com Norberto Bobbio, possui duas concepções: uma *forte* e uma *fraca*.¹⁰⁰ Em seu sentido fraco, ideologia estaria designando os sistemas de crenças políticas que respeitam a ordem pública e que teriam como função orientar os comportamentos políticos coletivos. O significado forte do termo apontaria para um sentido negativo, porque as noções ideológicas – comumente pautadas no senso comum – seriam contrárias aos conceitos criados cientificamente. Esse último seria construído por uma classe dominante, cujo objetivo seria a construção de uma falsa interpretação da realidade na classe dominada.¹⁰¹ Nesse sentido, a ideologia dominante representaria um esforço ou uma maneira de conduzir a massa a uma compreensão da realidade à luz do pensamento da classe dominante.

Em relação à categoria *gênero*, é importante ter em mente sua presença desde o movimento feminista, na década de 1970, e suas contribuições acerca das construções sociais baseadas no princípio de que todos/as nascem iguais e, por isso, devem possuir os mesmos direitos. Jorge Scala, em sua obra *La ideologia del género*, procura substituir, no contexto latino-americano, o termo *identidade de gênero* por *ideologia de gênero*. O autor entende *ideologia de gênero* como um sistema ideológico fechado e autoritário, criado para destruir o indivíduo em seu núcleo mais íntimo, a família, e, conseqüentemente, a sociedade.¹⁰² Em suma, ele compreende a ideologia de gênero como um instrumento político-discursivo de alienação com dimensões globais, que busca estabelecer um modelo totalitário.¹⁰³

Vale ressaltar que a obra de Jorge Scala provocou uma série de discussões na América Latina, promovendo um verdadeiro combate a “ideologia de gênero”. Indubitavelmente, essas discussões se intensificaram nos últimos anos, pois ocorreram certos avanços em relação aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e das minorias sexuais. Por exemplo, a descriminalização do aborto, a legalização do casamento homossexual e a inclusão da educação sexual nas escolas. Cabe mencionar o programa *Brasil sem homofobia*.¹⁰⁴

De acordo com Neiva Furlin esse torno do conceito de gênero recebe novos contornos teóricos ao incluir aspectos, como a posição de sujeito, a heteronormatividade, as identidades sexuais marginais e a corporalidade. Ganha importância a compreensão do corpo, que vai além

¹⁰⁰ BOBBIO, Norberto. Ideologia. BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1998. p. 585-596.

¹⁰¹ BOBBIO, 1998, p. 585-596.

¹⁰² SCALA, Jorge. *La ideologia del género: o el género como herramienta de poder*. Rosário: Logos, 2010. p. 43.

¹⁰³ SCALA, 2010, p. 50.

¹⁰⁴ CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO (CNCND). *Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. [online]. p. 8-29.

da biologia, sobre a qual se constrói culturalmente a distinção de gênero, mas como algo que é materializado pela cultura¹⁰⁵.

A difusão do termo teria contado com a forte participação da Igreja Católica, através de suas vertentes mais conservadoras. Um dos instrumentos utilizados teria sido o documento produzido na V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (CELAM), intitulado *Documento de Aparecida*.¹⁰⁶ O documento relata uma preocupação especial em relação aos avanços dos direitos aos homossexuais e transexuais, propondo, assim, uma agenda de combate às perspectivas de gênero na América Latina.¹⁰⁷ Através desse documento, a Igreja Católica estaria reafirmando a defesa do conceito tradicional de família, uma vez que entende estar sendo ameaçada pelo relativismo ético, pela instabilidade social e pelas legislações civis contrárias ao matrimônio. A oferta de anticoncepcionais e a questão do aborto, por exemplo, estariam representando uma ameaça ao futuro da humanidade.¹⁰⁸

Além disso, o documento estabelece uma agenda comum contra a “ideologia de gênero”. O cardeal Ratzinger teria sido o primeiro a expor esse conceito, retomando a discussão presente em outros documentos oficiais da Igreja, tais como, *Família, matrimônio e “uniões de fato”*,¹⁰⁹ de 21 de novembro de 2000, do Conselho Pontifício para a Família e *Carta aos bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo*,¹¹⁰ de 31 de maio de 2004, da Congregação para a Doutrina da Fé. Desse modo, com o *Documento de Aparecida*, a batalha contra a “ideologia de gênero” foi declarada em toda a América Latina.¹¹¹

O modo como se interfere na educação de um povo reflete muito da sociedade em si, pois a educação é um direito humano essencial para o pleno desenvolvimento social. A Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) assevera que:

Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito. [...] A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou

¹⁰⁵ FURLIN, Neiva. Do gênero à “ideologia de gênero” no campo das políticas educacionais: apontamentos teóricos, históricos e políticos. [online].

¹⁰⁶ CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). *Documento de Aparecida: texto conclusivo da V conferência geral do episcopado latino-americano e do Caribe*. São Paulo: Paulus; Paulinas, 2007. p. 221.

¹⁰⁷ MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-747, 2017. p. 728.

¹⁰⁸ CELAM, 2007, p. 279.

¹⁰⁹ JOÃO PAULO II, Papa. *Família, matrimônio e “uniões de fato”*. Vaticano: [s.n.], 2000. [online]. [n.p.].

¹¹⁰ JOÃO PAULO II, Papa. *Carta aos bispos da igreja católica sobre a colaboração do homem e da mulher na igreja e no mundo*. Vaticano: [s.n.], 2004. [online]. [n.p.].

¹¹¹ CELAM, 2007, p. 279.

religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. [...] Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.¹¹²

Da mesma forma, a universalidade e indivisibilidade dos Direitos Humanos também são designadas como preceitos fundamentais. O artigo 1º da DUDH determina que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”¹¹³ Desde então, o Brasil construiu e ratificou democraticamente uma série de documentos e tratados internacionais relacionados à educação e à igualdade de direitos, dos quais alguns estariam relacionados ao tema desta pesquisa. Eles serão brevemente mencionados nas próximas linhas.

O Fórum Mundial de Educação, que, em 2000, adotou o texto *Educação para todos: o compromisso de Dakar*,¹¹⁴ tinha como meta eliminar as disparidades existentes entre os gêneros na educação primária e secundária e, até o ano de 2015, atingir a igualdade entre os gêneros na educação.¹¹⁵ Nesse sentido, a questão da orientação sexual e da identidade de gênero também ingressa no campo dos direitos humanos e, por conseguinte, no âmbito da educação. O que reflete nas legislações federais brasileiras recentes. O Estatuto da Juventude, por exemplo, tem uma seção específica sobre o direito à diversidade e à igualdade, que determina que o/a jovem não será discriminado/a inclusive por motivo de sexo e de orientação sexual. *In verbis*:

Art. 17. O jovem tem direito à diversidade e à igualdade de direitos e de oportunidades e não será discriminado por motivo de: I - etnia, raça, cor da pele, cultura, origem, idade e sexo; II - orientação sexual, idioma ou religião; III - opinião, deficiência e condição social ou econômica.¹¹⁶

A vigência do pensamento conservador de matriz religiosa enfatiza e chega a contribuir com os discursos preconceituosos, materializando o pressuposto de uma heteronormatividade.¹¹⁷ Com base em interpretações literais e descontextualizadas do texto bíblico, usam argumentos que envolvem a homossexualidade como um pecado, tentação

¹¹² ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 10 dez. 1948. [online]. [n.p.].

¹¹³ ONU, 1948, [n.p.].

¹¹⁴ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Educação para todos: o compromisso de Dakar*. Brasília: UNESCO; CONSED; Ação Educativa, 2001, p. 7-13.

¹¹⁵ UNESCO, 2001, p. 20.

¹¹⁶ BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013*. [Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE]. Brasília: Presidência da República. [online]. [n.p.].

¹¹⁷ CERQUEIRA-SANTOS, Elder; CARVALHO, César A. S. G.; NUNES, Lucas M.; SILVEIRA, Aline P. Homofobia internalizada e religiosidade entre casais homoafetivos. *Revista Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 25, n. 2, p. 691-702, 2017. p. 698.

demoníaca ou doença. Além disso, consideram a união de pessoas do mesmo sexo sinônimo de destruição da família.¹¹⁸

Outro exemplo de normativa que evidencia a influência das bancadas católica e evangélica é o Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005/2014.¹¹⁹ Após várias análises no Congresso e no Senado, foi mantida a sua redação em relação à flexão de gênero, porém, não foram especificadas as formas de discriminação. O artigo 2º, inciso III, por exemplo, estabelece a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”¹²⁰. O que demonstra que a afirmativa de “ideologia de gênero” teria sido substancial para as modificações no projeto, mesmo que isso não esteje de forma explícita.

As bancadas católica e evangélica defendem os seus costumes familiares e tradicionais, unindo forças para disseminar informações distorcidas para impedir a realização da igualdade de gênero e o respeito à diversidade sexual, conforme vem sendo aprovado há décadas no território nacional e internacional. Vale ressaltar que, em 2017, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) – órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) – teria enviado uma carta à embaixadora do Brasil, na ONU, citando a exclusão do termo *orientação sexual* do currículo escolar, no texto: “membros do grupo Escola Sem Partido terem acusado professores de encorajar alunos a entrar em contato com sua natureza homossexual”¹²¹.

O conteúdo da carta expressa que o Comitê de Direitos da Criança teria recomendado, em 2015, que o Brasil “fortalecesse seus esforços para combater a discriminação e a estigmatização de crianças vivendo em situação de pobreza em áreas urbanas marginalizadas, como favelas, além de crianças em situação de rua, meninas, e crianças negras e indígenas”¹²². O Comitê também teria recomendado a criação de leis, proibindo a discriminação e o incitamento da violência com base na orientação sexual e identidade de gênero.

No governo de Jair Bolsonaro, é possível notar um arrefecimento da polarização de discursos entre laicidade do Estado brasileiro e a ideologia de gênero. Nos governos anteriores, as políticas sociais, de afirmação de direito e a participação popular teriam sido trabalhadas.

¹¹⁸ MESQUISTA, Daniela T.; PERUCCHI, Juliana. Não apenas em nome de Deus: discursos religiosos sobre homossexualidade. *Revista Psicologia e Sociedade*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 105-114, 2016. p. 109.

¹¹⁹ BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. [Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências]. Brasília: Presidência da República. [online]. [n.p.].

¹²⁰ BRASIL, 2014, [n.p.].

¹²¹ JIR. *Doria manda recolher apostila de ciência que fala sobre diversidade sexual: “não aceitamos apologia à ideologia de gênero”*. 03 set. 2019. [online]. [n.p.].

¹²² JIR, 2019, [n.p.].

Durante o governo Lula, por exemplo, criou-se, em 2004, o programa *Brasil sem homofobia*. No conjunto, foram cinquenta e quatro ações governamentais e transversais de promoção de políticas públicas focadas na população LGBTI. Em 2008, aconteceu a I Conferência Nacional LGBTI, que reuniu mais de mil ativistas de todo o país. O evento foi aberto pelo ex-presidente Lula e discutiu sobre políticas públicas.¹²³

Esse período pode ser considerado o ápice de um processo de reconhecimento de direitos de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, mulheres transexuais, homens trans e pessoas intersexuais. No entanto, nos últimos anos, isso vem sendo alterado, pois nenhum dos avanços jurídicos, direitos ou conquistas passaram no Congresso Nacional. Por exemplo, o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, em 2013, e o direito das pessoas trans alterarem nome e sexo através de autodeclaração. O parlamento brasileiro não consentiu, de maneira efetiva, a favor do reconhecimento dos direitos LGBTQIA+.

A presença de candidatos homossexuais na política partidária brasileira sempre foi considerada com certas reservas, uma vez que essas pessoas são acusadas de cometerem o pecado infame da sodomia. No decorrer do tempo, muitos teriam sido perseguidos pela igreja católica e punidos com a pena de morte por supostamente praticarem atos homossexuais.¹²⁴ Com a independência política, em 1822, e com a aprovação do Código Criminal do Império, em 1830, a homossexualidade foi descriminalizada no Brasil. Mas, isso não significou a aceitação dessa prática sexual pela sociedade e pelo Estado. Ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, as pessoas com práticas homoafetivas teriam sido alvo do assédio da população, dos órgãos médicos e das instituições policiais.¹²⁵

A partir das décadas de 1940 e 1950, a homossexualidade, no Brasil, teria começado a ganhar visibilidade pública em relação às questões políticas. O que teria resultado das intensas transformações sociais que estariam acontecendo no país, dentre elas, o intenso processo de urbanização e industrialização. Esse processo teria possibilitado a emergência de vários locais de sociabilidade homossexual, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Segundo James Green, criaram-se, assim, diversas redes de sociabilidade para o público homossexual.¹²⁶

Em 1978, em São Paulo, com a fundação do Grupo Somos, teria se iniciado a luta propriamente política dos homossexuais no Brasil.¹²⁷ O movimento só teria avançado graças ao

¹²³ JIR, 2019, [n.p.].

¹²⁴ TREVISAN, João S. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 61.

¹²⁵ GREEN, James N.; POLITO, Ronald. *Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006. p. 53.

¹²⁶ GREEN, 2006, p. 62.

¹²⁷ TREVISAN, 2004, p. 63. Veja também: GREEN, 2006, p. 68.

momento de reabertura política que o país vivenciava. Os homossexuais buscariam pela primeira vez politizar a homossexualidade no território nacional. Nessa época, o Brasil passava por várias mudanças no âmbito político. Emergiram, pois, vários movimentos sociais que se mobilizavam contra o autoritarismo e pela melhoria de vida da maioria da população.

O Brasil passava por um momento de transformações políticas e culturais, em que as ideias da contracultura contestavam os valores culturais hegemônicos. Dentre eles, criticavam-se os rígidos padrões sexuais e a heterossexualidade normativa.¹²⁸ A participação na política partidária seguiria um caminho de luta e de crescimento. As minorias LGBT passaria a década de 1990 com pouca representatividade na área política partidária, pois a discriminação estaria enraizada na sociedade brasileira, naquele período.¹²⁹

Da mesma forma, os ativistas homossexuais teriam enfrentado dificuldades em conciliar seu ativismo político de esquerda com o ativismo das causas LGBT. No caso específico de São Paulo, embora a reorganização do movimento na década de 1990 tivesse recebido contribuições do Núcleo de Gays e Lésbicas do PT (NGLPT), a relação entre o ativismo *gay* e o partido teria sido tensa. Em 1996, com vários candidatos homossexuais no país, o Partido dos Trabalhadores (PT) teve a primeira candidatura de um político assumidamente homossexual para concorrer na cidade de São Paulo.¹³⁰

Mesmo com o apoio da deputada Marta Suplicy e de setores do movimento LGBT paulistano, a candidatura não teve êxito. Isso teria ocorrido, em parte, pela falta de apoio do NGLPT, que teria acusado o seu proponente – então membro do Centro Acadêmico de Estudos Homoeróticos da Universidade de São Paulo (CAEHUSP) – de extremo personalismo.¹³¹ Nessa mesma eleição, a candidata Kátia Tapety foi eleita vereadora na cidade de Colônia, no Piauí. Foi considerada a primeira travesti a ser eleita para um cargo eletivo.¹³² Nota-se que o ativismo homossexual na política ainda é incipiente e que os partidos estão atravessando um processo de adequação em relação às novas demandas da sociedade, sobretudo, na concessão de espaço para as minorias.

Os partidos políticos são considerados atores privilegiados de canalização das diferentes demandas existentes na sociedade civil e para o Estado nas democracias representativas. Eles seriam responsáveis por várias funções em um sistema político democrático, a saber:

¹²⁸ GREEN, 2006, p. 69-73.

¹²⁹ GREEN, 2006, p. 69-73.

¹³⁰ GREEN, 2006, p. 69-73.

¹³¹ SANTOS, Gustavo G. C. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. *Revista Contemporânea*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 179-212, 2016. p. 183.

¹³² SANTOS, 2016, p. 184.

recrutamento e seleção das elites governantes; elaboração de programas de governo e políticas públicas; agregação das demandas e dos interesses existentes na sociedade; coordenação e controle dos órgãos governamentais; e mobilização política dos indivíduos.¹³³ Eles serviriam à sociedade como uma espécie de mediadores para que suas demandas cheguem ao Estado.

É válido, dessa forma, o entendimento que o avanço da expressão *ideologia de gênero*, nas últimas legislaturas, represente um retrocesso para a democracia brasileira. Não condiz com as mudanças socioculturais e políticas no campo da sexualidade que ocorreram no Brasil. Por exemplo, a expansão dos coletivos e dos movimentos LGBT, a eclosão das Paradas do Orgulho, as novas identidades e sociabilidades, a difusão midiática e acadêmica, entre outras. Nesse novo cenário, criou-se um novo processo de reorganização de grupos conservadores na arena legislativa, que passaram a exercer uma política ofensiva contra a *degradação* da moral, das famílias, dos valores tradicionais e dos costumes sexuais.

No entanto, como já exposto nesse documento, pelo menos desde as eleições de 2010, presenciou-se uma ascensão conservadora que teria sido impulsionada, sobretudo pelos setores fundamentalistas evangélicos e pelos conservadores católicos, que se opõem aos direitos sexuais e reprodutivos. Há uma passagem de um momento em que tais grupos conservadores abandonaram uma posição majoritariamente defensiva e, paulatinamente, assumiram uma agenda ofensiva e mais propositiva em termos político-legislativos. A emergência do uso da expressão *ideologia de gênero*, após 2014, teria ocorrido em paralelo, evidenciando a consolidação dessa ofensiva conservadora no âmbito das políticas sexuais.

Outro exemplo relevante é o Pastor Everaldo, que chegou a ter o maior percentual entre as candidaturas pequenas em 2014, este passou sua campanha fazendo alusões a passagens bíblicas, comparando-se a Davi¹³⁴ (aquele que, segundo a tradição religiosa, lutou contra o gigante Goliás e o venceu com uma pequena pedra e um estilingue) e defendendo pautas importantes à Igreja e à parcela mais reacionária da sociedade, como a defesa da vida desde a concepção e a noção de que a família tradicional é composta apenas por homem, mulher e filhos, segundo a autora Andrea Dip (2018).

Segundo Henrique Aragusuku e Maria Fernanda Lara:

Entre 2003 e 2010, as quatro primeiras declarações sobre ‘ideologia de gênero’ no plenário da Câmara dos Deputados foram feitas por três membros: Elimar Máximo

¹³³ SEILER, Daniel L. *Os partidos políticos*. Brasília: UnB, 2000. p. 27.

¹³⁴ DIP, Andreia. *Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder*. Civilização Brasileira, RJ, 2018

Damasceno (PRONA / SP) 5, discursos em 2003 e 2004; Departamento Lael Vieira Varella (DEM / MG), 2007; e departamento. Jairo Paes de Lira (PTC / SP), 2010.¹³⁵

Os deputados mencionados pertencem ao catolicismo e basearam suas legislaturas no argumento de uma agenda conservadora. A despeito de defenderem vigorosamente posições conservadoras no campo da moralidade e dos costumes sexuais, esses legisladores não teriam esclarecido as propostas legislativas importantes nesse campo. Esse é um aspecto que será abordado na próxima seção ao lado da proposta da análise da *ideologia de gênero* à luz da política brasileira.

2.3 A construção do discurso sobre a “ideologia de gênero” na política brasileira

Nos últimos anos, o termo *gênero* vem ganhando destaque e relevância no cenário político, econômico e social brasileiro no século XXI. Ao ser utilizado conjuntamente com o vocábulo *ideologia*, carrega um significado político que perpassa a questão do feminino ou masculino e, com efeito, apropria-se de diferentes espaços e narrativas. Esse crescente destaque ocorre pela seriedade do tema que está sendo debatido nas diferentes esferas sociais da contemporaneidade, mormente no domínio político-social. Inicialmente, esse conceito teria sido compreendido apenas a partir das características biológicas, mas, no decorrer do tempo, teria adquirido novas concepções, sofrendo alterações em diferentes áreas, especialmente na dicotomia do comportamento sexual.

Segundo Paula Ribeiro e Guiomar Soares, “não significa negar a biologia dos corpos, mas também considerar as construções culturais historicamente produzidas”¹³⁶. Em meados do século XX, vários movimentos sociais teriam ganhado repercussão midiática e o entendimento sobre os direitos individuais teriam crescido. Através dos movimentos feministas, homossexuais e antirracistas, as noções dos direitos igualitários teriam atingido o nível político, tornando-se evidente a exclusão de uma parcela da população.¹³⁷

A definição de gênero teria sido forjada nesse contexto de lutas como um aparelho de resistência, de modo amplo, contra a discriminação e os preconceitos sociais ligados aos sexos, etnias e minorias. O comportamento sexual, impulsionado pela *ideologia de gênero*, atua

¹³⁵ ARAGUSUKU, Henrique A.; LARA, Maria Fernanda A. Uma análise histórica da Resolução nº 01/1999, do Conselho Federal de Psicologia: 20 anos de resistência à patologização da homossexualidade. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 6-20, 2019. p. 11.

¹³⁶ RIBEIRO, Paula R. C.; SOARES, Guiomar F. As identidades de gênero. In: RIBEIRO, Paula R. C. *Corpos, gêneros e sexualidades: questões possíveis para o currículo escolar*. Rio Grande: FURG, 2007. p. 36.

¹³⁷ RIBEIRO; SOARES, 2007, p. 38.

através das características arbitrárias e coercitivas dos códigos morais sociais e carrega muitas formas simbólicas de discriminação. Ou seja:

Ideologia é, conseqüentemente, um nível de significação, o qual pode estar presente em qualquer tipo de mensagem, mesmo no discurso científico. Qualquer material de comunicação social é suscetível de uma leitura ideológica.¹³⁸

Seria necessário, nesse caso, promover o respeito e a diversidade de gênero, que são temas cada vez mais presentes na pauta social. Esse debate deveria ser levantado em muitos ambientes, principalmente devido à forma como os/as jovens desempenham um papel nos sistemas sócio-político. A mídia afetou essa participação sobremodo, especialmente, as mídias televisiva e digital, que produzem e disseminam conteúdos com o objetivo de levar uma *verdade* para a maioria. Nesse sentido, as discussões sobre as *anormalidades* estão presentes nos diversos produtos midiáticos. Segundo Rosa Maria Fischer:

Entrelaçados a valores, prescrições, opiniões, que certamente carregam a marca de opções políticas, ideológicas, econômicas, assumidas pelo roteirista, pelo diretor, pela emissora, numa certa época. Importa é que esses produtos tematizam de alguma forma a juventude brasileira, falam com ela, dirigem-se a ela, buscam-na avidamente na condição de público consumidor e posicionam-se como lugar de educação e formação de gerações mais novas.¹³⁹

No já dito capítulo precedente, a política partidária também participa na mídia e na discussão de gênero e é notória a desigualdade existente na participação política das mulheres ou das pessoas trans em relação à participação masculina. Em uma perspectiva feminista, os partidos são historicamente instituições masculinas com apenas um coeficiente de gênero para cumprir. Outro ponto a ser observado é a relação com a religião, embora a Constituição Federal de 1988 estabeleça que o Brasil seja um Estado laico.¹⁴⁰

De acordo com Zuleica Campos, no começo do século XX, ser brasileiro e ser católico eram sinônimos ou uma coisa natural.¹⁴¹ Nas décadas finais desse século, a pobreza, o desemprego e a violência ganharam visibilidade e as políticas compensatórias entraram na pauta pública. Nesse contexto, através do voto, os evangélicos chegaram ao mundo político.¹⁴² A Bancada Evangélica teria se destacado, principalmente, na guerra contra os direitos LGBTQIA+ e contra a descriminalização do aborto, bem como em defesa de suas igrejas. Na

¹³⁸ HECK, M. C. The ideological dimension of media messages. In: HALL, Stuart; HOBSON, Dorothy; LOWE, Andrew; WILLIS, Paul. (eds.). *Culture, media, language*. London: Routledge, 1996. p. 122-127.

¹³⁹ FISCHER, Rosa M. B. Mídia e juventude: experiências do público e do privado na cultura. *Revista Cadernos CEDES*, Campinas, v. 25, n. 65, p. 43-58, 2005. p. 49.

¹⁴⁰ BRASIL, 1988, [n.p.].

¹⁴¹ CAMPOS, Zuleica D. P. Política e religião na contemporaneidade à luz do pensamento de Roger Bastide. *Revista Paralellus*, Recife, v. 10, n. 23, p. 41-49, 2019. p. 43.

¹⁴² CAMPOS, 2019, p. 47.

atual conjuntura, questionar um projeto de dominação político-cultural e religioso, organizado pelas lideranças evangélicas e católicas se torna fundamental. E essa observação é pertinente, pois a cultura e a religião são inseparáveis, ou melhor, a religião é um elemento da cultura.

Muitas comunidades preservam sua cultura através das manifestações religiosas. Desse modo, um dos maiores desafios enfrentados por essas instituições seria vivenciar o conhecimento e atitudes de respeito, e suas práticas de ensino levam em consideração a riqueza e a aceitação da diversidade cultural das crianças. Faz-se necessário, então, pensar nessa socialização dos debates no domínio dos políticos, especialmente em relação às desigualdades de gênero. Segundo Marília Sposito, “a Ciência Política figura como a área das Ciências Sociais com o menor desenvolvimento de estudos sobre juventude e a ausência da perspectiva de gênero, quando comparada com a Sociologia e a Antropologia”¹⁴³. Essa carência envolve questões de cidadania, sobretudo quando a religião adquire um espaço privilegiado na política.

O cenário brasileiro exige uma análise mais acurada, pois, trata-se de um país muito religioso e que apresenta uma considerável diversidade religiosa. A política nacional brasileira conta com a participação das grandes igrejas cristãs, que não têm mais receio em participar *oficialmente* na política partidária através de um *voto denominacional*.¹⁴⁴ Essa tendência é confirmada através da participação ativa das igrejas pentecostais no cenário político brasileiro. Embora não seja o país com os maiores percentuais da população evangélica, é o que melhor faz uso de seu capital religioso na esfera política e o que aplicou com mais êxito suas convicções religiosas na agenda política.¹⁴⁵

As eleições presidenciais de 2018 retratam bem essa tendência de reunir a política e a religião para alcançar os grupos culturalmente afins. Jair Messias Bolsonaro, deputado de direita na época, foi eleito e apresentava atitudes machistas e xenofóbicas, mas, também, trazia um discurso a favor da vida e da família – contra o aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo –, pelo qual teria recebido o apoio oficial de grandes igrejas católicas e evangélicas.

Esse fato ganhou relevância internacional, porque, entre outros fatores, o Brasil possui a maior população e a maior economia do continente latino-americano. Por isso, a eleição do atual presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, trouxe um discurso liberal na economia

¹⁴³ SPOSITO, Marília P. *O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*. Belo Horizonte: *Argumentum*, 2009. p. 17-56.

¹⁴⁴ GUADALUPE, José Luis P. Brasil e os novos atores religiosos da política latino-americana. In: GUADALUPE, José Luis P. ; CARRANZA, Brenda. (orgs.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 22.

¹⁴⁵ GUADALUPE, 2020, p. 22.

e, simultaneamente, conservador em relação aos valores morais. Dessa forma, teria conquistado o voto preferencial dos evangélicos que compreendem quase um terço da população brasileira.¹⁴⁶ Entre os pontos combativos, durante a campanha desse candidato, têm-se: a *ideologia de gênero*, o kit gay, entre outros termos pejorativos relacionados à questão homossexual.

Ao relacionar a *ideologia de gênero* à política, fica claro que se trata de uma resistência aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e das minorias sexuais. Pode-se afirmar que existe um equívoco do ponto de vista científico, o que desvela o objetivo de alguns grupos em deturpar o conceito de *gênero* na tentativa de distorcer a noção de *igualdade de gênero* no debate político, e em relação às desigualdades e às violências sofridas por homens, mulheres e minorias sexuais. A resistência ao conceito de *gênero* demonstra desprezo em relação à produção científica nacional e internacional e, também, descaso em relação às situações de violência vivenciadas no Brasil.

Por isso, a igualdade de gênero se torna cada vez mais necessária no combate à discriminação e à reprodução das assimetrias sociais. O que se pretende seria a busca por uma sociedade em que as diferenças sejam toleradas e, para tanto, seriam necessárias práticas sociais e institucionais de combate às desigualdades de gênero. Por isso, nutrir um conceito de *ideologia de gênero* estaria na contramão, pois não seria o propósito rotular o que deve ser feminino ou masculino. Com isso, observa-se uma série de fatores que impulsionaram a agenda antigênero e a demanda sexual do Brasil, o que teria levado à gradual absorção do conceito de *ideologia de gênero* pelos parlamentares que se identificaram com os direitos políticos.

É possível resumir esses fatores, observando algumas mudanças estruturais na sociedade civil brasileira bem como nas instituições políticas, nos últimos vinte anos. Um exemplo seriam as mudanças socioculturais, tais como: a instabilidade das normas sexuais e de gênero, a normalização da homossexualidade, a expansão das expressões sociais e artísticas LGBT. Além disso, as mudanças políticas como: coletivos, organizações não governamentais e movimentos feministas e LGBT, já mencionados anteriormente. Tudo isso seguido de um desenvolvimento e uma assimilação das necessidades desses movimentos pelos partidos políticos, pelas fundações e outras associações da sociedade civil. Uma das atitudes mais importantes teria sido a mudança nas políticas públicas, como as propostas legislativas nos níveis municipal, estadual e federal.

¹⁴⁶ IBGE. *Censo 2010*. [s.d.]. [online]. [n.p.].

A implantação da expressão *ideologia de gênero* traz, *a priori*, a possibilidade da unificação de vários discursos de confronto ligados ao comportamento e aos costumes sexuais. Porém, o objetivo seria fortalecer a agenda conservadora e organizar questões, anteriormente dispersas, em um único discurso – aborto, homossexualidade, família, comportamento sexual, gênero, educação sexual, etc. – e não, sem motivo, é justamente na educação que se tornará a principal frente na *batalha* em oposição a promoção da *ideologia de gênero* nas políticas públicas e na sociedade brasileira.

Esse discurso foi alardeado em 2013, pelo Deputado Pastor Eurico, destacado pelo Jornal da Câmara como um dos pronunciamentos mais relevantes da semana. De acordo com o parlamentar, os conceitos de "gênero", "identidade de gênero" e "orientação sexual" trazem embutida a “ideologia de gênero”¹⁴⁷. Para ele, o gênero, ao substituir a “expressão ‘sexo’”, esconde “uma ideologia que procura eliminar a ideia de que os seres humanos se dividem em dois sexos”¹⁴⁸. Segundo o próprio deputado:

“ideologia de gênero está sendo introduzida na legislação como uma bomba-relógio, com o objetivo de destruir o conceito tradicional da família como a união de um homem e uma mulher vivendo com compromisso de criar e educar filhos. (...) Com a ideologia de gênero imposta pela lei na educação, os kits gay, bissexual, transexual, lésbico etc. serão obrigatórios para as crianças em idade escolar”.

Com esse pronunciamento torna-se evidente os elementos em questão no combate à “ideologia de gênero”: defesa da família tradicional; defesa da vida (contra o aborto); defesa dos papéis tradicionais de homens e mulheres; combate às identidades de gênero e às orientações sexuais que não sejam cis ou hetero; defesa dos valores religiosos cristãos. Trata-se de combater um mal, “imposto” na educação a partir do “kit gay”¹⁴⁹.

Na legislatura de 2015 a 2019, ocorreram algumas mudanças consideráveis nas políticas relacionadas ao uso da expressão *ideologia de gênero*, na Câmara dos Deputados. O esforço teria sido para introduzir essa expressão nas agendas políticas e na execução legislativa de anos precedentes. Em 2015, nota-se uma nítida integração de temas relacionados às esferas legislativa e pública. Segundo Henrique Aragusuku e Maria Fernanda Lara:

Foram realizados ao todo 160 pronunciamentos nesta legislatura - 39 em 2015, 48 em 2016, 50 em 2017 e 23 em 2018 evidenciando um crescimento significativo em relação ao período anterior. Este termo também começou a ser citado por

¹⁴⁷ LACERDA, 2016, p. 09

¹⁴⁸ LACERDA, 2016, p. 09

¹⁴⁹ LACERDA, 2016, p. 09

parlamentares de partidos de esquerda, que realizaram 23 pronunciamentos contrários a sua utilização pelos grupos conservadores.¹⁵⁰

Nos últimos quatro anos, a *ideologia de gênero* não é mais uma expressão desconhecida, mas, tornou-se um conceito de suporte retórico para a posição de grupos de direita no âmbito da moralidade, dos costumes e do comportamento sexual. Portanto, é importante tratar do discurso da *ideologia de gênero* que organiza e unifica politicamente uma série de questões no campo da prática social e cultural, oferecendo coesão para uma visão do mundo mais ampla da sociedade e da ordem nacional.

Segundo Claudete Ulrich os deputados utilizam-se da expressão ideologia de gênero como sinônimo de incentivo ao desenvolvimento precoce da sexualidade e, principalmente, da performance homossexual¹⁵¹.

Durante o segundo governo da presidenta Dilma Rousseff, mais especificamente no final dele – 2015 a 2016 –, manteve-se a implementação de políticas de gênero e sexo, mesmo com fortes oposições, especialmente da Câmara dos Deputados. Nessa crise e instabilidade, alguns grupos ultraconservadores ganharam *status* político estratégico e fortaleceram a divulgação de sua agenda nas mais diversas áreas, das quais, a área da política sexual uma das que mais se destaca. Em 2016, após o *impeachment* de Dilma Rousseff, esses grupos teriam atuado em conformidade com o novo presidente do Brasil, Michel Temer, exercendo pressão para o desmonte das políticas em gênero e sexualidade que foram implementadas anteriormente. Paralelo a isso, teria sido promovida uma agenda parlamentar já consolidada em oposição à *ideologia de gênero*.¹⁵²

Nessa efervescência conservadorista, Jair Messias Bolsonaro – até então vinculado ao Partido Social Liberal (PSL) – ascenderia ao poder, objetivando o fortalecimento da agenda política de oposição às questões de gênero e sexualidade no Brasil. O que teria proporcionado um importante espaço institucional para os grupos parlamentares que lutaram contra a *ideologia de gênero* no campo legislativo nos últimos anos. Ou seja:

Já em seu discurso de posse, realizado no Plenário da Câmara em 1º de janeiro de 2019, apresentou que seu governo iria ‘unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e a nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores’.¹⁵³

¹⁵⁰ ARAGUSUKU; LARA, 2019, p. 15.

¹⁵¹ ULRICH, 2014, p. 198

¹⁵² ARAGUSUKU; LARA, 2019, p. 15.

¹⁵³ ARAGUSUKU; LARA, 2019, p. 20.

O atual presidente montou um ministério que destaca a proposição de políticas e ações em torno da temática de gênero. O Ministério das Relações Externas – Itamaraty –, chefiado por Ernesto Araújo, e o novo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), sob a chefia de Damares Alves, foram os principais órgãos de reprodução do discurso da *ideologia de gênero*, apregoando a defesa da *civilização cristã* nos espaços de discussão diplomática e de deliberação política internacional, buscando um alinhamento programático na pauta da moral e dos costumes sexuais com outros governos conservadores. Entre eles, o tema é tratado de forma polêmica e controversa e a pauta dos Direitos Humanos se transforma em um espaço de difusão de posicionamentos ultraconservadores difundidos pela bancada evangélica.

O Ministério da Educação (MEC), que poderia ser um espaço central nesse processo, teve duas gestões marcadas pela instabilidade e pelos problemas institucionais, que impossibilitaram uma atuação ofensiva nesse âmbito. Vale salientar os projetos propostos pelo deputado Helio Lopes, do PSL do Rio de Janeiro – Projeto de Lei nº 3664/2019 – que institui a Semana dos Direitos, da Ética e da Cidadania na escola, porém, contém um parágrafo que proíbe a *ideologia de gênero*.¹⁵⁴ Outro projeto de lei apresentado foi o PL 520/2019, que foi proposto por oito representantes, apoiando a resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) e que define o uso do nome social de travestis e transexuais nas escolas.¹⁵⁵ O PL 258/2019 foi adicionado ao PL 7180/2014, pois concentrou propostas relacionadas à Escola Sem Partido.¹⁵⁶

Esses projetos de lei retratam o antigo discurso de construção da ameaça sexual e de amplificação dos sentimentos de insegurança relacionados ao campo da sexualidade, na tentativa de transmitir que a *ideologia de gênero* será a grande responsável pela decadência moral e familiar da sociedade. Essa preocupação moral já estava sendo delineada no projeto Escola sem Homofobia (ESH), em 2011. O projeto teria sido proposto por causa de uma articulação do MEC com o movimento LGBTQIA+ e as organizações da sociedade civil. Mas,

¹⁵⁴ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de lei nº 3664, de 19 de junho de 2019*. [Institui a Semana do Direito, Ética e Cidadania na escola]. Brasília: Câmara dos Deputados. [online]. [n.p.].

¹⁵⁵ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de lei nº 520, de 06 de fevereiro de 2019*. [Acrescenta o inciso IV ao §7o do art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para criar causa de aumento de pena de 1/3 (um terço) até a metade da pena do homicídio, se a vítima for trabalhador em exercício de suas atividades laborais]. Brasília: Câmara dos Deputados. [online]. [n.p.].

¹⁵⁶ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de lei nº 258, de 04 de fevereiro de 2019*. [Dispõe sobre o direito dos alunos de aprender sem ideologia político-partidária; sobre a conduta dos professores na transmissão dos conteúdos e acrescenta inciso XIV e parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.394 [...] para dispor sobre o respeito às convicções [...] dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, bem como tornar defesa a inserção de questões relativas à ideologia de gênero no âmbito escola]. Brasília: Câmara dos Deputados. [online]. [n.p.].

houve a disseminação de pânico moral em torno desse projeto, baseando-se na ideia de que o Estado estaria financiando o *desvirtuamento das crianças*. Os oponentes chamaram o projeto de *Kit Gay* e, por isso, virou o centro de grandes conflitos. Os materiais disponibilizados pelo projeto, principalmente seus vídeos, tornaram-se públicos e interpretados como uma representação de adolescentes *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros, e, conseqüentemente, esta seria uma influência negativa para essa faixa etária da sociedade.

A prática adotada para ampliar a discussão do *kit gay* pode ser interpretada como uma tentativa de espalhar uma *fake news*. Essa última expressão, embora tenha sido comentada anteriormente, merece uma explicação mais detalhada, que será realizada no próximo capítulo. No ano eleitoral de 2018, realizou-se uma prática até então inovadora, ou seja, os cabos eleitorais e um grande número de pessoas receberam o conteúdo sobre o fornecimento do *kit gay*, em grupos de *Whatsapp* de suas famílias, amigos e igrejas. Eram avisados para alertar sobre a distribuição de *kits gays* nas escolas ou sobre outras tentativas de doutrinação de gênero no ensino.

Esse tipo de conteúdo foi relacionado ao PT e ao seu candidato à presidência, Fernando Haddad, servindo ao objetivo de impulsionar a campanha política de Jair Bolsonaro, que usou essa notícia falsa reiteradamente, ao longo de sua campanha eleitoral, sempre associando a existência do *kit gay* a uma falência da moral e da estrutura familiar. Os conteúdos postados por Jair Bolsonaro e sua equipe foram alvos de decisão do TSE, que determinou a retirada de vários vídeos que vinculavam a gestão de Fernando Haddad no MEC com a distribuição de livros sobre sexualidade nas escolas.

A lição que se pode extrair dessa campanha e do governo Bolsonaro, é que a prática política dos últimos anos vem se apropriando desses conceitos para influenciar, de forma efetiva e negativa, seu eleitorado. No próximo capítulo, serão analisadas as novas formas de expressão e de convencimento em relação ao combate à *ideologia de gênero*. Como já dito, essa expressão vem ganhando uma proporção significativa, sendo desenvolvida a ampliada através do *ciberespaço*, na era da pós-verdade e do uso político das *fake news*, sobretudo durante as eleições de 2018, pela direita partidária.

3 ANÁLISE DO DISCURSO EVANGÉLICO BRASILEIRO E O KIT GAY NO PROCESSO ELEITORAL DE 2018

A AD se concentra no estudo do *discurso*, enfatizando a relação entre linguagem, discurso e ideologia. Este último capítulo analisa a interferência do discurso evangélico no processo eleitoral brasileiro, tendo como recorte temporal as eleições presidenciais de 2018. A análise recai sobre a retórica evangélica em relação ao discurso sobre o *kit gay* e ao aumento crescente do fenômeno das *fake news* utilizado, sobretudo, pelos cabos eleitorais bolsonaristas. Pode-se dizer que a função essencial do discurso teria sido a tecitura das conexões e das relações entre linguagem e ideologia, o que se verifica através do impacto produzido no meio social e político no último pleito.

3.1 “Ideologia de Gênero” e a influência do discurso homofóbico na violação do Direitos Humanos

A DUDH preconiza a igualdade entre todos os seres humanos sem distinção “de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição”¹⁵⁷. Dessa forma, não seria permitida, em plena sociedade moderna, a existência e a expansão de discursos homofóbicos como uma forma de ratificar um padrão heteronormativo, imputado a séculos no meio social. No entanto, é possível identificar, principalmente a partir das eleições de 2010, tentativas de impor uma “ideologia de gênero”.

Um dos autores que difundiu o conceito de “ideologia de gênero”, na perspectiva da imposição de ideias, é o argentino, Jorge Scala. Ele fez isso através de palestras e da publicação do livro *Ideologia de gênero: novo totalitarismo e a morte da família*.¹⁵⁸ Em 2012, numa entrevista, ele define ideologia da seguinte forma:

Uma ideologia é um corpo fechado de ideias, que parte de um pressuposto básico falso – que por isto deve impor-se evitando toda análise racional, e então vão surgindo as consequências lógicas desse princípio falso. As ideologias se impõem utilizando o sistema educacional formal (escola e universidade) e não formal (meios de propaganda), como fizeram os nazistas e os marxistas.¹⁵⁹

¹⁵⁷ ONU, 1948, [n.p.].

¹⁵⁸ SCALA, Jorge. *Ideologia de gênero: o neototalitarismo e a morte da família*. 2. ed. São Paulo: Katechesis, 2015. p. 22.

¹⁵⁹ SCALA, 2015, p. 31.

Para o autor, a “ideologia de gênero” está fundamentada na afirmação de que o sexo seria o aspecto biológico do ser humano e o gênero seria a construção social ou cultural do sexo. Nessa lógica, o indivíduo teria a liberdade sem condicionamento algum – nem sequer o biológico – para determinar seu próprio gênero.¹⁶⁰ O termo *ideologia de gênero* teria sido utilizado pelos defensores das posições tradicionais, reacionárias e até fundamentalistas com conotações relacionadas aos papéis de gênero de homens e mulheres no debate em torno do PNE, bem como dos subsequentes planos municipais e estaduais de educação.¹⁶¹ Mas, de acordo com Jorge Scala, a “ideologia de gênero” aponta para a desconstrução dos papéis tradicionais de gênero.

Não obstante, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), considera que:

As expressões ‘gênero’ ou ‘orientação sexual’ referem-se a uma ideologia que procura encobrir o fato de que os seres humanos se dividem em dois sexos. Segundo essa corrente ideológica, as diferenças entre homem e mulher, além das evidentes implicações anatômicas, não correspondem a uma natureza fixa, mas são resultado de uma construção social. Seguem o célebre aforismo de Simone de Beauvoir: ‘Não se nasce mulher, fazem-na mulher [*sic*]’. Assim, sob o vocábulo ‘gênero’, é apresentada uma nova filosofia da sexualidade.¹⁶²

Pelas fontes citadas, fica clara a coalizão de evangélicos, católicos mais ortodoxos e organizações conservadoras ou reacionárias que defendem a chamada *família* e os *costumes tradicionais*. Esses grupos estariam se unindo e disseminando informações distorcidas para prevenir a realização da equidade de gênero e o respeito pela diversidade sexual, conforme aprovado, nacional e internacionalmente, há décadas, destruindo o que já havia sido construído ao longo dos anos. Estariam, pois, visando reduzir a discriminação e a violência com base no gênero, contrariando fortemente o que prega a DUDH, conforme acima citado.

O absurdo não para por aí. A afetação chegou ao MEC, que, junto com o CNE, fez comentários, criticando a omissão de ações voltadas para a igualdade de gênero e respeito à diversidade de gênero no PNE. O CNE também apontou que “a falta ou inadequação do tratamento dessas singularidades faz com que o plano educacional para enfrentá-las seja considerado incompleto e, portanto, deva ser objeto de revisão”¹⁶³.

Numa sociedade em que as mulheres vivenciam realidades ditas feministas e as pessoas LGBTQIA+ se transformaram, escolher o debate e promover a moral cristã – sobretudo, na

¹⁶⁰ SCALA, 2015, p. 32.

¹⁶¹ REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, 2017. [online]. p. 15.

¹⁶² BATTISTI, Anuar. Ideologia de gênero. In: CNBB [Site institucional]. 25 set. 2017. [online]. [n.p.].

¹⁶³ SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SPM). *Plano nacional de políticas para as mulheres*. Brasília: SPM, 2006. p. 89.

visão de quem prega contra a “ideologia de gênero” – representa uma força do mal ou um inimigo a ser combatido a qualquer custo. Para Ivone Gebara, “o inimigo é também uma criação nossa”¹⁶⁴. O inimigo, dependendo da perspectiva, é o diferente, é aquele que me ameaça, que exige a partilha de lugares e de poderes”¹⁶⁵.

Por isso, a ampla disseminação da falsa premissa da “ideologia de gênero”, vista como a desconstrução dos papéis de gênero tradicionais e, por consequência, da família, dentro dos ambientes educacionais, teria despertado uma espécie de pânico moral, retrocesso e demonização do “inimigo”. Quando, na verdade, o que se pretendia com a “promoção da igualdade de gênero e de orientação sexual [era simplesmente contribuir para] a superação das desigualdades educacionais”¹⁶⁶, e direitos, que, comprovadamente, existem entre os gêneros em consonância com as décadas de debates, acordos e políticas públicas estabelecidos democraticamente no intuito de promover a equidade.

Nesses termos, a expressão “ideologia de gênero” pretendia repassar a ideia da destruição das famílias “tradicionais”, ao fim da “ordem natural”, das relações de gênero e a negação da existência de discriminação e violência. Segundo dados oficiais, mulheres e pessoas LGBTQIA+ sofrem preconceito moral e chegam até a receber o *status* de demônio, por apoiarem o respeito à igualdade de gênero e à diversidade de gênero na educação.¹⁶⁷

À luz dessas questões e do entendimento de que o *ciberespaço* é o *locus* privilegiado para discutir e amplificar esses assuntos, estaria sendo produzidos distúrbios e mudanças nos mais diversos aspectos, campos e costumes em relação à forma das relações entre os sujeitos e a organização da sociedade. Acredita-se, pois, que o *ciberespaço* interfere na relação entre o discurso, o sentido e o processo de produção. Os trabalhos em AD também ajudam a pensar sobre esses pontos.¹⁶⁸

Dantielli Garcia e Lucília Sousa consideram que:

A rede produz, desse modo, novas formas de individuação dos sujeitos, abre para a multiplicidade dos sentidos, sustenta desavenças, conflitos. A rede é um espaço heterogêneo, sustentado por relações de poder, que permite ao sujeito do século XXI ler temas que o afetam, dizer fatos que o incomodam, viver a possibilidade de uma sociedade menos sexista, violenta. O ciberespaço permite a militância, permite a discussão de temas que afetam o funcionamento do espaço urbano. Na rede, confrontos surgem na tentativa de fundar outros discursos à sociedade, outras formas de socialização em que não só o sujeito homem-heterossexual tenha voz, mas em que todos os sujeitos mulher, homossexual, bissexual, transexual possam dizer e não

¹⁶⁴ GEBARA, Ivone. *O que é cristianismo*. São Paulo: Brasiliense, 2008. p. 57

¹⁶⁵ GEBARA, 2008, p. 58.

¹⁶⁶ BRASIL, 2014, [n.p.].

¹⁶⁷ GEBARA, 2008, p. 59.

¹⁶⁸ GARCIA, Dantielli A.; SOUSA, Lucília Maria A. Ler o arquivo hoje: a sociedade em rede e suas andanças no ciberespaço. *Revista Conexão Letras*, Porto Alegre, v. 9, n. 11, p. 83-97, 2014. [online]. p. 87.

serem ditos por uma sociedade baseada em uma violência patriarcal de gênero que também circula na rede.¹⁶⁹

A compreensão dessa influência tão severa, nos dias atuais, se dá pela Análise Crítica do Discurso (ACD). Trata-se de uma metodologia iniciada pela AD, em que sua importância reside precisamente na intersecção e nas características entre elas. Michel Pêcheux, por exemplo, aborda os enunciados de objetos de textos falados. Mas, a AD partilha, também, com a semiótica e com as tradições semióticas a tarefa de compreender e descrever as condições estruturais de existência do sentido, mas, não se autoriza assumir a lógica das estruturas baseadas no discurso e na semântica das sequências.¹⁷⁰

Para uma explicação mais aprofundada sobre a influência do discurso, cita-se uma fala do atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, veiculada pela mídia, em que afirma: “quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade. Agora, não pode ficar conhecido como paraíso do mundo gay aqui dentro”¹⁷¹. Outra situação polêmica teria ocorrido, em novembro de 2009, quando ele acusou o *kit gay*: “eu comecei a assumir essa pauta conservadora. Essa imagem de homofóbico ficou lá fora”¹⁷². E disse ainda que isso não prejudicaria os investimentos. Nas palavras do atual presidente da República, “o Brasil não pode ser um país do mundo gay, de turismo gay. Temos famílias”¹⁷³.

Esse tipo de fala já vinha sendo constante nas redes sociais, outro exemplo é essa postagem em 2015 no facebook do hoje presidente:

CAMPINAS / SP - A VOLTA DO KIT-GAY PARA AS CRIANCINHAS

-Descobri o Kit-Gay em 2010. Em 2011 Dilma Rousseff mandou recolhê-lo por julgar ‘inadequado’. MENTIROSA !

-O Kit está de volta. A Câmara Municipal de Campinas, cidade na qual sou registrado, discute sua implementação nas escolas.

-Crianças a partir de 5 anos de idade aprenderão que elas NÃO NASCERAM HOMENS OU MULHERES.

-Caso convidado pela Câmara de Campinas aceito debater o assunto.

-Alguns dos 180 itens do Kit que está a cargo da Secretaria de Direitos Humanos, para o Kit-Gay:

1.3.1 - Livros didáticos com as famílias LGBT;

1.2.20-Desconstução da heteronormatividade;

1.2.33-Bolsa de estudo para travestis e transexuais;

1.3.4 - Incentivo a produção cultural ligada à juventude LGBT;

1.3.16-Campanha nacional de sexo seguro para adolescentes LGBT;

1.4.6 - Livros escolares de diversidade sexual para o público infanto-juvenil.

¹⁶⁹ GARCIA; SOUSA, 2014, p. 87.

¹⁷⁰ PÊCHEUX, Michel, 2011, p. 228 *apud* GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2014. p. 38.

¹⁷¹ PRAGMATISMO POLÍTICO. “*Quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com mulher, fique à vontade*”, diz Bolsonaro. 26 abr. 2019. [online]. [n.p.].

¹⁷² PRAGMATISMO POLÍTICO, 2019, [n.p.].

¹⁷³ PRAGMATISMO POLÍTICO, 2019, [n.p.].

+ República Gay + Batalhão Gay + Professor Gay + MST Gay + Bolsas Gay + etc¹⁷⁴

Segundo essa postagem de Jair Bolsonaro era questão de honra e dever de todos defender as crianças e adolescentes de uma intervenção na sua orientação sexual, porque estava claro que o pacote educacional tratado pelo programa Escola sem Homofobia tinha por trás um objetivo muito mais ambicioso que era disseminar o homossexualismo. A fala homofóbica e heteronormativa ganhou uma representatividade muito grande entre aliados religiosos que formavam a Bancada religiosa do Congresso.

Um perfil que o mesmo já vinha demonstrando a um bom tempo, observa-se por esse discurso proferido em 2011 na Câmara dos Deputados:

O SR. JAIR BOLSONARO (PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o que ocorreu ontem na Comissão de Educação da Câmara foi simplesmente inacreditável! Primeiro, os palestrantes, antes de falar qualquer coisa, se apresentavam pela sua opção sexual: 'Lésbica, fulana de tal', 'transexual, fulano de tal'. E davam o seu recado. O mais surpreendente é que lá foi discutido o *kit gay* novamente. Acreditem se quiser: o Ministério da Educação e Cultura - MEC classificou, Deputado Romário, como sem censura o *kit gay*. Ou seja, quando coloco no meu panfleto que o *kit* é para a garotada de 6 ou 8 anos, que vai se transformar em homossexual nas escolas, estou errado. Na realidade, são indicados para crianças a partir dos 4 anos de idade os filmes pornográficos e o material dito didático para combater a homofobia, que, na verdade, repito, estimulam o homossexualismo e escancaram as portas para a pedofilia. A Câmara tem de dar um basta a esta perversidade, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Jorge Tadeu Mudalen) - Muito obrigado, nobre Deputado.¹⁷⁵

Percebe-se que, com a análise desse discurso, a ideologia é introduzida na sociedade de muitas maneiras, seja através da política, da discursão de assuntos referentes à economia, ou a mais utilizada através da mídia. Normalmente, isso é feito por meio da defesa detalhada de uma ideia, onde existem algumas situações específicas desde a introdução de novas ideologias na sociedade.¹⁷⁶ No entanto, é preciso fazer um recorte para perceber até onde estariam sendo afetados, por exemplo, os Direitos Humanos.

A escolha desse exemplo de análise está relacionada ao conteúdo do discurso ultraconservador da extrema direita brasileira, que é enfatizado no Brasil como uma postura de poder político, centrada no atual presidente. A análise da situação atual do país, embora superficial, mostra que os direitos estão ameaçados e as conquistas históricas frustradas, especialmente na grave situação de proteção da dignidade humana, da justiça, da distribuição de renda e do valor do trabalhador. Nesse trabalho, parte importante da crítica de defesa dessa

¹⁷⁴ BOLSONARO, Jair. A VOLTA DO KIT-GAY PARA AS CRIANCINHAS. Campinas, SP, 2015. Facebook. [online].

¹⁷⁵ Camara dos Deputados discurso Jair Bolsonaro. [online].

¹⁷⁶ MEDEIROS, Caciene S. A materialidade da imagem e a ideologia no discurso da mídia do espetáculo. In: HIBERSABERES [Site institucional]. [s.d.]. [online]. [n.p.].

questão envolve os discursos do presidente e de seus aliados políticos, que ajudam a estabelecer e a legitimar os excessos contra as minorias, o que se verificou ao longo da pesquisa.

Para realizar a análise do discurso, enfocando a relação que pode ser estabelecida entre o discurso e o conceito de hegemonia, recorre-se ao pensamento de Norman Fairclough em relação à categoria *significado representativo*. Nessa perspectiva, uma forma de discurso que aparece na prática social envolve a forma de mundo apresentada na cosmovisão escolhida e na forma como se relacionam os dois discursos políticos do presidente Bolsonaro sobre a posse, para analisar os significados representativos produzidos e os esforços para comparar as estratégias de linguagem com a proeminência da ideologia de extrema direita ligada a um projeto de poder.¹⁷⁷

Outra observação importante se relaciona ao referencial da ACD. Ou seja, uma das diferenças mais significativas entre a forma de lidar com a linguagem proposta pela ACD e outros pontos de vista que enfocam a dimensão sócio-histórica da linguagem, é a orientação da análise do material textual.¹⁷⁸ No trabalho de Fairclough, a ACD propõe uma série de categorias de análise através do diálogo com a teoria e com a metodologia da linguística de sistemas funcionais, no qual a análise desse modelo requer três formas de significado implícitas no discurso, a saber: *significado representacional*, *significado da ação* e *identificação significado*. Por intermédio dessas categorias, os analistas de discurso críticos podem estudar discurso/relações sociais em eventos específicos e em textos específicos.¹⁷⁹

A perspectiva do *significado representacional* adotada na pesquisa considera o discurso como diferentes modos de representação do mundo. Compreende-se que o discurso é uma visão de mundo específica que perpassa todo o texto. Para Fairclough, existe uma série de categorias de interpretação textuais no âmbito do significado representacional, que são utilizadas como ferramentas operacionais para a análise crítica da linguagem e de textos voltados para a sociedade.¹⁸⁰ Como um evento social inserido em uma rede prática, uma das categorias mais úteis de análise de texto é o *interdiscurso*. A análise do interdiscurso compreende que um mesmo texto pode conter diferentes discursos e diferentes visões de mundo em seu modelo estrutural, bem como se expressar ou se conectar de diferentes formas. Esta é a relação entre competição e cooperação, segundo Viviane Ramalho e Viviane Resende explicam:

¹⁷⁷ FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003. p. 129.

¹⁷⁸ FAIRCLOUGH, 2003, p. 130.

¹⁷⁹ FAIRCLOUGH, 2003, p. 130.

¹⁸⁰ FAIRCLOUGH, 2003, p. 130.

A heterogeneidade de um texto em termos da articulação de diferentes discursos é chamada de interdiscursividade. A análise interdiscursiva de um texto relaciona-se à identificação dos discursos articulados e da maneira como são articulados.¹⁸¹

Segundo Fairclough, o conceito de discurso como forma de representar vários aspectos do mundo significa observar que, por meio de diferentes discursos, os atores sociais representam aspectos específicos do mundo de uma forma específica. Portanto, a análise interdiscursiva deve consistir em duas ações principais do analista, a saber:

Identificar os principais aspectos do mundo (inclusive áreas da vida social) que estão sendo representadas - os principais 'temas'. [...] Identificar a perspectiva particular, ou ângulo, ou ponto de vista a partir do qual eles são representados.¹⁸²

A perspectiva analítica com esta orientação visa, finalmente, compreender o discurso na realidade da ação política, orientar-se para um propósito específico e ter um impacto específico na vida social. Também busca um novo significado das escolhas éticas que precedem e orientam a formação de um determinado conceito, na medida do possível para dotar o analista do consequente e responsável espírito crítico. Nesse ponto, ao tratar das dimensões políticas da expressão, relaciona a homofobia a outras diferentes visões de mundo na composição do texto. É importante mencionar as questões de direitos humanos que abrem espaço para esta pesquisa.

É inegável que, simultaneamente, as questões de Direitos Humanos foram surgindo uma após a outra, por isso, sempre foram objeto de intenso debate entre as minorias, podendo ser consideradas como questões sociais, políticas, jurídicas e linguísticas relacionadas ao contexto do Brasil. No cenário atual, os ataques são recorrentes diante de falas reiteradas, mormente contra as minorias. Nos últimos anos, o Brasil tem sido palco de diversas disputas públicas envolvendo gênero e sexualidade. Essas polêmicas têm sido expostas no contexto do aumento do conservadorismo, e têm o cruzamento do enfrentamento moral relacionado ao gênero, à sexualidade e à mobilização do discurso para a proteção de crianças e jovens. Como afirma Sérgio Carrara, pode-se dizer que se vive hoje em uma região instável, onde diferentes éticas sexuais se chocam na estrutura nacional e disputam posições de poder.¹⁸³

Durante as eleições de 2018, no Brasil, observou-se uma intensa disseminação, nos grupos de *Whatsapp*, de mensagens com alerta sobre distribuição do *kit gay* nas escolas. Isso teria sido considerado pelos partidos do então candidato a presidência, Jair Bolsonaro, como uma tentativa de doutrinação de gênero. Esses conteúdos foram relacionados ao PT e seu

¹⁸¹ RESENDE, Viviane. M.; RAMALHO, Viviane. *Análise de discurso crítica*. Campinas: Pontes, 2006. p. 72.

¹⁸² FAIRCLOUGH, 2003, p. 129.

¹⁸³ CARRARA, Sérgio. "Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo". *Revista Mana*, Alto Rio Negro, v. 21, n. 2, p. 323-345, 2015. p. 327.

candidato presidencial, Fernando Haddad, promovendo a campanha política de Bolsonaro. Durante a campanha, ele mencionou repetidamente o *kit gay*. O TSE ordenou a exclusão de diversos vídeos, que associavam a gestão de Haddad, no MEC, com a da escola sem partido, surgindo um intenso combate às *fake news* que será objeto de estudo nas seções subsequentes.

Outro texto disseminado nas redes sociais do então deputado Jair Bolsonaro afirmava:

DIVULGUE A SEUS AMIGOS, É EXTREMAMENTE IMPORTANTE! NÓS CIDADÃOS DE BEM NÃO PODEMOS LEVAR MAIS ESTE GOLPE:

É notório que todos estamos fartos deste assunto, mas a sanha de grupos homossexuais e da presidanta Dilma Rousseff continua, o que nos leva a defender novamente às crianças que serão atacadas nas escolas primárias do Brasil e outros absurdos que estão por vir.

Num passado próximo, Dilma Rousseff, cedeu a pressão da bancada evangélica prometendo não mais incluir o kit-gay nas escolas. Tudo não passou de uma grande mentira, assistam o pequeno vídeo a seguir e conheçam o que o grupo LGBT/PT-PSOL pretendem fazer via Plano Nacional de Educação, já neste ano¹⁸⁴.

Fica evidente que um dos argumentos para o desenrolar da campanha é atacar os grupos LGBTQIA+ como forma de fazer a sociedade acreditar que a família tradicional é a que ainda tem mais espaço e valor na vida atual. A defesa da moral e da família teria sido a base da campanha presidencial, alicerçada por uma bancada evangélica que, ao longo dos anos, fez o presidente Bolsonaro estabelecer fortes laços com o grupo evangélico *conservador*. Esse é o grupo religioso que mais cresce no país. Outro parceiro nessa trajetória é o pastor Silas Malafaia. E, logo depois que Bolsonaro se promoveu como líder contra o chamado *kit gay*, em 2010, sua relação com esse grupo de evangélicos foi fortemente fortalecida. É esse apoio político que será apresentado na seção seguinte e que terá uma grande relevância para a eleição desse candidato, em 2018. Essa campanha, baseada na promoção de ataques aos grupos minoritários como LGBTQIA+, mulheres e todos aqueles que ousavam versar contra as ideais defendidas pelo candidato e seus aliados.

3.2 A bancada evangélica e as eleições presidenciais de 2018

As últimas décadas foram marcadas por um elevado desenvolvimento de categorias eleitorais conservadoras em todo o mundo. Desta forma, a nova direita foi se consolidando, primeiramente na Europa e depois nos Estados Unidos.¹⁸⁵ Verificou-se, inicialmente, com a

¹⁸⁴ BOLSONARO, Jair. “Divulgue a seus amigos, é extremamente importante! Nós cidadãos de bem não podemos levar mais este golpe”. [online].

¹⁸⁵ MUDDE, Cas. Extreme-right parties in Eastern Europe. *Journal Patterns of Prejudice*, [s.l.], v. 34, n.1, p. 5-27, 2000. p. 18.

ascensão da campanha e com a vitória de Donald Trump, em 2016, a participação representativa nas plataformas de mídia social e a consolidação da *internet* como lugar de disputa política. O Brasil acompanhou a tendência conservadora norte-americana e com a ajuda de uma crescente e forte bancada evangélica, aliada a um discurso conservador, promoveu a eleição do atual presidente, Jair Bolsonaro, em 2018.

O retorno de uma direita conservadora no cenário brasileiro diz muito sobre o momento atual que o país atravessa e, por isso, é importante tecer algumas considerações sobre a *direita*, que tem entre seus ideais o individualismo, a privatização, a valorização do que é tradicional, o incentivo ao que é heroico, a aversão à diversidade, o militarismo, a luta pela segurança nacional, a evolução econômica em detrimento de outros fatores, a sua supremacia e o anticomunismo. No entanto, mesmo expondo esses fatores ideológicos que orientam o pensamento da *direita partidária*, sua compreensão do que pode ser considerado novo ou velho na política do Brasil ainda é uma questão mais complexa de explorar.

A eleição presidencial de Bolsonaro, em 2018, ocorreu com aproximadamente 58 milhões de votos, segundo dados do TSE. A ascensão dessa nova direita permite identificar três fatores relevantes: o surgimento e crescimento da Frente Evangélica, uma continuidade do pensamento neoliberal na economia e nos costumes – o que também é adotado pela velha direita –, e o desenvolvimento de movimentos sociais fora do contexto político nos últimos tempos, como o Movimento Brasil Livre (MBL).¹⁸⁶

Outro personagem que surge nesse cenário é Olavo de Carvalho, um dos principais *gurus* da nova direita e um dos primeiros a utilizar a *internet* para o ativismo político, com inúmeras críticas a grupos progressistas e incentivos à abordagem conservadora.¹⁸⁷ A fala retirada do facebook de Olavo de Carvalho enfatiza tal perfil:

‘A pergunta mais óbvia nessa questão dos gays católicos é a seguinte: as relações Heterossexuais só são aceitáveis, no cristianismo, sob certas condições muito estritas. Se um padre reza missa e dá comunhão a homossexuais EM GERAL, indiscriminadamente, e não só àqueles que confessaram os seus pecados e fizeram penitência (caso no qual não haveria diferença entre heteros e homos, nem portanto missa especial para qualquer desses dois grupos), ele está legitimando as relações homossexuais muito acima das heterossexuais, fazendo portanto dos ‘gays’ uma comunidade privilegiada não só na terra como no céu. Os argumentos do Allison nessa conferência citada pelo Alessandro são rebuscados, mas não ocultam que o seu propósito último é justificar uma brutalidade teológica inaceitável.

¹⁸⁶ MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. *Revista Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 945-970, 2019. p. 951.

¹⁸⁷ MACHADO; MISKOLCI, 2019, p. 955.

Aceitarei a ‘missa gay’ se me provarem que algum dos apóstolos foi convocado por Jesus especialmente para representar a comunidade LGBT na Santa Ceia’¹⁸⁸.

Dessa forma é possível observar a crescente disseminação da ideologia de gênero com o apoio das bancadas religiosas no Congresso Nacional, a postagem de 2015 só vem corroborar com o perfil político que a extrema direita estava traçando para chegar ao poder, era louvável que se combatesse uma possível desestrutura social e familiar alicerçado no combate a corrupção. A situação política brasileira já apresentava instabilidade desde a segunda eleição da presidenta Dilma Rousseff. Os protestos que ocorreram de 2013 a 2016 reverberaram no Congresso e, em conjunto a um misto de interesses políticos, no dia 31 de março, Dilma Rousseff, representante da esquerda brasileira e presidenta do Brasil, sofreu o *impeachment* e Michel Temer assumiu a presidência da República de forma interina.¹⁸⁹

A sociedade brasileira a partir de então, enfrentaria um momento de ruptura, obviamente ansiando por algo diferente do que acontecia na política desde 1994, dominada por regimes governados pelo PT e PSDB e foi nesse espaço que Bolsonaro se encaixou, pois, além de alardear uma narrativa conservadora, que era crescente, ele foi visto por parte da população como uma possibilidade nova na disputa, mesmo já estando no cenário político desde 1991. No entanto, outros pontos foram primordiais para o crescimento do bolsonarismo, sendo um deles, nos últimos anos, o foco religioso em questões políticas importantes para o crescimento socioeconômico do Brasil. Esse tem relação com o crescimento da Bancada Evangélica no governo, que vêm ampliando sua ação no meio político com o propósito de restaurar na sociedade brasileira os valores da família cristã. Nessa última legislatura – 2015-2019 – foram eleitos 75 deputados federais e três senadores.¹⁹⁰

Num breve histórico, pode-se apresentar a evolução da Bancada Evangélica na política brasileira. Embora os evangélicos estejam presentes na vida política do Brasil desde o século passado, por volta de 1930, quando o pastor metodista Guaracy Silveira foi eleito para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1934,¹⁹¹ foi a partir da Constituinte de 1988 que os evangélicos se organizaram como um grupo para defender sua agenda, com base, expressão numérica e força institucional.

¹⁸⁸ Carvalho, Olavo. Homossexuais, 2015. Facebook. [online].

¹⁸⁹ SENADO NOTÍCIAS. *Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil*. 28 dez. 2016. [online]. [n.p.].

¹⁹⁰ PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan W. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. *Revista Tempo Social*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 187-214, 2017. p. 189.

¹⁹¹ OLIVEIRA, Cilas F. Protestante na política: o caso Guaracy Silveira. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR (UNICAMP), X, 2007, Campinas. *Anais...* Campinas: UNICAMP, 2007. [n.p.]. [pdf]. [n.p.].

Em 1986, na eleição que escolheu os membros da ANC, a imprensa nacional trouxe a expressão bancada evangélica que, segundo Guilherme Lopes, “é utilizada para designar, de forma genérica, o conjunto dos representantes evangélicos no Congresso Nacional, em especial na Câmara dos Deputados”¹⁹². Desde então, houve um intenso crescimento e consolidação, chegando a 91 eleitos, entre deputados federais e senadores, nas eleições de 2018, e favorecida, também, pelo sistema eleitoral brasileiro do voto proporcional.¹⁹³

O crescimento da representação evangélica nas instâncias políticas, sobretudo no Legislativo, ocorreu no mesmo sentido de seu crescimento populacional. Ou seja:

Em 2010, já havia ultrapassado a casa dos 42,3 milhões de habitantes, conforme o Censo Brasileiro, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa do Instituto Datafolha, publicada no Natal de 2016, aponta que ‘três em cada dez (29%) brasileiros com 16 anos ou mais atualmente são evangélicos, dividindo-se entre aqueles que podem ser classificados como evangélicos pentecostais (22%), [...] e 7%, como evangélicos não pentecostais.’¹⁹⁴

Aline Coutrot associa a ideia de afiliação religiosa com o comportamento eleitoral, o que também se observa na atuação política. No Brasil, nas últimas décadas a atuação evangélica se deslocou da defesa da liberdade religiosa, enquanto minoria, para a imposição de suas pautas para a sociedade de maneira geral.¹⁹⁵ Corroborando com o projeto de expansão evangélica, Julio Villazón explica que:

A América Latina tem uma longa tradição de presença evangélica, mas nas últimas décadas houve um salto significativo, especialmente em sua versão pentecostal. Esse crescimento fortaleceu a sua capacidade de influência na agenda pública através de partidos evangélicos ou, mais frequentemente, por meio de associações ‘pró-vida’ e ‘pró-família’. Enquanto no início do século XX, a agenda evangélica lutava pela separação entre Igreja e Estado, hoje suas posturas contra o avanço da ‘agenda gay’ e da ‘ideologia de gênero’ aproximam esses grupos aos conservadores católicos na luta contra as mudanças liberalizantes na família e na sociedade.¹⁹⁶

Desse modo, é possível entender alguns aspectos que motivaram os evangélicos a apoiar a candidatura de Jair Bolsonaro, entre eles: antipetismo, declínio do PSDB, e a ascensão de novas direitas. O primeiro deles, o antipetismo, como já citado neste documento anteriormente, surge de maneira mais evidente após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, associado

¹⁹² LOPES, Guilherme E. G. *Evangélicos, mídia e poder: análise da atuação parlamentar na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. p. 61.

¹⁹³ NICOLAU, Jairo. *Sistemas eleitorais*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 37-61.

¹⁹⁴ DATAFOLHA. *44% dos evangélicos são ex-católicos*. 28 dez. 2016. [online]. [n.p.].

¹⁹⁵ COUTROT, Aline. *Religião e política*. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 335-336.

¹⁹⁶ VILLAZÓN, Julio C. *Velhas e novas direitas religiosas na América Latina: os evangélicos como fator político*. In: NUEVA SOCIEDAD [Site institucional]. 20 nov. 2015. [online]. [n.p.].

a outros escândalos de corrupção como a Operação Lava-Jato, que resultou na prisão do ex-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, em abril de 2018, que era o candidato natural do partido à Presidente da República.¹⁹⁷ O PT enfrentava uma derrocada em sua popularidade e em sua confiabilidade. Várias lideranças haviam sido presas ou passavam por investigação, entre eles, o ex-deputado federal e ex-ministro, Antônio Palocci, que fez acordo de delação premiada, responsabilizando o ex-presidente por esquemas de corrupção.¹⁹⁸

Quanto ao declínio do PSDB, partido que figurou na presidência do Brasil de 1995 a 2002, pode-se dizer que a chapa encabeçada por Aécio Neves não teve força para vencer Dilma, visto que ele também havia sido citado na delação premiada da Operação Lava-Jato, incluindo a do ex-senador Delcídio do Amaral (PT-MS), que o acusou de receber vantagens indevidas em Furnas.¹⁹⁹ Em 2017, as delações dos empresários Wesley e Joesley Batista o acusaram de pedir propinas no valor de R\$ 2 milhões, que seriam utilizados em sua defesa na Lava-Jato.²⁰⁰

Como dito anteriormente, a influência religiosa trouxe uma esperança para a possível salvação desse cenário caótico da política nacional, aparecendo como um salvador da pátria a figura de Jair Bolsonaro. É bem verdade que a religião sempre esteve lado a lado com a política. Ela seria uma ferramenta de convencimento mais eficiente. No Brasil, isso é observado desde a época de seu descobrimento, quando os colonizadores já trouxeram nas caravelas os padres para catequizar e batizar aqueles/as que fossem de religiões contrárias às doutrinas da Igreja Católica Apostólica Romana. Paul Freston fala a respeito desse messianismo político evangélico e descreve sua dinâmica da seguinte maneira:

Em torno dos candidatos evangélicos há líderes e membros da igreja com uma expectativa ‘messiânica’ de que aquele candidato evangélico canalizará automaticamente as bênçãos de Deus sobre o Brasil, resolvendo todos problemas que nos afligem. Esse messianismo é muito perigoso, para o país e para a Igreja. Ao contrário do que muitas vezes se afirma a última parte do homem a se converter não é o bolso, é o fascínio pelo poder.²⁰¹

Neste sentido, o candidato apoiado pelos evangélicos serviria ao propósito de ser a liderança política que, sob a inspiração divina, resolveria os problemas da nação, combatendo o crime, perseguindo corruptos, impondo a ordem e o respeito à hierarquia, livrando o povo de seus inimigos. Bem verdade, também, que serviria ao Deus da maioria, aos valores hegemônicos e a tradição da sociedade. Como também já salientado anteriormente, teria

¹⁹⁷ LOPES, 2017, p. 123.

¹⁹⁸ LOPES, 2017, 119.

¹⁹⁹ LOPES, 2017, 119-120.

²⁰⁰ LOPES, 2017, 121.

²⁰¹ FRESTON, Paul. *Religião e política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política*. Viçosa: Ultimato, 2006. p. 10-11.

ênfatisado os projetos que possibilitariam a “cura gay”, a censura a conteúdos com temáticas LGBTQIA+, Ideologia de Gênero e o combate aos movimentos feministas.

A atuação da Bancada evangélica tem personagens interessantes. Aqui será exposto a atuação de apenas alguns como: João Campos (PRB/GO), Marco Feliciano (PODE/SP), o pastor Silas Malafaia, líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo (ADVEC), e o bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). A escolha se fez pelo tipo de projeto que apresentaram durante seu mandato eletivo ou devido sua influência midiática.

No caso do Deputado João Campos, o destaque que se apresenta é para seu projeto de lei chamado *Cura Gay*, de número PDC 234/2011, que estabelecia normas para atuação dos psicólogos sobre a reorientação sexual. Ele foi presidente da Frente Parlamentar Evangélica em duas oportunidades, sendo a última em 2015, e chegou a ser cogitado como candidato preferencial do presidente eleito, Jair Bolsonaro, à presidência da Câmara dos Deputados.²⁰²

Outro projeto de lei, bastante polêmico, foi o do Deputado e pastor Marco Feliciano, da Catedral do Avivamento. Ele foi eleito deputado federal pela primeira vez, em 2010, pelo PSC, e pretendia um projeto para o ensino do criacionismo bíblico nas escolas do ensino básico. Segundo a justificativa de seu projeto, o pastor afirma:

‘Ensinar apenas o EVOLUCIONISMO nas escolas é ir contra a liberdade de crença de nosso povo, uma vez que a doutrina CRIACIONISTA é a predominante em todo o nosso país. O Ensino darwinista limita a visão cosmológica de mundo existencialista levando os estudantes a desacreditarem da existência de um criador que está acima das frágeis conjecturas humanas forjadas em tubos de ensaio laboratorial. Sem menosprezo ao avanço tecnológico e científico, indispensável às necessidades sociais enquanto aplacador da inventividade e curiosidade humanas, é possível harmonizar ensinamentos que contribuam ao desenvolvimento e amplitude da visão cósmica do conhecimento humano’.²⁰³

Vale lembrar que constitucionalmente o Estado é laico, e seria mais uma tentativa de impor dogmas religiosos para a educação de crianças e adolescentes, até mesmo uma forma de minimizar a ciência, causando estranheza e dúvida quanto a disseminação de ideologias.

Os outros aqui expostos figuram na influência midiática, visto que o Pastor Malafaia possui 1 milhão e 400 mil seguidores em seu perfil do *Twitter*, além de 2 milhões e 350 mil no *Facebook* e mais 2 milhões e 100 no *Instagram*. Silas Malafaia é dono da editora Central Gospel, que publica seus títulos e de outros autores evangélicos. Ele coordena uma bancada de políticos vinculados à sua igreja, destacando-se seu irmão, Samuel Malafaia (DEM-RJ), deputado estadual, e Sóstenes Cavalcanti (DEM-RJ).

²⁰² LOPES, 2017, p. 127.

²⁰³ BRASIL. Projeto de Lei, 2014. Autor Marco Feliciano. [online].

Outro grande líder evangélico que também se destaca como líder midiático é o Deputado Federal, Edir Macedo. Ele é líder da IURD, que, segundo o Censo de 2010, do IBGE, possuía 1 milhão e 800 mil membros. Sua igreja, presente em mais de 100 países, controla um poderoso conglomerado de comunicação: a *Record TV*, o canal *Record News*, o portal R7, a gravadora *Line Records*, a editora Universal Produções, o controle de 49% do Banco Renner, além de dezenas de emissoras de rádio e televisão pelo país. Em uma entrevista para o site Congresso em Foco ao ser questionado se ao defender a família tradicional quer dizer que vocês são contra o casamento gay? Ele responde:

‘A gente tem que construir uma tese. Não é ‘eu não quero’ e acabou. Se é pra aprovar qualquer comportamento, o que não tem ativismo não legaliza? Por que não legaliza o cara casar com duas ou três mulheres, já que muitos têm? Por que não legaliza o cara casar com um homem e com uma mulher? Uma mulher casar com um homem e outra mulher? Por que não legaliza isso? É comportamento também. Tem um monte de cara com duas mulheres, três. Manda casar todo mundo. Por quê? Só que porque não tem ativismo? Isso é hipocrisia da sociedade. Então, legaliza tudo pra ver onde que vai parar a sociedade. Casamento tem a ver com a perpetuação da espécie. Toda a história da civilização humana – não estou falando de teologia, é antropológico, é sociológico – é um homem, mulher e prole. Isso é história da civilização humana. O resto é blá-blá-blá. Homossexualismo sempre existiu desde que o pecado entrou no mundo. Agora, ativismo gay é coisa de 25 anos pra cá. Império romano, grego, assírio, babilônico...’²⁰⁴

Fica claro a homofobia praticada pelo entrevistado visto que não considerar a possibilidade de direito de união de pessoas do mesmo sexo é evidente um ato de discriminação. Mais uma vez a direita conservadora tem a intenção de espalhar o discurso da ideologia de gênero, para concretizar esse objetivo, levanta a possibilidade de somente a família tradicional ser aceita pela sociedade. Esse tipo de fala visa também a manipulação daqueles que estão diretamente relacionados com essa temática, os evangélicos tendem a seguir a orientação de seus líderes religiosos e estes sabem do poder que exerce sobre os fiéis, demonstrado de maneira relevante na eleição presidencial de 2018.

Todos, em sua esfera de influência e poder, colaboraram de modo significativo com o então candidato Jair Bolsonaro, por exemplo: João promoveu em sua campanha pautas conservadoras como o apoio ao Estatuto do Nascituro e do projeto Escola Sem Partido, chegando a negociar a possibilidade de indicação do futuro Ministro da Educação. Foi o 5º mais votado de seu estado, com 106 mil votos.²⁰⁵ Um fato que também merece ser reportado é o ataque sofrido por Jair Bolsonaro, que ficou impossibilitado de participar de debates e da

²⁰⁴ Entrevista com Silas Malafaia. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/a-integra-da-entrevista-com-silas-malafaia>. Acesso 31-01-2022.

²⁰⁵ TSE, [s.d.], [n.p.].

campanha de forma física, sendo realizado de forma efetiva pela *internet*, televisão e outros meios de comunicação. Dessa forma, e diante do não comparecimento de Jair Bolsonaro aos debates televisivos, Edir Macedo abriu espaço na Record TV para uma entrevista que durou 30 minutos, transmitida, simultaneamente, ao último debate presidencial realizado pela Rede Globo. Dias antes, Edir Macedo já havia declarado apoio ao candidato do PSL.

Portanto, a participação efetiva da bancada evangélica e de suas lideranças, sobretudo as que traziam contexto relacionado ao modelo tradicional de família e o combate à corrupção, foi fundamental para que o convencimento do eleitor e da eleitora, principalmente o/a evangélico/a, que se identificou com a candidatura de Jair Bolsonaro, tornando-se sua principal base social e eleitoral, conferindo a ele quase 70% de intenções de voto.²⁰⁶ Como já dito, essa foi uma campanha eleitoral, em muitos aspectos, diferente principalmente em relação à abordagem do eleitor e da eleitora, pois o atentado sofrido pelo candidato a presidência o impossibilitou uma abordagem tradicional – de tipo corpo a corpo. Surge, então, a alternativa já comum nas grandes potências, isto é, de se utilizar as mídias e as redes sociais. Nesse sentido, as eleições de 2018 ficaram marcadas pelas as armas modernas,²⁰⁷ e sem precedentes nas eleições brasileiras.

Nessa eleição, os cabos eleitorais virtuais, os robôs e as *fakes news* foram um fator relevante para a vitória de Bolsonaro e a renovação política do Congresso e da Assembleia Estadual. O Brasil, em 2018, entrou na era moderna de comunicação e discussão política.²⁰⁸ Fato que vem se consolidando nas grandes democracias no mundo. Uma prova disso é que as campanhas políticas com estruturas internas eram segmentadas e realizadas seguindo uma divisão: “a campanha de rua [...] a campanha de TV/rádio [e a] campanha digital”²⁰⁹.

Com o avanço da era digital e com a popularização dos *smartphones*, o desafio enfrentado foi fazer uma campanha eleitoral em que essas partes pudessem ser integradas de maneira eficiente. O conteúdo produzido pelos candidatos nas ruas com um celular passa pela TV, alimenta as redes sociais, chega nas rádios e no *WhatsApp*. Até os candidatos com muito tempo de TV precisam desses outros elementos efetivos e integrados para ter êxito.²¹⁰

Para se ter uma ideia do poder do alcance da *internet* e, conseqüentemente, das redes sociais, segundo o IBGE, das 120,7 milhões de pessoas que acessaram a *internet* em maio,

²⁰⁶ TSE, [s.d.], [n.p.].

²⁰⁷ MOURA, Maurício; CORBELLINI, Juliano. *A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu?* Rio de Janeiro: Record, 2019. p. 101.

²⁰⁸ MOURA, 2019, p 101.

²⁰⁹ MOURA, 2019, p 101.

²¹⁰ MOURA, 2019, p 102.

junho e julho em 2018, 49% utilizaram celulares. Enquanto 99% da classe A tem acesso à *internet*, 69% o tem na classe C. Nas classes D e E, o alcance chega a 30%, dos quais 80% se conectam por meio do celular.²¹¹ De acordo com o IBGE, 138 milhões de brasileiros têm celular, de uma população total de 209,3 milhões. Percebeu-se que a televisão começou a disputar espaço com o celular, então, os analistas políticos teriam entendido que era preciso deslocar a campanha eleitoral para esse novo instrumento de *marketing* político.

Em 2018, muita coisa mudou no cenário da campanha eleitoral nacional. A disputa presidencial ocorreu em várias frentes de comunicação e com o objetivo de atingir públicos específicos, por exemplo: o tradicional, na TV, que viu diminuir a sua importância; a da cobertura midiática, cuja relevância foi muito maior do que em eleições passadas e a das telas dos celulares, por meio das quais o debate se tornou aguerrido, levando a uma influência tamanha no eleitorado que pode, inclusive, decidir um pleito.²¹²

Segundo Henry Jenkins, a importância da TV em campanhas políticas mudou, agora, a situação que a define é a da:

Cultura da convergência, onde as velhas e novas mídias colidem, onde a mídia corporativa e a mídia alternativa se cruzam, onde o poder do produtor de mídia e o poder do consumidor interagem de maneira imprevisível [...] a convergência representa uma transformação cultural, à medida que os consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos de mídia dispersos.²¹³

Diante do imenso apoio da bancada evangélica aqui pontuada, com seus projetos de proteção a família tradicional, cura-gay e ideologia de gênero – para citar alguns e o imenso poder das mídias – a campanha de Jair Bolsonaro foi um divisor de águas da política brasileira, principalmente no que diz respeito a sua forma de atuação e de persuasão do eleitorado. Houve o entendimento precoce, por parte dos marqueteiros políticos, que o brasileiro daquele cenário pretendia um Brasil livre da corrupção e da violência proposta defendida pelo citado candidato.

Outro ponto peculiar dessa campanha eleitoral teria sido o engajamento proporcionado pelos usuários da *internet*. A polarização dos/as eleitores/as, como dito anteriormente, figurou entre o antipetismo e o *Ele não!* Os indícios são bastante claros de que existia essa articulação entre movimento espontâneo e conteúdos dirigidos. A campanha pela *internet* e no *WhatsApp* funciona com os conteúdos que se conectam com as pessoas e as que podem produzir

²¹¹ IBGE, [s.d.], [n.p.].

²¹² MOURA, 2019, p. 102.

²¹³ JENKINS, Henry. *A cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2009. p. 27.

participação e engajamento, o que está relacionado ao medo e à ansiedade dos eleitores e suas visões de mundo.²¹⁴

Dessa forma, é possível relacionar o impacto do alcance da mídia das redes sociais à disseminação de notícias falsas ou inverdades, visto que a velocidade com que a informação é propagada reflete o benefício ou o malefício que aquele ato pode provocar. Esse caso também pode ser apontado como característico desse momento da política brasileira. Laura Chincilla, ex-presidente da Costa Rica e chefe da missão de observação eleitoral da Organização dos Estados Americanos (OEA) no Brasil, considerou caso “sem precedentes” o uso do *WhatsApp* para disseminação de notícias falsas na eleição brasileira. Segundo ela, em seu discurso na OEA, no dia 25 de outubro de 2018:

O fenômeno que temos visto no Brasil talvez não tenha precedente fundamentalmente por uma razão. No caso do Brasil, estão usando redes privadas, que é o WhatsApp. É uma rede que apresenta muitas complexidades para que as autoridades possam acessar e realizar investigações.²¹⁵

Numa palestra no Festival Gabo, na Colômbia, citado pelo jornal Folha de S. Paulo. Ben Supple, gestor de políticas públicas e eleições globais do WhatsApp, foi questionado sobre o uso do Whatsapp na campanha de 2018: "Na eleição brasileira do ano passado houve a atuação de empresas fornecedoras de envios massivos de mensagens, que violaram os nossos termos de uso para atingir um grande número de pessoas"

Fala que confirma o que foi exposto anteriormente e traz mais uma vez a certeza da atuação poderosa da mídia nesse processo, dessa forma propagar as inverdades tornou-se mais fácil e eficaz e nesse momento, é preciso levantar a seguinte questão: as *fake news* foram realmente decisivas para o resultado da eleição presidencial de 2018? Em que essas inverdades transmitidas de forma *viralizadas* pelas redes sociais afetaram a decisão do eleitorado brasileiro? Esses e outros questionamentos serão expostos na seção seguinte.

3.3 “Kit Gay” x *Fake News*: a manipulação discursiva nas eleições de 2018

A tecnologia da comunicação é fruto da modernidade e se tornou uma garantia da visibilidade midiática de vários assuntos: política, saúde, economia, educação, religião, entre tantos outros. A forma como esse tipo de mensagem vem sendo repassada também tende a influenciar o receptor e sua interpretação, bem como tende a ser afetada diante de velocidade e

²¹⁴ MOURA, 2019, p. 110.

²¹⁵ FACILITE REDAÇÃO. *Como evitar o uso das Fake News nas eleições*. 25 out. 2018. [online]. [n.p.].

da quantidade de *verdades* que são apresentadas. Diante das análises realizadas até o presente momento, um dos fatos que mais repercutiram nesse início de século seria a chamada *fake news*.

No entanto, é necessário pontuar primeiro porque afirma-se ser uma manipulação do eleitorado através do discurso e não a persuasão. A palavra persuasão, que tem como definição certeza fortemente estabelecida; convicção, por muitas pessoas é confundida com manipulação. O significado de manipular é falsificação da realidade que busca induzir alguém a pensar de determinada forma. Dessa forma, resumindo, persuadir é influenciar alguém a fazer algo a seu próprio favor. Tanto a persuasão como a manipulação derivam da influência, alguém se apropriando de técnicas eficazes para induzir seu comportamento e suas decisões a uma determinada escolha.

Quando se fala da manipulação do discurso nas eleições, ficou demonstrado que os cabos eleitorais do candidato Jair Bolsonaro através de fake News plantaram na mídia uma série de notícias e publicações inverídicas. Por exemplo, já citado aqui o Kit gay e a ideologia de gênero. Para tornar mais específico cita-se uma fala do próprio Bolsonaro que foi desmentido posteriormente pelo TSE:

‘ASSUSTEM-SE PAIS: Vejam o conteúdo do kit-gay q já chegou nas escolas primárias do Brasil. <http://bit.ly/NrvECG>
Translate Tweet
8:00 PM · Jul 23, 2012 · Twitter Web Client’²¹⁶

Embasados no suporte teórico-metodológico da ACD, busca-se compreender a noção de uma sociedade dividida, atravessada e constituída por práticas discursivas que funcionam pela ideologia, através da produção de evidências. Para a ACD, o mesmo, enquanto efeito de sentido entre interlocutores é o lugar do político, da luta por formulações equívocas e ideologicamente constituídas, como proposto por Fairclough: “qualquer evento discursivo, isto é, qualquer exemplo de discurso é considerado simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social”²¹⁷.

Essas considerações iniciais são relevantes para a exposição da relação de uma manipulação discursiva nas eleições de 2018, fundamentada em temas como o *Kit Gay* e a “Ideologia de Gênero”, através da midiaticização de notícias falsas que geraram um imenso engajamento no eleitorado que se alinhava com os padrões religiosos tradicionais e com a busca por uma sociedade sem violência e sem corrupção. Para entender a recepção rápida e as

²¹⁶ BOLSONARO, Jair. Assustem-se Pais. 23 julho, 2012. [online].

²¹⁷ FAIRCLOUGH, 2003, p. 22.

dimensões grandiosas desse tipo de mensagem trazida pelo grupo político do então candidato Jair Bolsonaro, se faz necessária uma análise crítica de seu discurso.

Segundo Fairclough, o discurso nas sociedades contemporâneas tem sido afetado por três principais tendências: a democratização, a comodificação e a tecnologização. A democratização, nas palavras de Magalhães, “tem a ver com a remoção das desigualdades e assimetrias nos direitos, obrigações e prestígios discursivos e linguísticos de grupos de pessoas”²¹⁸; a comodificação é um processo que se configura na organização de domínios sociais diversos cujo alvo não é a produção de bens de consumo em estruturas de produção, distribuição e consumo;²¹⁹ já a tecnologização do discurso é o emprego do discurso como técnica ou tecnologia em função de propósitos estratégicos.²²⁰

No processo eleitoral de 2018, utilizou-se bastante da tecnologização do discurso, uma vez que foi através das mídias digitais que a população foi abordada de uma maneira incisiva para tomar conhecimento do projeto de governo dos principais candidatos à presidência do Brasil. Interessante apontar que a palavra *fake news* surge em 2016 e teria ganhado fama pelos dois fenômenos que tiveram grande repercussão na política internacional: o BREXIT, que retirou o Reino Unido da União Europeia e a eleição de Donald Trump, como presidente dos EUA.²²¹

O grande problema dessa forma de disseminação de informação é que esta vai ser repassada de qualquer fonte e sem nenhum critério, com potencial de se espalhar e com o objetivo de manipular e realizar influência determinante na população. É bem verdade que sempre existiram informações falsas, mentiras e rumores na política, mas, a grande questão atual é que hoje as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) dão um novo perfil e um novo arranjo, estendendo-se ao fenômeno da informação falsa, produzindo algo que nunca foi visto na história da humanidade.

O crescimento exponencial de novas tecnologias e o acesso a elas criaram uma verdadeira revolução nos métodos sociais de acesso à *internet* e tudo de bom e ruim que ela pode oferecer, como já abordado anteriormente. A quantidade de informação que chega aos indivíduos, às vezes, é maior do que sua capacidade de processamento. Outro ponto que deve ser abordado seria a relação da liberdade de expressão com a *internet*, uma vez que grande parte

²¹⁸ MAGALHAES, Célia M. *Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, 2001. p. 25.

²¹⁹ MAGALHAES, 2001, p. 26.

²²⁰ MAGALHAES, 2001, p. 26.

²²¹ MAGALHAES, 2001, p. 27.

da população faz uso dessa rede mundial sem fio para se expressar e, também, para buscar informações que lhes são garantidas pela Declaração de Direitos do Homem.

A questão é que notícias falsas tentam criar desinformação por meio de superinformações, ou seja, as pessoas que fazem notícias falsas, em última análise, esperam ter tantas informações que não conseguem distinguir entre o verdadeiro e o falso a respeito do que lêem. Notícias falsas sempre buscam beneficiar alguém ou prejudicar outras pessoas, tentando confundir o público de forma que seja impossível distinguir entre verdade e mentira.²²² Com o acesso a essas informações há um enorme estímulo ao debate, que é um dos pilares da democracia. Sem o debate não há democracia, isso sustenta o avanço das *fake news*. Desse modo, há sempre um beneficiado com notícias falsas, seja para melhorar a imagem perante o público ou prejudicar a imagem de outra pessoa.

É por isso que as notícias falsas se espalham tanto na *internet* durante as campanhas eleitorais. Quando não se tem argumentos para vencer o debate, os concorrentes inventam mentiras, o que deve afetar sua visibilidade perante o público. Trata-se de uma estratégia bastante utilizada pelos apoiadores de Jair Bolsonaro.

Uma das *pós-verdades* plantadas na campanha eleitoral de 2018, e que foi bastante alardeada, foi o combate ao *Kit Gay*. Para se chegar a essa expressão, é preciso entender de onde ela veio. De forma breve, pode-se dizer que foi um desdobramento de um projeto apresentado durante o governo de Lula, chamado ESH. A diretriz política central do governo lulista estava no combate desigualdade de gênero, ao preconceito e a discriminação a comunidade LGBTQIA+, desde sua implantação em 2004.

O objetivo principal do Brasil Sem Homofobia esteve, a partir da ação V, “Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e à não discriminação por orientação sexual²²³”, com a estratégia de desenvolver diretrizes que pudessem orientar os sistemas de ensino à promoção de ações para a não discriminação por orientação sexual nos espaços educativos. Em 2009, financiado pelo MEC, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI), surgiu o Projeto ESH.

O projeto dirigido às escolas tinha como objetivo promover um ambiente propício à igualdade e respeito à diversidade no cotidiano escolar, por meio da mudança das práticas e currículos escolares, tendo como objetivo principal reconhecer as diferenças morais, culturais

²²² SCHIRRMANN, Eduardo. *A colisão de fake news com o princípio da liberdade de expressão*. [s.l.], [s.n.], 2021. *E-book*. p. 55.

²²³ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. p. 22.

e sociais da sociedade brasileira e seu compromisso com direitos humanos e com a tolerância de gênero.²²⁴ No entanto, não chegou a ser implantado e isso se deve, principalmente, a uma forte oposição conservadora no Congresso Nacional.

O material produzido foi vetado pela presidenta Dilma, devido a forte oposição recebida da bancada conservadora no Congresso Nacional. Foi ironicamente denominado de *Kit Gay*, deixando bem claro o caráter preconceituoso que esses representantes trazem no seu histórico. Como aponta Rogério Junqueira, são os mesmos grupos responsáveis pela expressão do discurso político da “ideologia de gênero” que ameaçam ainda mais os direitos humanos e sexuais das pessoas LGBTQIA + e aprofunda as desigualdades do acesso à saúde e à educação para esse grupo.²²⁵ O Caderno de Conteúdos do ESH faz referência a esse quadro político:

A inclusão de uma política de direitos LGBT numa política de direitos humanos é consequência das diversas instâncias de diálogo e negociação entre o governo e a sociedade civil. Avanços importantes aconteceram com os Planos de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) e da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing 1995), pelo reconhecimento dos direitos sexuais e direitos reprodutivos como direitos humanos. O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2008), a I Conferência Nacional de Políticas Públicas para a População LGBT (2008), o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (2009), o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (2009) e a criação do Conselho Nacional LGBT (2010), são respostas inequívocas do compromisso do governo brasileiro com a igualdade e a justiça social para todas as pessoas.²²⁶

Dessa forma, o projeto da ESH não colocava em evidência a grande influência religiosa que estaria por trás da vedação do projeto. De acordo com Rogério Junqueira, a chamada “ideologia de gênero” surge a partir de uma ofensiva político-discursiva reacionária e de matriz religiosa, em especial por setores ultraconservadores da Igreja Católica Apostólica Romana, que buscam inculcar a ideia de que as transformações postas pelos estudos de gênero e pelos feminismos “implicariam privar crianças do direito à família, transformar escolas em ‘campos de doutrinação do *gender*’, aniquilar a ordem simbólica, extinguir ‘a família’ e a humanidade, entre outras ‘catástrofes’ anunciadas pelo ativismo anti gênero”²²⁷. Portanto, a origem da “ideologia de gênero” cerca a precariedade do acesso aos Direitos Humanos, sexuais e reprodutivos postos hoje no Brasil.

²²⁴ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Caderno: escola sem homofobia*. Brasília: MEC, 2009. p. 10.

²²⁵ JUNQUEIRA, Rogério D. A invenção de “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, Maceió, v. 18, n. 43, p. 440-502, 2018. p. 447.

²²⁶ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009, p. 11.

²²⁷ JUNQUEIRA, 2018, p. 486

Além do que já foi exposto acima, é preciso dizer ainda que ao se divulgar a implantação de um *kit gay* nas escolas e a exposição de crianças e, conseqüentemente, da família tradicional brasileira a uma suposta “ideologia de gênero”, o grupo de apoiadores de Jair Bolsonaro estava na verdade espalhando *fake news*. Como o projeto ESH não se desenvolveu, o então candidato se utilizou de uma literatura francesa, traduzida para mais de 25 países, com o objetivo de levar educação sexual de autoria de Hélène Bruller, com o título traduzido para *Aparelho Sexual e Cia*,²²⁸ como sendo esse manual de *kit gay*.

Após averiguação e sucessivas discussões sobre o assunto o ministro do TSE, Carlos Horbach, determinou a suspensão de *links* de *sites* e redes sociais com a expressão *kit gay*, usados pela campanha de Jair Bolsonaro (PSL) para atacar o candidato do PT, Fernando Haddad, e ficou constatado que tudo que tinha sido usado eram notícias falsas que serviam para enganar o/a eleitor/a e convencê-lo/a do que o grupo do candidato acreditava.

O *ciberespaço* efetiva a importância dos influenciadores digitais na disseminação dessas narrativas e os diretos conservadores apostam nas mídias sociais para produção contínua de notícias, vídeos de conteúdos que possam atrair e valorizar um perfil de forma remota, selecionado por robôs e com características específicas,²²⁹ que possam convencer o maior número de eleitores/as possível.

Outro fato relevante da campanha de Bolsonaro relacionado à disseminação falsa da distribuição do *kit gay*, foi a publicação de um vídeo de apelo emocional, em sua página oficial do *Facebook*, apresentando ao público o livro intitulado *Aparelho sexual e Cia*, que faria parte do suposto *kit-gay*, já mencionado acima, e que estimularia precocemente crianças a um universo LGBT. Após a publicação do vídeo, o MEC emitiu uma nota de esclarecimento no *site* oficial do governo, afirmando que tal livro nunca foi produzido, adquirido ou distribuído.²³⁰

Mesmo depois que a declaração foi negada, o vídeo continuou a se espalhar intensamente nas redes sociais como *Facebook*, *Youtube* e, principalmente, *WhatsApp*. Até agosto de 2018, há dois meses do primeiro turno de votação na eleição presidencial, o candidato Jair Bolsonaro, durante entrevista para o *Jornal Nacional*, voltou a mostrar o livro *Aparelho sexo e Cia*, reiterando tudo o que já tinha sido desmentido pela Justiça Eleitoral.

²²⁸ VEIGA, Edison. Livro popularizado pela *fake news* de Bolsonaro sobre “kit gay” faz 20 anos. In: BRASIL DE FATO. [Site institucional]. 28 jun. 2021. [online]. [n.p.].

²²⁹ ROSA, Pablo O.; SOUZA, Aknaton T.; CAMARGO, Giovane M. O combate à “ideologia de Gênero” na era da pós-verdade: uma cibercartografia das fake news difundidas nas mídias digitais brasileiras. *Revista Sinais*, Vitória, v. 2, n. 23, p. 128-154, 2019. p. 141.

²³⁰ ROSA; SOUZA; CAMARGO, 2019, p. 146.

No entanto, imediatamente após a declaração, a TV estatal e outros meios de comunicação começaram a negar as declarações de Bolsonaro. Circunstâncias essas que forçaram o candidato presidencial a registrar, em vídeo reproduzido em suas redes sociais, que o livro realmente não fazia parte do *kit gay*, mas, que teria sido distribuído nas escolas de educação básica de todo o Brasil como um complemento de estudo.²³¹

Mesmo com a comprovação que a notícia não era verdadeira, a declaração de Bolsonaro foi amplamente compartilhada como *marketing* político nas redes sociais, seja no formato original ou como um *meme*. Na plataforma do *Facebook*, o monitor do debate político está ligado às dez publicações mais compartilhadas e relacionadas ao termo *kit gay*, entre os dias 15 de setembro e 15 de outubro. A pesquisa mostra que das cinco páginas mais compartilhadas, quatro são de apoio ao presidente Jair Bolsonaro e sua página oficial ficou no topo da lista, com 192.000 compartilhamentos.²³²

Nesse mundo digital e virtual, não basta provar a verdade, porque a utilização de *hashtags*, algoritmos por mídias sociais e mecanismos de busca possibilitam o mapeamento do público alvo, direcionando os usuários para os conteúdos e pessoas de seu interesse, afastando o que não é considerado familiar. Na maioria das vezes, esses dados pessoais são concedidos de maneira consciente e produzem um material específico que não permite a contestação e tende a reforçar as opiniões e não contestar as mentiras compartilhadas. Assim, foi justamente por essa razão que a *internet* se tornou “o vetor definitivo da pós-verdade, exatamente porque é indiferente à mentira, à honestidade e à diferença entre os dois”²³³.

Desta forma, o *marketing* político é disseminado na *internet* sem se comprometer com a exatidão a veracidade dos fatos, e disseminando suspeita – por meio de apelos dramáticos e emocionais –, “sem triunfar de imediato no tribunal da opinião pública, em geral, um objetivo impraticável”²³⁴. Segundo D’ancona:

Essa é a característica que define o mundo da pós-verdade. A questão não é determinar a verdade por meio de um processo de avaliação racional e conclusiva. Você escolhe sua própria realidade, como se escolhesse comida de um bufê. Também seleciona sua própria mentira, de modo não menos arbitrário.²³⁵

Combater as notícias falsas é necessário. O primeiro passo é reconhecer a complexidade do problema. Televisão, rádio e até mesmo os meios de comunicação são todos espaços

²³¹ ROSA; SOUZA; CAMARGO, 2019, p. 147.

²³² ROSA; SOUZA; CAMARGO, 2019, p. 148.

²³³ D'ANCONA, M. *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*. Baarueri: Faro, 2018. p. 55.

²³⁴ D'ANCONA, 2018, p. 49.

²³⁵ D'ANCONA, 2018, p. 57.

públicos mediados por legislação, que é uma medida de controle para prevenir, punir e distribuir responsabilidades pela disseminação de informações falsas. Mas, não implicam quaisquer restrições à participação na política democrática. A grande questão é como e se é possível chegar a uma equação jurídica semelhante para um mundo diferente das redes sociais, especialmente o *WhatsApp*.

Em qualquer caso, a educação do usuário é uma medida fundamental para combater as *fake news* e reduzir seu impacto nas eleições. Eduque-os em várias áreas para discriminar o compartilhamento de notícias falsas. Esta batalha é longa e requer que todos sejam muito autodisciplinados. Independentemente do impacto que a postagem e a manipulação de conteúdo profissional na *internet* possa ter tido na eleição, é preciso analisar, também, que o impacto da participação espontânea e voluntária da grande quantidade de conteúdo gerado pelos eleitores de Jair Bolsonaro foi muito relevante.

Existiu um engajamento elevadíssimo no meio virtual provocado por torcedores de candidatos do PSL. Eles penetraram nas redes virtuais e no *WhatsApp*, entre os grupos familiares, os clubes de futebol, as igrejas e os amigos de colégio, ou seja, em todo tipo de grupo para levar a mensagem ou a notícia objeto de seu propósito.

Dessa forma, o discurso baseado em *fake news*, ideologia de gênero, preservação da família tradicional, redução da violência, fim da corrupção e alicerçados pela bancada evangélica, foram fatores decisivos para a vitória de Bolsonaro. Pode-se dizer que, além disso, foi uma forma de “empoderamento” das pessoas comuns, que usaram as ferramentas disponíveis para expressar raiva e visão de mundo e para defender valores. O maior problema é que as notícias falsas surgiram como um subproduto desse “empoderamento”. A história certamente lançará luz sobre isso.

CONCLUSÃO

A pesquisa desenvolvida tratou da Influência da midiaticização da religião: a construção discursiva do “kit gay” como instrumento de manipulação do eleitorado evangélico brasileiro, o questionamento que foi apresentado foi em que sentido o discurso da ideologia de gênero baseado no kit gay e nas *fake news* disseminadas por alguns grupos evangélicos manipulou as eleições brasileiras de 2018?

Diante desse questionamento o objetivo principal buscou avaliar como a construção discursiva do “Kit Gay” influenciou o eleitorado evangélico brasileiro e constituiu um instrumento de manipulação no espaço público brasileiro. Nesse sentido empreendeu-se inicialmente uma discussão conceitual sobre a grande influência da mídia na sociedade hodierna, buscou-se demonstrar como o tripé religião, mídia e política estão interligados nesse cenário atual do século XXI.

Não se pode negar que a influência da mídia é muito grande em todas as esferas da sociedade, principalmente quando se fala de um país onde a democracia prevalece, no entanto, este quarto poder também serve a interesses próprios sejam eles relacionados a política, religião ou qualquer outro assunto que venha a tornar-se relevante a sociedade. Na questão apresentada no trabalho foi importante observar que muitas vezes ela serve para levar uma determinada ideologia a uma massa, e pode ser utilizada toda vez que o apoio social é visto como preponderante para uma questão específica.

Observa-se que sempre que determinado assunto precisa de um apoio social mais específico, e havendo interesse entre a mídia e os privilegiados com a ação, a sociedade passa a ser bombardeada com notícias, reportagens, propagandas e até publicidades, que possuem como objetivo conseguir o apoio da sociedade. Nos últimos anos, impulsionados pela ampliação dos meios de comunicação de massa, principalmente relacionados com as redes sociais vê-se uma democratização da informação, embora esta seja superficial e nem sempre de fonte confiável.

É perceptível toda essa influência e persuasão exercida pela mídia principalmente na camada mais pobre da sociedade, vez que esta, formada na sua maioria por pessoas com pouca instrução, acaba tomando como verdade absoluta tudo que é veiculado, justamente por não possuírem meios e ou condições de discordar daquilo que é dito, ou muitas vezes por não possuírem o conhecimento real do fato.

No mundo observou-se uma popularização do termo *fake news* em 2016, durante o período de eleições presidenciais nos Estados Unidos, o então candidato Donald Trump

popularizou o termo como uma forma de ataque à imprensa e à adversária, Hillary Clinton. A disseminação de desinformação em eleições passou a ser uma ferramenta utilizada em algumas campanhas eleitorais para desmoralizar adversários e obter ganho eleitoral, principalmente diante dos debates políticos. Aqui no Brasil foi algo muito presente nas eleições de 2018, principalmente com a temática da ideologia de gênero associada a fake News do “Kit Gay”. Sem dúvida que os canais de comunicação digitais facilitam a propagação do conteúdo, antes do ambiente on-line este processo precisava traçar uma longa trajetória para alcançar a população em massa.

Outro tópico apresentado no trabalho faz referência a influência do discurso religioso na sociedade atual, foi abordado o sistema lotmaniano, o qual explana que o dualismo entre linguagem e religião se dissolve, uma vez que a própria religião se porta como um sistema secundário de linguagem, com poder de dar forma ao mundo. Explicado pela maneira que os indivíduos ao serem inseridos num grupo religioso passam a vivenciar a cultura e a forma como o grupo interpreta o meio e se expressa. Dessa forma, uma forte característica da religião é a possibilidade de legitimar o poder. Tornando-se relevante a análise do discurso religioso na sociedade, principalmente diante do crescimento da bancada evangélica no Congresso Nacional nos últimos anos e a crescente difusão de ideologias baseadas nos dogmas das Igrejas mencionadas no trabalho.

Um ponto importante é quando se trata da Ideologia de Gênero, o entendimento do porque foi tão amplamente disseminado esse termo nos últimos anos traz a necessidade de revisitar o conceito: "ideologia de gênero" é uma expressão usada pelos críticos da ideia de que os gêneros são, na realidade, construções sociais. Para os defensores desta "ideologia", não existe apenas o gênero masculino e feminino, mas um espectro que pode ser muito mais amplo do que a identificação somente com masculino e feminino. A chamada "ideologia de gênero" representaria o conceito que sustenta a identidade de gênero. Consiste na ideia de que os seres humanos nascem iguais, sendo a definição do masculino e do feminino um produto histórico-cultural desenvolvido tacitamente pela sociedade.

Isso significa que a percepção de uma pessoa sobre seu gênero não é uma escolha, é um entendimento sobre sua identidade e sobre a forma como ela se reconhece como indivíduo, independentemente de seu sexo biológico. Diante disso é necessário que a religião, mas precisamente algumas igrejas sejam as guardiãs dos valores para que a família possa ter um correto desenvolvimento na sociedade atual, tornou-se aparentemente uma responsabilidade destas preservar as crianças e jovens para que não sejam corrompidos pelo sistema cultural destoante.

Em 2004 o governo federal lançou o programa Brasil sem Homofobia com o objetivo de combater a violência e o preconceito contra a população LGBTQIA+. Uma parte dele enfatizaria a formação de educadores para tratar questões relacionadas ao gênero e à sexualidade. Seria o início de um projeto chamado Escola sem Homofobia. Foi firmado convênio pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), onde foi elaborado um material que seria distribuído às instituições de todo o país. Entretanto, uma polêmica impediu sua circulação, em 2011, quando estava pronto para ser impresso, setores conservadores da sociedade e do Congresso Nacional iniciaram uma campanha contra o projeto. Nas acusações feitas, o "kit gay" -- como acabou pejorativamente conhecido -- era responsável por "estimular o homossexualismo e a promiscuidade." O governo cedeu à pressão e suspendeu o projeto.

Esse fato voltou ao cenário político nas eleições de 2018 para embasar a disseminação da Ideologia de gênero e dá instrumento ao então candidato Jair Bolsonaro para atacar aos seus opositores petistas. Posteriormente ficou provado que tudo que tinha sido divulgado pela equipe eleitoral de Bolsonaro eram inverdades, ou seja, as chamadas fake News. Certamente pode-se afirmar que essas eleições de 2018 ficaram conhecidas como as eleições das fake news ou do kit gay porque foi baseado nesses dois fatos principais que os apoiadores do então candidato do PSL tiveram ferramentas suficientes e importantes para derrotar o candidato do PT nessas eleições.

Como no caso do kit antihomofobia, a “ideologia de gênero” foi apresentada pelo discurso político-religioso, como uma tentativa de expor sexualmente crianças e a uma orientação sexual diferente da considerada “normal”. O grande destaque dado à discussão do tema ocasionou a criação de uma Comissão Especial do Plano Nacional de Educação e as pressões político-religiosas contra a “ideologia de gênero”, majoritariamente concentradas na defesa da “família tradicional brasileira”, resultaram no ocultamento das diretrizes que propunham a superação de formas de discriminação baseadas em raça/etnia, regionalidade, gênero e orientação sexual, da versão inicial do segundo Plano Nacional de Educação.

Sem dúvida, a bancada evangélica teve relevância na definição da eleição presidencial de 2018, visto que as concepções defendidas por Bolsonaro, fizeram com que recebesse atenção dos mais diversos setores conservadores da sociedade brasileira. Um setor muito relevante e já mencionado foi o do conservadorismo religioso que rendeu a Bolsonaro uma série de importantes alianças com lideranças e políticos religiosos, notadamente aqueles que compõem a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) no Congresso Nacional e outros que possuem atuação

proeminente na mídia, como é o caso do Pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, principal liderança das Assembleias de Deus no Brasil.

Outro ponto interessante é defender a laicidade do Estado Brasileiro uma vez que a própria Constituição a determina e esta aparentemente fica em segundo plano, ainda assim é componente fundamental à democracia, pois é imprescindível que, em regimes democráticos, as múltiplas verdades possam conviver harmonicamente, respeitando a pluralidade dos debates e aprofundando discussões. É sabido que quando a religião orienta políticas de Estado, rompe-se com a ideia de que os indivíduos merecem igual respeito e têm igual valor na sociedade e estes valores, crenças não reflete o que o sentido real de democracia quer trazer.

A proposta do estudo do trabalho é levar a discussão a nível acadêmico para que se conheça a temática apresentada através da metodologia da análise crítica do discurso, visto que a sociedade moderna se depara com uma realidade totalmente nova onde existe o ciberespaço com uma linguagem própria, uma velocidade também característica, e com conceitos novos que tornaram a massificação da informação algo mais perigoso se não for transmitida de forma assertiva e correta.



REFERÊNCIAS

- ANDS. *Novo relatório do Grupo Gay da Bahia registra 329 mortes violentas de LGBT+ em 2019*. 24 abr. 2020. Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/novo-relatorio-do-grupo-gay-da-bahia-registra-329-mortes-violentas-de-lgbt-em-2019/>. Acesso em: 28 set. 2021.
- ARAGUSUKU, Henrique A.; LARA, Maria Fernanda A. Uma análise histórica da Resolução nº 01/1999, do Conselho Federal de Psicologia: 20 anos de resistência à patologização da homossexualidade. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 6-20, 2019.
- AZEVEDO, Thales. *A religião civil brasileira: um instrumento político*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- BATTISTI, Anuar. Ideologia de gênero. *In: CNBB [Site institucional]*. 25 set. 2017. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/ideologia-de-genero/>. Acesso em: 16 nov. 2021.
- BOBBIO, Norberto. Ideologia. BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1998. p. 585-596.
- BOLSONARO, Jair. “Divulgue a seus amigos, é extremamente importante! Nós cidadãos de bem não podemos levar mais este golpe”. Disponível em <https://www.facebook.com/page/211857482296579/search/?q=kit%20gay>. Acesso em: 31 de jan. 2022.
- BOLSONARO, Jair. A volta do kit-gay para as criancinhas. Campimas, SP, 2015. Facebook disponível em: <https://www.facebook.com/page/211857482296579/search/?q=kit%20gay>. Acesso 31-01-2022.
- BOLSONARO, Jair. Assistem-se Pais. 23 julho, 2012. Disponível em <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/227538599225212928>. Acesso em: 01 de fev. 2022.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 out. 2021.
- BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013*. [Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE]. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acesso em: 14 set. 2021.
- BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. [Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências]. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 05 de ago. 2021.

BRASIL. Projeto de Lei, 2014. Autor Marco Feliciano. Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1286780. Acesso em: 31 jan. 2022

BRULLER, Hélène. *Aparelho sexual e cia: um guia inusitado para crianças descoladas*. Rio de Janeiro: Seguinte, 2007.

BRULLER, Hélène. *Le guide du zizi sexuel*. Paris: Glenat, 2001.

BURITY, Joaílido. De onde vêm os referenciais para uma tomada de posição político-eleitoral? *Revista Tempo Social*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 83-113, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/rvTvKJ5tW6KLvNt9wB8nqny/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 26 jun. 2021.

Câmara dos Deputados discurso Jair Bolsonaro. disponível em <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=096.1.54.O&nuQuarto=10&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:18&sgFaseSessao=BC&Data=05/05/2011&txApeLido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ>. Acesso 31-01-2022

CÂMARA DOS DEPUTADOS. [Site institucional]. 02 abr. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de lei nº 258, de 04 de fevereiro de 2019*. [Dispõe sobre o direito dos alunos de aprender sem ideologia político-partidária; sobre a conduta dos professores na transmissão dos conteúdos e acrescenta inciso XIV e parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.394 [...] para dispor sobre o respeito às convicções [...] dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, bem como tornar defesa a inserção de questões relativas à ideologia de gênero no âmbito escola]. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190772>. Acesso em: 15 jul, 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de lei nº 3664, de 19 de junho de 2019*. [Institui a Semana do Direito, Ética e Cidadania na escola]. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2208909>. Acesso em: 15 jul. 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de lei nº 520, de 06 de fevereiro de 2019*. [Acrescenta o inciso IV ao §7º do art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para criar causa de aumento de pena de 1/3 (um terço) até a metade da pena do homicídio, se a vítima for trabalhador em exercício de suas atividades laborais]. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2191345>. Acesso em: 15 jul. 2021.

CAMPOS, Leonildo S. O projeto político de “Governo do Justo”: os recuos e avanços dos evangélicos nas eleições de 2006 e 2010 para a Câmara Federal. *Revista Debates do NER*, Porto Alegre, v. 2, n. 18, p. 39-82, 2010.

CAMPOS, Zuleica D. P. Política e religião na contemporaneidade à luz do pensamento de Roger Bastide. *Revista Paralellus*, Recife, v. 10, n. 23, p. 41-49, 2019.

CARRARA, Sérgio. “Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo”. *Revista Mana*, Alto Rio Negro, v. 21, n. 2, p. 323-345, 2015.

CARVALHO, Olavo. Homossexuais, 2015. Facebook disponível em: <https://www.facebook.com/page/275181425967272/search/?q=homossexuais>. Acesso em: 31 jan. 2022

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CERQUEIRA-SANTOS, Elder; CARVALHO, César A. S. G.; NUNES, Lucas M.; SILVEIRA, Aline P. Homofobia internalizada e religiosidade entre casais homoafetivos. *Revista Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 25, n. 2, p. 691-702, 2017.

CESARIO, Ana C. C.; ALMEIDA, Ana M. C. Memória da ocupação de uma região na voz jornal “Paraná-Norte”. In: KAKUTA, Ângela M. (org.). *Geografia e mídia impressa*. Londrina: Moriá, 2009. p. 199-214.

CETIC.BR. [Site institucional]. [s.d.]. Disponível em: <https://www.cetic.br/>. Acesso em: 12 ago. 2021.

CHOMSKY, Noam. *Mídia: propaganda política e manipulação*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). *Documento de Aparecida: texto conclusivo da V conferência geral do episcopado latino-americano e do Caribe*. São Paulo: Paulus; Paulinas, 2007.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO (CNCDD). *Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://www.adolescencia.org.br/site-pt-br/brasil-sem-homofobia>. Acesso em: 25 mar. 2021.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf Acesso em: 24 nov. 2021.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 323-342.

CUNHA, Magali N. Política, mídia e religião: o ativismo progressista entre evangélicos brasileiros por meio do Facebook e do Twitter. *Revista Comunicação e Sociedade*, São Bernardo do Campo, v. 39, n. 3, p. 217-244, 2017.

D'ANCONA, M. *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*. Baarueri: Faro, 2018.

DATA FOLHA. [Site institucional]. [s.d.]. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

DATAFOLHA. *44% dos evangélicos são ex-católicos*. 28 dez. 2016. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/12/1845231-44-dos-evangelicos-sao-ex-catolicos.shtml>. Acesso em: 16 nov. 2021.

DINE, Estela. *O impacto dos influenciadores digitais nas eleições de 2018: quem são, de onde vem e o que querem*. Maringá: Viseu, 2019.

DIP, Andreia. *Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder*. Editora Civilização Brasileira. RJ, 2018

FACILITE REDAÇÃO. *Como evitar o uso das Fake News nas eleições*. 25 out. 2018. Disponível em: <https://www.faciliteredacao.com/portfolio/como-evitar-o-uso-das-fakes-news-nas-eleicoes/>. Acesso em: 23 nov. 2021.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FISCHER, Rosa M. B. *Mídia e juventude: experiências do público e do privado na cultura*. *Revista Cadernos CEDES*, Campinas, v. 25, n. 65, p. 43-58, 2005.

FONSECA, Alexandre B. C. *Secularização, pluralismo religioso e democracia no Brasil: um estudo sobre a participação dos principais atores evangélicos na política (1998-2001)* (2002). Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FONSECA, Francisco C. P. *Mídia e democracia: falsas confluências*. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 22, p. 13-24, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

FRESTON, Paul. *Religião e política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política*. Viçosa: Ultimato, 2006.

FURLIN, Neiva. *Do gênero à “ideologia de gênero” no campo das políticas educacionais: apontamentos teóricos, históricos e políticos*. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/7042>. Acesso em: 01 dez. 2021.

G1 Cambridge Analytica se declara culpada em caso de uso de dados do Facebook. 09.jan.2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/01/09/cambridge-analytica-se-declara-culpada-por-uso-de-dados-do-facebook.ghtml>. Acesso em: 06 dez. 2021.

G1. *Notícias falsas sobre eleição nos EUA têm mais alcance que notícias reais*. 17 nov. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2016/noticia/2016/11/noticias-falsas-sobre-eleicoes-nos-eua-superam-noticias-reais.html>. Acesso em: 29 set. 2021.

GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2014.

GARCIA, Dantielli A.; SOUSA, Lucília Maria A. *Ler o arquivo hoje: a sociedade em rede e suas andanças no ciberespaço*. *Revista Conexão Letras*, Porto Alegre, v. 9, n. 11, p. 83-97, 2014.

Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/view/55143/33536>. Acesso em: 15 nov. 2021.

GEBARA, Ivone. *O que é cristianismo*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

GREEN, James N.; POLITO, Ronald. *Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

GUADALUPE, José Luis P. Brasil e os novos atores religiosos da política latino-americana. In: GUADALUPE, José Luis P.; CARRANZA, Brenda. (orgs.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 16-31.

HECK, M. C. The ideological dimension of media messages. In: HALL, Stuart; HOBSON, Dorothy; LOWE, Andrew; WILLIS, Paul. (eds.). *Culture, media, language*. London: Routledge, 1996.

HJARVARD, Stig. Da mediação à midiaticização: a institucionalização das novas mídias. *Revista Parágrafo*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 51-62, 2015.

HJARVARD, Stig. Midiaticização: conceituando a mudança social e cultural. *Revista Matrizes*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 21-44, 2014.

IASI, Mauro. 2015. De onde vem o conservadorismo? Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-o-conservadorismo/>. Acesso em: 08 abr. 2022

IBGE. [Site institucional]. [s.d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 ago. 2020.

IBGE. *Censo 2010*. [s.d.]. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

INTERVOZES. *Monitoramento da propriedade de mídia no Brasil (MOM)*. 04 jul. 2017. Disponível em: <https://intervozes.org.br/projetos/monitoramento-da-propriedade-de-midia-no-brasil-mom/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

ISER. *Menos da metade dos parlamentos da frente evangélica no Congresso são evangélicos*. 26 out. 2020. Disponível em: <https://www.iser.org.br/noticia/destaques/menos-da-metade-dos-parlamentares-da-frente-evangelica-no-congresso-sao-evangelicos/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

JENKINS, Henry. *A cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2009.

JIR. *Doria manda recolher apostila de ciência que fala sobre diversidade sexual: “não aceitamos apologia à ideologia de gênero”*. 03 set. 2019. Disponível em: <https://jimprensaregional.com.br/doria-manda-recolher-apostila-de-ciencia-que-fala-sobre-diversidad-e-sexual-nao-aceitamos-apologia-a-ideologia-de-genero/>. Acesso em: 23 set. 2021.

JOÃO PAULO II, Papa. *Carta aos bispos da igreja católica sobre a colaboração do homem e da mulher na igreja e no mundo*. Vaticano: [s.n.], 2004. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20040731_collaboration_po.html. Acesso em: 23 abr. 2021.

JOÃO PAULO II, Papa. *Família, matrimônio e “uniões de fato”*. Vaticano: [s.n.], 2000. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/family/documents/rc_pc_family_doc_20001109_de-facto-unions_po.html. Acesso em: 23 abr. 2021.

JUNQUEIRA, Rogério D. A invenção de “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, Maceió, v. 18, n. 43, p. 440-502, 2018.

LACERDA, Marina Basso. "Ideologia de gênero" na Câmara dos Deputados. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10., 2016, Belo Horizonte. Anais eletrônicos [...]. Rio de Janeiro: ABCP, 2016. p. [1-22]. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/6539>

LASCOSKI, Elias. Teocracia: um governo fundamentado na religião. In: POLITIZE [Site institucional]. 27 set. 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/teocracia/>. Acesso em: 27 jun. 2021.

LOPES, Guilherme E. G. *Evangélicos, mídia e poder: análise da atuação parlamentar na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MACHADO, Irene. Escola de semiótica. A experiência Tártu –Moscou para o estudo da cultura. São Paulo: Fapesp/Ateliê, 2003.

MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. *Revista Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p.945-970, 2019.

MADURO, Otto. *Religião e luta de classes*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MAGALHAES, Célia M. *Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, 2001.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Novo Século, 2015.

MARTINO, Luís M. S. Mediatização da religião e esfera pública nas eleições paulistanas de 2012. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 14, p. 7-26, 2014.

MARTINO, Luís M. S. Midiatização da religião e secularização: pensando as práticas religiosas no ambiente das mídias. *Revista Paulus*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 97-108, 2017.

MEDEIROS, Caciane S. A materialidade da imagem e a ideologia no discurso da mídia do espetáculo. In: HIBERSABERES [Site institucional]. [s.d.]. Disponível em: http://w3.ufsm.br/hipersaberes/volumeII/index.php?option=com_content&view=article&id=1146:a-materialidade-da-imagem-e-a-ideologia-no-discurso-da-midia-do-espetaculo&catid=103:parte-ii-discursividades-contemporaneas&Itemid=472. Acesso em: 28 out. 2021.

MESQUISTA, Daniela T.; PERUCCHI, Juliana. Não apenas em nome de Deus: discursos religiosos sobre homossexualidade. *Revista Psicologia e Sociedade*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 105-114, 2016.

MEURER, José Luiz. Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. In: MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée. *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005. p. 83-96.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Caderno: escola sem homofobia*. Brasília: MEC, 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-747, 2017.

MOURA, Maurício; CORBELLINI, Juliano. *A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu?* Rio de Janeiro: Record, 2019.

MUDDE, Cas. Extreme-right parties in Eastern Europe. *Journal Patterns of Prejudice*, [s.l.], v. 34, n. 1, p. 5-27, 2000.

NETO, Antônio F. Processos midiáticos e construção de novas religiosidades: dimensões históricas. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 3, p. 151-164, 2002. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1261>. Acesso em: 28 ago. 2020.

NICOLAU, Jairo. *Sistemas eleitorais*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

OLIVEIRA, Cilas F. Protestante na política: o caso Guaracy Silveira. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR (UNICAMP), X, 2007, Campinas. *Anais...* Campinas: UNICAMP, 2007. [n.p.]. [pdf].

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 10 dez. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 28 ago. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Educação para todos: o compromisso de Dakar*. Brasília: UNESCO; CONSED; Ação Educativa, 2001.

ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

POLITIZE. *LGBTfobia no Brasil: fatos, números e polêmicas*. 05 out. 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/lgbtfobia-brasil-fatos-numeros-polemicas/>. Acesso em: 01 abr. 2021.

PRAGMATISMO POLÍTICO. “*Quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com mulher, fique à vontade*”, diz Bolsonaro. 26 abr. 2019. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2019/04/jair-bolsonaro-brasil-paraiso-gay.html>. Acesso em: 08 nov. 2021.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan W. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. *Revista Tempo Social*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 187-214, 2017.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017165522>. Acesso em: 16 nov. 2021.

RESENDE, Viviane. M.; RAMALHO, Viviane. *Análise de discurso crítica*. Campinas: Pontes, 2006.

RIBEIRO, Paula R. C.; SOARES, Guiomar F. As identidades de gênero. In: RIBEIRO, Paula R. C. *Corpos, gêneros e sexualidades: questões possíveis para o currículo escolar*. Rio Grande: FURG, 2007. p. 27-42.

ROSA, Pablo O.; SOUZA, Aknaton T.; CAMARGO, Giovane M. O combate à “ideologia de Gênero” na era da pós-verdade: uma cibercartografia das fake news difundidas nas mídias digitais brasileiras. *Revista Sinais*, Vitória, v. 2, n. 23, p. 128-154, 2019.

SALLES, Helena K.; DELLAGNELO, Eloise H. L. A análise crítica do discurso como alternativa teórico-metodológica para os estudos organizacionais: um exemplo da análise do significado representacional. *Revista Organizações e Sociedade*, Salvador, v. 26, n. 90, p. 414-434, 2019.

SANTOS, Ana Lúcia P. R. Informação fast-food: um estudo de caso do jornal “Último Segundo” do portal iG. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

SANTOS, Gustavo G. C. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. *Revista Contemporânea*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 179-212, 2016.

SBARDELOTTO, Moisés. Entre o social e a técnica: os processos midiáticos do fenômeno religioso contemporâneo. *Revista Ação Midiática*, Curitiba, v. 2, n. 1, [n.p.], 2012.

SBARDELOTTO, Moisés. Religião pública: desdobramentos da midiática da religião na cultura digital. *Revista Tear Online*, São Leopoldo, v. 3, n. 1, p. 73-86, 2014. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/tear/article/view/2053/2227>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SCALA, Jorge. *Ideologia de gênero: o neototalitarismo e a morte da família*. 2. ed. São Paulo: Katechesis, 2015.

SCALA, Jorge. *La ideologia del género: o el género como herramienta de poder*. Rosário: Logos, 2010.

SCHIRRMANN, Eduardo. *A colisão de fake news com o princípio da liberdade de expressão*. [s.l.]: [s.n.], 2021. *E-book*.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SPM). *Plano nacional de políticas para as mulheres*. Brasília: SPM, 2006.

SEILER, Daniel L. *Os partidos políticos*. Brasília: UnB, 2000.

SENADO NOTÍCIAS. *Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil*. 28 dez. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilmarousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: 19 nov. 2021.

SPOSITO, Marília P. *O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*. Belo Horizonte: *Argvmentym*, 2009.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2008.

TREVISAN, João S. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

TSE. [Site institucional]. [s.d.]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

ULRICH, Claudete Beise; OLIVEIRA, Taiane Martins. Os discursos dos deputados brasileiros em plenário sobre a Ideologia de Gênero (2014 a 2019). Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/MA/article/view/10268>

VEIGA, Edison. Livro popularizado pela *fake news* de Bolsonaro sobre “kit gay” faz 20 anos. *In: BRASIL DE FATO*. [Site institucional]. 28 jun. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/28/livro-popularizado-pela-fake-news-de-bolsonaro-sobre-kit-gay-faz-20-anos>. Acesso em: 24 nov. 2021.

VILLAZÓN, Julio C. Velhas e novas direitas religiosas na América Latina: os evangélicos como fator político. *In: NUEVA SOCIEDAD* [Site institucional]. 20 nov. 2015. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/velhas-e-novas-direitas-religiosas-na-america-latina/>. Acesso em: 28 out. 2021.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.